

WWW.SLEDITORA.COM



SL EDUCACIONAL

MAIO DE 2024 V.6 N.05

DATA DE PUBLICAÇÃO: 15/05/2024



Revista SL Educacional

N° 5

Maio 2024

Publicação

Mensal (maio)

SL Editora

Rua Fabio, 91, casa 13 – Chácara Belenzinho 03378-060

São Paulo – SP – Brasil

www.sleditora.com

Editor Chefe

Neusa Sanches Limonge

Projeto Gráfico e capa

Lucas Sanches Limonge

Diagramação e Revisão

Rafael Sanches Limonge

Revista SL Educacional – Vol.6, n. 05 (2024) - São Paulo: SL
Editora, 2024 – Mensal

Modo de acesso: <https://www.sleditora.com/>

ISSN 2675-4193 (online)

Data de publicação: 15/05/2024

1. Educação 2. Formação de Professores

CDD 370

CDU 37

Renato Moreira de Oliveira – Bibliotecário - CRB/8 8090

SUMÁRIO

PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA	
Ana Paula de Azevedo dos Santos Rocha	04
POSTURA DO GESTOR ESCOLAR QUANTO A INDISCIPLINA	
André Luiz Ramos de Sousa.....	19
ASPECTOS HISTÓRICOS DO ANALFABETISMO NA POPULAÇÃO NEGRA	
André Vinicius da Silva.....	62
O ALUNO NEGRO NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	
Christiane Lúcia Borges Andrade	73
JOGOS MATEMÁTICOS COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Daniela Cristina da Cunha.....	82
A MATEMÁTICA E A CRIANÇA	
Elaine Cristina de Souza Barroso.....	98
A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NOS ANOS INICIAIS PARA A APRENDIZAGEM, ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO	
José Roberto da Silva.....	107
A IMPORTÂNCIA DA NEUROPSICOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO	
Mayara de Oliveira Buzzatto.....	121
A TECNOLOGIA NO CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO	
Michelli Rejane Borges da Silva	129
ESTRATÉGIAS PSICOPEDAGÓGICAS NO TRATAMENTO DO TEA	
Nataly Mota Tamarindo.....	140
PESQUISANDO A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E A FAMÍLIA EDUCADORA	
Noeli Carvalho dos Santos.....	147
ARTE E EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Regina Gomes	155
O PAPEL FUNDAMENTAL DA ALFABETIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO	
Tamara Pereira Santana Cotrim.....	162
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Thais Andrade Cavalcanti	168
CAMINHOS DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Valéria Bromowicz Rodrigues.....	179
A PSICOPEDAGOGIA E A EDUCAÇÃO	
Jaqueline Silva Almeida Jordão	186
ATIVIDADES REALIZADAS ENTRE O PROJETO ACOMPANHANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A BIBLIOTECA DE SÃO PAULO	
Tainá de Oliveira Ferraz Pelegrini.....	194
RELAÇÃO ENTRE BRINCADEIRAS AO AR LIVRE E DESENVOLVIMENTO MOTOR INFANTIL	
Juliana Araujo Klein Freire.....	205
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: BENEFÍCIOS E DESAFIOS	
Silvia Maria do Nascimento.....	215

PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA

Ana Paula de Azevedo dos Santos Rocha

Resumo

Com os avanços tecnológicos e a globalização a sociedade sofreu uma grande mudança tanto na forma de pensar como na forma de agir, logo houve mudanças também em sua estrutura familiar e no contexto social que estamos inseridos, alterando a criação e a educação dos filhos contemporâneos.

Palavras-chave: escola; família; aprendizagem.

1. Introdução

Desde os primórdios da sociedade a família é conhecida como a célula mater. É no seio da mesma que são desenvolvidos os laços de amizade, carinho e ternura, além de serem incorporados nas crianças valores que serão levados por toda a sua vida.

Até algum tempo atrás a educação dos filhos era informal dava-se por meio do convívio familiar, amigos e vizinhos e as aprendizagens ocorriam de forma não sistematizada. Porém, com o surgimento da escola o ensino tornou-se sistematizado e com objetivos específicos de aprendizagem, ou seja, uma educação formal. Devido a isso, muitas famílias delegaram a função da educação familiar para a instituição escolar, esquecendo-se que o ato de educar é específico de cada um, e isso varia de acordo com a cultura e com os costumes de cada família.

A formação do cidadão não é tarefa única e exclusiva da escola, cabe a família fornecer ao indivíduo a chamada educação de berço onde serão desenvolvidos e ensinados os princípios e valores básicos para um bom

relacionamento em sociedade. E a escola é responsável por complementar esta educação.

A parceria entre família e escola se faz necessária, mas uma parceria de cumplicidade onde o bem maior seja o ensino-aprendizagem de nossos/vossos alunos, que infelizmente são os maiores prejudicados entre esta dicotomia.

1.1. Tema

A importância da parceria família e escola

1.2. Problema

Como implantar uma parceria família e escola que auxilie na formação integral dos educandos das séries iniciais nas escolas públicas da Zona Norte de São Paulo?

1.3. Hipóteses

Em relação à parceria família escola, acreditamos que a escola pública pensa que já faz a sua parte, pois desde o momento que realiza eventos como: Dia da família, festas e Reunião de pais, a família já está integrada a escola. Por outro lado, a família também pensa que está fazendo a sua parte matriculando e enviando seus filhos a escola. Porém, estamos falando de um projeto muito mais amplo, em que haja uma união de pessoas por um interesse comum, que é a formação integral dos educandos. E isso só acontecerá se a família souber quais as obrigações que cabem a si e as que cabem a escola. É necessário que escola e família caminhem juntas, uma complementando o trabalho da outra.

A escola por muitas das vezes cria barreiras impossibilitando o acesso dos pais ao ambiente escolar. Sendo que, deveria ser da escola o primeiro passo para integrar a família e com o apoio dela provocar melhorias e beneficiar os alunos com esse gesto.

Por outro lado, algumas famílias tratam as escolas como depósitos de crianças, transferindo para a instituição o dever básico de cuidar e educar que são inicialmente dos pais, logo, da família.

Assim sendo, acreditamos que, para que ocorra uma parceria entre a família e a escola é necessário que a escola possua projetos de integração, onde a família sinta-se convidada a participar da formação de seus filhos. A escola ainda deve envolver a família em seu “Projeto Pedagógico” e em todos os assuntos que envolvam seus filhos, principalmente, no processo de ensino-aprendizagem.

Desta forma, a escola conhecerá seus alunos e sua realidade e os conflitos que a envolve, procurando assim auxiliar de acordo com as necessidades apresentadas dentro e fora do âmbito escolar.

A escola ainda deve informar e orientar os pais de maneira clara e objetiva da importância de sua participação na vida escolar de seus filhos. Assim como no caso de alunos que possuem dificuldades de aprendizagem, é necessário que haja acompanhamento, caso os pais não possam oferecê-lo, que permita que os filhos frequentem as aulas de reforço que são oferecidas, com intuito de auxiliar e esclarecer dúvidas que surgiram e não foram sanadas.

A família também deve ser orientada a participar e acompanhar as atividades extraclasse de seus filhos e sempre que possível estimulá-los na construção do conhecimento mesmo que isso ocorra através de atividades informais.

1.4. Justificativa

Após algum tempo de estágio (observação), nas escolas públicas, surgiu o interesse e a curiosidade de investigar a visão educacional das duas mais importantes instituições sociais: a família e a escola.

A escola ao discutir com seus membros sobre o processo de ensino-aprendizagem, sempre diz que aquele aluno que possui alguma dificuldade, tem problema familiar. E por sua vez as famílias acreditam que a escola (professora) não se esforça e não dá a devida atenção que seu filho merece. Esses pensamentos conflitantes são discutidos em uma única esfera sem que

haja uma possível solução. E para que isso aconteça, o ideal seria que a escola envolvesse a família a participar e que juntas possam buscar as soluções necessárias na formação integral de seus filhos/educandos.

Vê-se, portanto que não há essa parceria, pois família e escola divergem em pensamentos, opiniões e atitudes gerando uma confusão mental em nossas crianças.

Essa pesquisa visa analisar e investigar a relação família e escola e como implantar uma parceria de sucesso entre ambas. É importante ressaltar que a mesma só ocorrerá com cooperação, discussão e reflexão sobre a formação social e cultural dos alunos.

Sendo assim, entendemos que o processo de ensino-aprendizagem vai além dos saberes escolares e que a atuação da família é essencial em parceria da escola.

1.5. Objetivos

1.5.1. Objetivo Geral

- Investigar o que escola e família entendem por parceria e se de fato a mesma ocorre no âmbito escolar.

1.5.2. Objetivos Específicos

- Conhecer os projetos e/ou programas realizados pela escola em parceria com as famílias.
- Analisar o papel da família na educação dos filhos.
- Analisar o papel da escola na educação dos alunos.

2. Abordagem Teórica

Segundo Winnicott (1993:14):

A criança de um ano por vezes é uma pessoa inteira que se relaciona com outras pessoas inteiras. Isto é uma aquisição que se desenvolve gradualmente, e só vem à

existência de fato quando as condições são suficientemente boas.

A família é a primeira referência social que a criança tem contato e é nela que ocorrerão as primeiras experiências de convívio interpessoal. É neste contexto que a criança iniciará seu aprendizado a partir de exemplos práticos que vivenciará juntos com seus pais e a partir disso construirá sua própria identidade. O contato familiar é imprescindível na formação da estrutura psicológica da criança. Por outro lado, se a família não tiver maturidade, ou seja, não estiver preparada para acolher esta criança poderá causar vários danos à saúde mental da mesma e, desta forma, retardará seu desenvolvimento devido à falta de estímulos e a não aceitação deste novo acontecimento no âmbito familiar.

É importante deixar claro que a criança se desenvolve a partir da interação com o meio social em que vive e da mediação com o outro, pois segundo Vigotsky (2008:19):

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos, definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e histórica social.

Esse relacionamento interpessoal auxilia no desenvolvimento da criança, por isso, desde cedo cabe aos adultos a função de mediador, a fim de estimular o aprendizado desta criança que já nasce com algumas características que são inatas e outras surgem por meio da observação cotidiana da vida dos adultos que a cercam.

Portanto em um primeiro momento cabe a família nortear os primeiros passos de seus filhos, a fim de que eles adquiram valores e princípios básicos para o convívio em sociedade.

Os pais são os primeiros mediadores da criança e os responsáveis pela sua educação. Cabe a escola complementar e sistematizar este ensino para

que família e escola tenham um diálogo em comum que auxilie o desenvolvimento pleno da criança. O âmbito escolar e o familiar tendem a ser divergentes, mas para que isso não interfira no ensino-aprendizagem de nossos alunos é necessário que ambos caminhem juntos e com um mesmo ideal, pois esta parceria é indispensável para o sucesso escolar de nossas crianças.

Desenvolvimento

Escola e sociedade na década de 60

De acordo com Davis (2003:58):

A efervescência cultural e social do início dos anos 1960 foi sufocada em 1964, quando os militares tomaram o poder e impuseram uma ditadura violenta e repressiva. A participação política acabou: ficaram proibidas as manifestações estudantis; os professores contrários ao regime foram expulsos da universidade e muitos tiveram de se refugiar no exterior; prisioneiros políticos foram torturados impunemente; e a censura impedia a livre expressão do pensamento. Muitos direitos individuais foram reprimidos pelo governo federal, que centralizava o poder.

No período da ditadura militar, a sociedade em geral não tinha o direito a manifestação e muito menos a participação. O governo militar vetou todas as possibilidades de ascensão do país e uma delas, foi no campo educacional e todo o ensino passou por transformações que foram feitas sem a participação de professores e muito menos dos alunos e os resultados refletem até hoje com alto índice de evasão e profissionais não qualificados, mal remunerados e insatisfeitos.

A educação foi bruscamente afetada, escolas invadidas, destruídas, professores e estudantes presos e exilados, proibidos de expor suas ideias. As escolas tinham regras claras a cumprir e as aulas deveriam ter um caráter ideológico imposto pelo governo. Por todas as partes agentes do governo, Serviço Nacional de Informação (SNI), observavam e intimidavam a população. Neste período, o povo não tinha voz e nem vez e com isso se tornou um povo

submisso e sem senso crítico, dominado pelo poder e pelas ideologias políticas da época. O governo de Médici (1969–74) caracterizou o período mais duro da ditadura militar. Censura, torturas e repressões coexistiam com o milagre econômico. Apesar de o governo tentar dar um clima otimista à prosperidade do país, as condições salariais e de vida da população pioravam.

Alguns professores mais destemidos, com as portas de sua sala de aula fechadas, conversavam e instruíam seus alunos, tentando alertá-los e orientá-los, ao direito de reflexão, de ação e da liberdade de expressão. Muitos professores eram “calados” e outros exilados, porém todos lutavam e tentavam cumprir seu dever de mestre.

No final da década de 70, houve muitas campanhas que deram início a uma redemocratização. A industrialização e a urbanização se expandiram, e essa época foi marcada pelo crescimento da opinião pública contra os governos ditatoriais. Este período pode ser caracterizado pela manifestação de informações e de padrões de comportamento e consumo.

Em 1982, os brasileiros voltaram a ter o direito de escolher seus governantes por meio do voto direto. Em 1984, o povo saiu às ruas reivindicando as eleições diretas para a Presidência da República que ficou conhecido como “Diretas Já”. E enfim em 1985, foi eleito um civil, como presidente, representante da oposição do regime militar, Tancredo Neves. E essa eleição só foi possível graças à participação e a movimentação do povo nas ruas.

Pelo exposto, pode ser visto que a ditadura militar foi um momento histórico muito marcante para o povo brasileiro, e essas marcas continuam presentes nos dias de hoje. De acordo com Lima Barreto apud Sodr e e Paiva (2002:151): “*O Brasil não tem povo, tem público*”, essa afirma o representa o povo que vemos atualmente, um povo conformado, que não luta pelos seus direitos e em muitas das vezes nem sabem quais são seus deveres, que reclamam pelos cantos e criticam os idealistas, chamando-os de utopistas. Vivemos em uma democracia e cabe a nós participarmos, opinarmos e lutarmos pelos nossos interesses, e na escola isso não   diferente, para isso existe a gestão democrática escolar que considera importante e bem-vinda a participa o da família e da comunidade.

Legislações Educacionais

A história da educação mudou muito desde o surgimento das primeiras escolas, onde só os mais favorecidos a frequentavam com intuito de acrescentar seus conhecimentos culturais, a fim de fazer parte, futuramente, da camada dirigente e para a classe pobre restava somente à aprendizagem de trabalhos manuais visando à mão de obra. Há mais ou menos 200 anos com ideais de alguns revolucionários esta trajetória vem se aprimorando, mas ainda falta muito para nos igualarmos aos países de primeiro mundo.

Desde a implementação da Constituição Federal de 1988, a educação ficou mais rigorosa, pois a legislação oferece apoio para uma melhor organização nas intuições e para os cidadãos.

De acordo com o Artigo 205 da Constituição Federal:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Cabe salientar ainda que, consiste na LDB 9394/96 Art. 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) embasada na Constituição Federal garante que, o ensino fundamental torna-se obrigatório, e cabe a União destinar verbas à educação para garantir uma formação básica comum, levando em consideração, as especificidades locais.

O desenvolvimento pleno da criança e do adolescente, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho são objetivos educacionais que visam à formação plena do indivíduo, e esta importante responsabilidade social deve ser realizada tanto pela família, quanto pela

escola que devem ter consciência de seus papéis nessa missão, além de cumprir seus deveres e reivindicar os seus direitos, a fim de que haja uma educação de qualidade e que cumpra com os seus objetivos.

Com a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), as escolas e a sociedade estão usufruindo de forma ampla de seus direitos e deveres, onde os principais objetivos são: flexibilidade na avaliação do aproveitamento escolar, instrumentos para combater a repetência e a defasagem escolar, a fim de melhorar e incentivar cada vez mais a educação no país.

A LDB determinou ainda, a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que foram distribuídos às escolas no final de 1997 e orientam para uma abordagem que relacionasse o dia-a-dia da criança com os conteúdos das disciplinas, nas quais passaram a abranger assuntos como: ética, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural, assuntos estes, que fazem parte do cotidiano escolar e familiar da criança, porém, é dever da escola, sistematizar esses conteúdos para que os alunos possam viver em sociedade, favorecer as suas relações interpessoais e para que obtenham uma aprendizagem significativa. Desta forma eles desenvolverão habilidades e competências, tornando-se assim um cidadão autônomo, ativo e participativo na sociedade.

Por outro lado, de acordo com Ruaro (2010:19):

Cabe aos pais, como genitores e responsáveis pela guarda, a alimentação e a socialização inicial das crianças, proporcionando-lhes uma “educação de berço”, ou seja, questões comportamentais de boas maneiras, educação de valores, religiosidade, relacionamentos interpessoais, educação de sentimentos, são coisas que cabem, prioritariamente aos pais num primeiro momento.

Portanto, família e escola tem o dever de educar e formar cidadãos. Mas, para que isso aconteça, é necessário que uma complemente o trabalho da outra, de forma que a educação venha de casa para a escola. Os pais são responsáveis pela dita “primeira educação”, que é à base da formação de valores da criança, e a escola em um segundo momento (mas não em segundo plano) para reforçar esta formação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 é um documento que confirma o direito das crianças à educação.

De acordo com o artigo 54 do ECA (1990:53): “*É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: §1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.*”

E segundo o artigo 55 id.: “**Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.**”

Assim sendo, família (pais, avós e tios) e Estado (escola) são responsáveis pela educação e pelo desenvolvimento dos cidadãos, que futuramente serão membros da nossa sociedade. Por isso, é necessário que haja um diálogo pleno e mútuo, onde a parceria seja fundamental, a fim de que os ideais sejam realizados.

Família

A família como instituição social tem como caráter educacional a tarefa socializadora, pois ao nascer, a criança já possui um lugar de troca de saberes, em que sentimentos, emoções e significados são veiculados.

Desde o nascimento, o ser humano está cercado de aprendizagens. A criança tende a imitar o adulto desde muito cedo, e é por meio deste contato que ocorre o aprendizado inicial dos pequenos, como: falar, andar, alimentar-se e hábitos de higiene. A partir dessas ações as crianças vão se tornando mais pertencentes ao grupo social em que vive. E esse âmbito sociocultural influencia na forma de pensar e de agir, que variam muito de uma sociedade para outra.

O ambiente familiar é propício para inúmeras atividades que envolvem a criança numa ação intencional ou intersubjetiva que vão se tornando mais complexas ou envolvendo mais intencionalidade. Essas atividades não só desenvolvem habilidades cognitivas e sociais da criança, mas vão consolidando sua posição no grupo familiar.

A família é uma das instituições responsáveis pelo processo de socialização realizado mediante aos hábitos desempenhados pelos pais que tem o papel de transmissores desenvolvidos. Tais hábitos concretizam-se em ações rotineiras e contínuas, ou seja, nas trocas interpessoais, resultado de uma aprendizagem social transmitida de geração em geração, tanto na finalidade de transmissão de saberes e conhecimentos que podem obter o propósito ideológico calçado de valores e crenças. Esse processo nos remete ao caráter histórico da família considerada como produção cultural.

Depara-se então com uma afirmativa fundamental: o convívio e a relação interpessoal são essenciais para o desenvolvimento integral de cada indivíduo. A partir disto seu mundo adquire significado e ele começa a construir-se como sujeito.

Ao considerar a família como um contexto de desenvolvimento, não se pode olhá-la como atuando isoladamente em relação às demais agências sociais. A família como contexto de desenvolvimento é um fenômeno muito complexo cuja compreensão é dificultada pelo número de fatores envolvidos que podem ser internos ou externos. O desenvolvimento psicológico da criança pode ser afetado pela ação recíproca entre os ambientes mais importantes em que ela circula (família/escola), ou por ambientes frequentados pelos pais e/ou pelas mudanças que ocorrem ao passar do tempo no ambiente em que a criança vive e que tem um efeito cumulativo.

Como instituição social, a família sempre esteve inserida na rede de inter-relações com as outras instituições, em especial com a escola. Em momento histórico, no século XVII em que a unidade escolar assumiu a educação formal, surge a preocupação com o acompanhamento mais próximo dos pais junto a seus filhos.

Segundo Ferreira apud Leite (2010:140):

No passado, a família assentava-se no modelo patriarcal, que tinha na figura do progenitor o seu provedor líder, enquanto a genitora ficava responsável pelos afazeres domésticos e pela criação e educação dos filhos. Hoje, tal estrutura familiar não se mostra mais adequada e presente no seio social.

Há cerca de três séculos começaram a valorizar o sentimento de família entre os costumes, um deles é o de cada família morar na sua casa e ser responsável pela educação de seu filho ensinando-lhes atitudes, hábitos e valores, a chamada educação informal. Mais tarde, no início do século XX as famílias das classes trabalhadoras também acabaram adotando esse modelo de família burguesa, quando foram forçadas a deixar o campo e ingressar em indústrias nas cidades. A partir daí, a família organizou-se em torno da figura do pai.

Esse modelo foi trazido para o novo mundo cujos habitantes já tinham organização social diferente. Pessoas ficavam divididas entre o modelo dado de forma de viver de família e as que escolhiam em virtude das dificuldades que passavam.

A influência de um modelo de família construída há alguns séculos atrás, permanece forte até nossos dias na qual a mulher é incumbida de formar os filhos e o homem a função de comando da casa.

Segundo Szymanski (2011:53):

Percebemos que as várias formas, tanto de viver família como de pensar família, foram visualizadas com maior clareza, porque não havia preocupação de nossa parte de encaixar as famílias em nenhum modelo e muito menos de avaliá-las como “certas” ou “erradas”.

As famílias que iam vivendo e adaptando-se aos problemas do dia a dia, havia um modelo que ia por trás. Para este o nome dado é de “família pensada” e ao modo de viver o cotidiano é chamado de “família vivida”.

Família pensada é uma padronização feita pela sociedade, considerada certa, boa e desejável. A mulher cuidando dos filhos e o marido do sustento da casa. Já a família vivida aparece no agir concreto do cotidiano, sua própria realidade, com novas formações e inversões de papéis, fugindo assim dos padrões sociais. A partir desta nova formação a família passou a compartilhar com a escola a educação de seus filhos, que começaram a chegar cada vez mais cedo no âmbito escolar e as crianças passaram a ficar a maior parte do tempo na escola, perdendo assim, o vínculo familiar.

Considerações finais

O importante é que a família tenha uma boa estrutura e procure educar seus filhos de forma conjunta com a escola, visando sempre à formação integral e social da criança.

Cada família pertence a um grupo social, grupo este que possui uma história cultural própria, que é a sua identidade. As pessoas são educadas de formas diferentes, pensam e possuem hábitos distintos dos demais grupos. Além de terem concepções religiosas e políticas divergentes. Porém, tudo isso faz parte da diversidade cultural em que vivemos e é importante haver respeito às diferenças mútuas no cotidiano social. E é na escola que conhecemos essas diferenças e aprendemos a concernir às atitudes dos demais. E para que isso ocorra é importante que haja a intervenção do educador neste processo repleto de diferentes histórias de vidas e vivências. A história de cada indivíduo faz com que ele seja uma pessoa única e exclusiva, e isso deve ser levado em conta no seu processo educativo. E cabe ressaltar que, uma sala heterogênea é muito mais rica em experiências e aprendizagens do que uma sala homogênea.

Referências bibliográficas

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Disponível em < <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em 21 Nov 2011.

BRASIL, ECA. **Estatuto da Criança e do adolescente: Promulgado em 13 de julho de 1990.** Projeto Vida. Secretaria Municipal da Educação.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05 Set 2011.

DAVIS, Claudia, et Al. **Ofício do Professor: Aprender mais para ensinar melhor. Volume 1: Desenvolvimento e aprendizagem**. Fundação Victor Civita. 4ª Edição, janeiro 2003. 82 p.

_____. **Ofício do Professor: Aprender mais para ensinar melhor. Volume 2: Professor, criança e escola**. Fundação Victor Civita. 4ª Edição, janeiro 2003. 82 p.

_____. **Ofício do Professor: Aprender mais para ensinar melhor. Volume 8: Ética e Cidadania**. Fundação Victor Civita. 4ª Edição, janeiro 2003. 82 p.

EMEF “Prof.^a LILIAN MASO”, **Projeto Pedagógico**. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Diretoria de Educação Freguesia / Brasilândia.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Temas de direito à educação**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Escola Superior do Ministério Público, 2010. 164 p.

FRANÇA, Galeára Matos. **Reunião de pais... Quem vai?** Direcional Educador. São Paulo. Ano 7. Edição 76, p. 29-31, maio. 2011

3. GADOTTI, M. e ROMÃO, J.E. **Autonomia da escola: princípios e propostas** – 5ª edição – São Paulo – Editora Cortez: Instituto Paulo Freire – (Guia da escola cidadã; v.1).

GONÇALVES, Nádía Gaiofatto. **Educação: As falas dos sujeitos sociais**. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 2003. 211p.

HEIDRICH, Gustavo. **A escola da família**. São Paulo. Revista Nova Escola – Gestão Escolar. Edição 003. Agosto/Setembro 2009.

Disponível em < <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/escola-familia-493363.shtml>> Acesso em 30 Nov 2011.

LOPEZ, Jaume Sarramona I. **Educação na família e na escola: O que é, como se faz.** 2ª edição. Agosto de 2009. Edições Loyola. 178 P.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Didática: a aula como centro.** 4ª Ed. – São Paulo: FTD, 1997 – (Coleção aprender e ensinar). 111p.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do Ensino: A contribuição dos pais.** 3ª edição. São Paulo. Editora Xamã. 2007. 128p.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil.** São Paulo. Editora Ática 2002, 183p.

RIOS, Dermival Ribeiro. **Grande dicionário unificado da língua portuguesa.** São Paulo: DCL 2010. 703p.

RUARO, Dirceu Antonio. **Não terceirize a educação de seu filho.** São Paulo: Universitário Sistema Educacional, 2010. 98p.

SETUBAL, Maria Alice, **et Al. Raízes e Asas: A função social da escola. Volume 1.** CENPEC. 1994. 35 p.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco.** Rio de Janeiro. Editora Mauad. 3º Edição. 2002. 154p.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola: Desafios e perspectivas.** Brasília: Liber Livro, 2011. 136 p.

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo. Martins Fontes. 2008. 168p.

WINNICOTT, D.W. **A família e o desenvolvimento individual.** São Paulo. Martins Fontes. 1993. 247p.

POSTURA DO GESTOR ESCOLAR QUANTO A INDISCIPLINA

André Luiz Ramos de Sousa

RESUMO

A indisciplina tem sido demonstrada através de várias pesquisas como um dos grandes problemas da educação atual. As mudanças ocorridas na sociedade influenciaram os sujeitos nela existentes, e isso colaborou também com a mudança de hábitos dos alunos dentro das escolas. Este tema, atual e de grande significância, motivou buscar compreender e analisar o problema que hoje influencia diretamente as escolas brasileiras. O presente trabalho destaca a indisciplina e as suas consequências para uma educação de qualidade. Tem como problematização verificar de que forma a indisciplina interfere para o rendimento e a qualidade educacional e, ainda, destaca a postura almejada por parte da gestão escolar frente a atos indisciplinados. Tem, ainda, como objetivo levantar fatores que provocam a indisciplina escolar e o porquê desses atos por parte dos alunos.

Palavras-chave: gestão escolar; indisciplina; inclusão.

1 - A INDISCIPLINA

O conceito de indisciplina não é estático, ele se modificou e se modifica através dos tempos. Na visão de Guimarães (1996) é um conjunto de valores e expectativas que variam ao longo da história e também através do plano individual e pode vir a apresentar diferentes sentidos que dependem da vivência de cada um e do contexto em que se encontram situados.

As mudanças ocorreram, a sociedade se modificou, e isso também aconteceu

na família e nas escolas, pois antes a família se integrava mais na educação de seus filhos. Devido a um comprometimento maior de tempo por parte dos pais, hoje é delegada à escola a função de educar, mas a escola não tem poder de mudança sozinha, ela colabora, porém, necessita de apoio de todos os envolvidos na vida do educando.

Percebemos muitas famílias desestruturadas, desorientadas, com hierarquia de valores invertida em relação à escola, transferindo responsabilidades suas para a escola [...] a família não está cumprindo sua tarefa de fazer a iniciação civilizatória: estabelecer limites, desenvolver hábitos básicos (VASCONCELLOS, 1995, p. 22).

Atualmente, novos elementos têm dificultado o trabalho dos professores. A disciplina parece ter se tornado particularmente problemática como aborda Zagury (2006). A indisciplina tornou-se um dos grandes desafios da educação atual, este tem se tornado alvo de preocupações de modo geral, desde a direção, pais e professores. A relação professor – aluno, uma das chaves para ocorrência da indisciplina, encontra-se cada vez mais difícil.

“A prática educativa implica colocar os educandos junto com outro sujeito, frente aos problemas que o mundo apresenta” (FLEURY, 1996). A indisciplina é hoje colocada como um dos grandes problemas da educação. Alunos cada vez mais mostram desrespeito para com a escola e suas propostas, isso também influenciado pelo meio social em que eles se encontram inseridos. Vasconcelos (1995) ressalta que, apesar do aumento do índice de indisciplina nos últimos tempos, essa sempre existiu, mesmo que em números mais baixos.

Educadores encontram-se perplexos, pois além de receberem salários e condições de trabalho irrisórios, ainda são submetidos a desaforos e desrespeito por parte dos alunos.

A indisciplina pode ser traduzida como revolta contra as normas ou falta de conhecimento destas por parte dos alunos. França (1996, p. 139) expressa-se da seguinte forma: “Entende-se por ato indisciplinado como aquele que não está em correspondência com as leis e normas estabelecidas por uma comunidade”.

Em relação ao que vem a ser indisciplina, Rego (1996 apud AQUINO, 1996), menciona que ela, no meio educacional, é caracterizada como um

comportamento inadequado, sinal de rebeldia, que se traduz como recusa dos alunos ao que lhes é imposto de forma abrupta. Porém, esta questão deve ser repensada para que qualquer manifestação de inquietação, questionamentos, discordância, não seja considerada indisciplina, mas, sim, que através de qualquer manifestação, os alunos sejam ouvidos, visando a solucionar as causas da sua insatisfação.

Muitas vezes a disciplina é entendida como um modo de submissão, doutrinação, seleção natural e domesticação. O que não é. A disciplina é o respeito aos limites impostos ao próximo. Vasconcellos (1995, p.25), explica assim:

Sempre que se pensa em disciplina, vem à mente a ideia de limite, mas não limite pelo limite, qual seja, o limite está sempre associado a algum sentido, a alguma finalidade (seja legítima ou não).

Para esse autor a disciplina vem a ser uma das principais preocupações temáticas dos educadores, é uma ordem consentida livremente e conveniente ao funcionamento regular das organizações sociais. Por isso a disciplina é importante na organização escolar tendo em vista suas finalidades educativas. É preciso reflexão e análise em torno da realidade e da finalidade da busca pela disciplina, e também formas de mediação, quais as melhores formas a serem seguidas. A disciplina se faz necessária não somente no âmbito escolar, mas, também, na vida dos educandos. A disciplina é importante para que o processo ensino- aprendizagem aconteça, pois é através dela que a pessoa se torna apta a controlar seus impulsos e afetos.

O professor precisa refletir sobre a sua prática, fazer uma autocrítica. Sem uma definição clara do seu papel, não estará em condições de educar, dado que o aluno capta isso com muita facilidade e explora essa fragilidade. A falta de convicção da sua proposta educativa gera um acúmulo de dificuldades, podendo chegar a uma confusão generalizada na sala de aula. São aulas sem aprofundamento, sem clareza dos objetivos, sem renovação metodológica, sem articulação interdisciplinar, sem conteúdos relacionados com as necessidades do aluno. Vasconcellos (1995, p. 53) diz que "não se trata de fazer ajustes no velho para que ele permaneça, ao contrário, a perspectiva é dar pequenos passos, mas concretos na nova direção, preparando um salto qualitativo, e fazer com que seja uma mudança duradoura".

Na visão desse autor o conceito de disciplina está em parte associado à base de obediência nas escolas, porém esta palavra deve ser mudada pela palavra respeito, para que se realize a construção do conhecimento democrático e disciplinante.

A concepção equivocada de gestão democrática dentro dos contextos escolares tem contribuído favoravelmente para o aumento do índice de indisciplina. Não se quer dizer que não se deve praticar a gestão democrática nas escolas atuais, mas, sim, que seja colocada em pauta a necessidade de um ambiente propício à educação, que esta democratização não retire o poder dos educadores de exigirem a disciplina por parte dos alunos evitando, assim, a decadência do ensino. Cada ideia e inovação visando à qualidade educacional deve vir seguida de uma reflexão e análise para enriquecer e ampliar saberes sobre os problemas atuais da Educação no Brasil (ZAGURY, 2006).

O trabalho da escola tem uma repercussão muito maior também: não se trata simplesmente de transmitir determinados conteúdos socialmente acumulados pela humanidade: trata-se além disso de inserir o sujeito no processo civilizatório, bem como na sua necessária transformação tendo em vista o bem comum (VASCONCELLOS, 1995, p. 33).

Vygotsky analisa o fenômeno da (in) disciplina de forma mais ampla e menos fragmentada, como explica Guimarães (1996, p. 95) “uma visão abrangente, integrada e dialética dos diferentes fatores que atuam na formação do comportamento e desenvolvimento individual”. Defende em suas teorias que o comportamento disciplinado e/ou indisciplinado é aprendido e diz que a escola tem papel crucial sobre o comportamento e desenvolvimento como, por exemplo, agir de forma consciente, deliberada e autogovernada.

Uma das dificuldades para os educadores em relação à problemática disciplinar é que eles não dispõem de uma concepção, de um método, de uma ferramenta eficiente para combater os atos de indisciplina que são vários, o que mostra a necessidade de diversificação e estratégias por parte dos educadores. Vasconcelos (1995, p. 17), diz que o “desafio, é construir uma teoria que efetivamente possa ajudar a enfrentar o problema”.

“A gestão escolar que se busca aponta uma perspectiva de superação centrada no diálogo sobre os problemas que emergem no contexto escolar”

(FLEURY, 1996). Organizando-se as escolas tendo em vista a formação de uma comunidade educativa, o problema da indisciplina deve ser enfrentado através de um enriquecimento da prática educativa.

Diante de algo que não aceita ou com o qual não concorde, o aluno tem o direito de questionar, perguntar, inquietar -se, e ele deve ser ouvido, pois isto não é um ato indisciplinar. O que vem a ser traduzido como indisciplina no plano educativo é aquele aluno sem limites, que não respeita o meio e o próximo.

Um aspecto relevante vale ser observado, é muito mais comum respeitar quando se tem democracia, pois os indivíduos, de um modo geral, tendem a agir contra o autoritarismo, a imposição as suas vontades. Então, em um ambiente democrático, há um maior respeito perante as diferenças, desde pessoais e até mesmo físicas, onde se consolida melhor o respeito ao outro. Assim, a postura com ideais democráticos de respeito mútuo e reciprocidade, sabendo-se utilizar democraticamente a autoridade em suas funções, pode favorecer ou até mesmo contribuir significativamente para transformações das relações dentro da escola fazendo com que os alunos sejam conscientes e conhecedores da importância do respeito e não da imposição de obediência frente às regras. Portanto, essa transformação dos sujeitos dentro das escolas, sociedade, família e em qualquer grupo de convivência fará com que o problema da indisciplina seja encarado sob uma perspectiva diferente, onde a obediência às regras seja apresentada não como uma obrigatoriedade, mas tendo como pressupostos os ideais democráticos de justiça e igualdade.

Piaget destaca as regras dos jogos que são utilizados para o desenvolvimento das crianças, aprimoramento do conhecimento e a prática de obedecer e respeitar ordens como ferramentas na construção de juízo moral e também na construção da autonomia e, conseqüentemente, da disciplina.

A falta de valores ocasiona nas escolas situações que levam à indisciplina, por isso é de fundamental relevância que a escola ajude os alunos a desenvolverem os seus valores e, assim, agirem de acordo com eles, favorecendo para que adquiram autonomia. É importante trazer para dentro dos contextos escolares situações reais e resolução de dilemas para que o aluno adquira, de forma progressiva, tomada de consciência de suas próprias escolhas, dessa forma, a autonomia conduzirá à autodisciplina

(ESTRELA,1994).

A disciplina ideal é do tipo consciente e interativa, adquirida através do processo de participação, respeito, responsabilidade, construindo conhecimentos voltados à formação de cidadãos.

Araújo (1996 apud AQUINO 1996, p. 110) afirma: 6 [...] a integração entre ação e o juízo moral será possível para Piaget, quando o sujeito se sentir obrigado racionalmente por sua necessidade interna, a agir moralmente, de acordo com princípios universais de justiça e igualdade. Esse nível de desenvolvimento ideal de autonomia moral dificilmente poderá ser alcançado por sujeitos que vivam constantemente em ambientes de coação e respeito unilateral, uma vez que esse tipo de relação é irredutível à moral do bem. Somente poderão construí-lo lentamente (como possibilidade) os indivíduos que tenham oportunidade de estabelecer relações interindividuais com base na cooperação, na reciprocidade e no respeito mútuo.

Em relação às causas da indisciplina não se tem um culpado, ela é influenciada por vários âmbitos da vida do educando, o que denota a necessidade de enfrentamento e envolvimento maduro e consciente por parte de todos, pois as suas causas se emaranham com a sociedade como problemas familiares, carências, influências da TV, de toda a mídia, o que ressalta a importância de uma atuação organizada e articulada por parte das escolas.

É preciso sempre observar e constatar a causa de postura indisciplinar dos alunos que tem influência, tanto interna como externa, como a educação recebida pela família, falta de afeto, e até mesmo a falta de limites, sendo que o aluno, ao chegar na escola, já apresenta uma formação pessoal, recebida do lado externo, porém isso não quer dizer que este aluno não tenha como mudar, pois a escola tem grande possibilidade para modificar o indivíduo apresentando-lhe uma nova forma de mundo e a possibilidade de se tornar uma nova pessoa , o que caracteriza a formação de cidadania (GUIMARÃES, 1996).

As principais agências educativas que influenciam e formam a personalidade humana são a escola e a família. A família, em relação ao contexto de socialização, exerce grande influência sobre a criança e o adolescente, sendo assim, é impossível negar a importância e o impacto que a educação familiar, nos pontos de vista cognitivo, afetivo e moral, exerce na formação individual do

ser humano. Rego (1996, p. 98) ressalta que:

os traços que caracterizarão a criança e o jovem ao longo de seu desenvolvimento não dependerão exclusivamente das experiências vivenciadas no interior da família, mas das inúmeras aprendizagens que o indivíduo realizará em diferentes contextos socializadores como na escola.

Com a crescente democratização que o País apresentou nos últimos tempos, criou-se um novo sujeito, sendo preciso que a escola se inove em seus padrões pedagógicos. Aquino (1996, p. 44) enfatiza que: “Escolarização, já é exercício de cidadania”, sendo este já um direito de todos preceituado no âmbito legislativo. Nesse sentido, a gênese da indisciplina não residiria na figura do aluno, mas na incapacidade da escola de administrar as novas formas da existência social nos contextos escolares. 7 Uma das causas de atos disciplinares vem a ser o aluno se sentir injustiçado, o que destaca a necessidade de ouvir e aceitar sua opinião na busca de solução do problema que se lhe apresenta. Ouvir tem demonstrado ser a melhor providência para o resgate da razão, a instauração das condições necessárias à compreensão dos problemas e a tomada de decisão na busca e soluções como ressalta Aquino (1996), que destaca a ideia de autoridade e de regras impostas na forma de centralização do poder como favorecimento de uma série de confrontos e desacertos.

Existem várias causas para que os alunos ajam de forma indisciplinada. Uma das mais comuns é a injustiça entre os jovens que dizem serem tratados de forma injusta, ou que têm que cumprir regras injustas, e se defendem de maneira explosiva e, muitas vezes, com um comportamento violento.

Quando existe esse tipo de situação é difícil buscar soluções que possibilitem reconstruir relações no âmbito escolar e nem sempre se consegue enfrentar as dificuldades como ponto de partida para as mudanças que são necessárias para tentar resgatar um convívio escolar que valorize a vida. A Escola não deve se deixar abater pela incapacidade de tentar resolver estes conflitos. Deve criar planos e se unir para enfrentar esses problemas com a participação de todos, professores, administradores, alunos, pais e também a comunidade (AQUINO, 1996).

Vasconcellos (1995) enfatiza que as escolas também apresentam seu grau de responsabilidade com a indisciplina quando não apresentam definição clara em

sua proposta educacional; normas não claras e ausência de diálogo e respeito, também favorecem a indisciplina. Outro fator que contribui para a desmotivação dos alunos e a indisciplina é o não entendimento de conteúdos propostos, falta de compromisso, estando o aluno na escola somente obrigado pelos pais e pela sociedade e o cansaço, o que demonstra a necessidade de aulas mais dinâmicas e atrativas.

Fleury (1996) aborda o processo pedagógico de caráter participativo, as decisões quanto ao planejamento, a execução e a avaliação das atividades ressaltando que só se consegue superar práticas pedagógicas autoritárias quando as decisões básicas forem realmente discutidas, definidas e assumidas pelo próprio grupo interessado, ao contrário se torna uma prática alienada e autoritária. Zaguri (2006) explica que o exercício autocrático do poder dentro dos contextos escolares era mais favorável à disciplina, porém esse era normatizado e sem participação, o que gera um distanciamento entre educador, educando e a sociedade. 8 A influência dos fatores externos na indisciplina é abordada por comportamentalistas que enfatizam esses fatores como determinantes do comportamento afirmando que o mais importante no comportamento do indivíduo são suas experiências, aquilo que vivencia no seu cotidiano (VASCONCELLOS, 1995).

Em relação às sanções disciplinares Rousseau introduz em sua obra a punição frente aos atos, ou seja, deixar que o aluno sofra as consequências de seus atos para que seja capaz de refletir sobre as decisões que deverão ser tomadas (ESTRELA, 1994).

Para que este trabalho educativo de caráter social seja realizado é necessário que a programação do ensino leve em conta o conteúdo que o educando traz consigo. O educador deve planejar o ensino através daquilo que o educando almeja aprender, ou seja, saiba de que forma o conteúdo que está sendo estudado poderá ser utilizado na sua vida (COSTA NETO, 2002).

Celso Antunes (2002, p. 19) ressalta que: “Na maior parte das escolas não é diferente, a indisciplina quase sempre emana de três focos: a escola e sua estrutura, o professor e sua conduta e o aluno e sua bagunça”.

Dessa forma é fundamental que as escolas apresentem organização curricular desempenhando seu papel com olhar para o aluno e suas deficiências, trabalhando cada aluno de acordo com sua formação social e humana. É

necessário que o professor não seja apenas um meio transmissor e, sim, um agenciador e facilitador para que o aluno obtenha o conhecimento.

A indisciplina não é ocasionada somente na escola, existem outras causas como, por exemplo:

a) Sociais: as constantes transformações, as necessidades econômicas e as relações mal estabelecidas, a abdicação crescente da família quanto às responsabilidades educativas, o imediatismo, a crise de autoridade e a ênfase nos direitos trazem uma mudança na forma de ver e interpretar o mundo,

b) Escolares: ou o aluno se adapta às condições da escola ou... Difusão da ameaça sem um objetivo claro e específico. A escola chata, sem atrativos ou sem estar adequada à realidade, pensa o seu fazer pedagógico dando mais ênfase ao quantitativo do que ao qualitativo, apenas visando lucros; classes numerosas levando a uma orientação inadequada à situação pela diversidade de comando entre elementos da Direção e as responsabilidades dos funcionários.

c) Profissionais: professores insatisfeitos, pois não conseguem que seus alunos tenham o desempenho desejado, criam uma relação de dependência (eu sei, você não...), pois há má direção de classe (autoritarismo, permissividade), aulas ministradas de forma meramente expositiva, sendo que a participação prevista do aluno é copiar o conteúdo do trabalho, aulas desvinculadas da realidade do aluno e as técnicas do ensino/avaliação inadequadas (improvisação), desrespeitando o aluno (“vai dando aula”). Exigência que o aluno fique sentado e silencioso durante a aula, pois qualquer manifestação imprevista é considerada indisciplina. Não podemos deixar de mencionar os baixos salários e a falta de programas de atualização constante.

d) Estudantis: muitos motivos podem levar um aluno a não se comportar de forma adequada em atividades que necessitem de uma integração funcional, há distúrbios psicossociais (psiquiátricos, neurológicos, de personalidade) nas etapas do desenvolvimento: drogas, problemas familiares, problemas de relacionamento, incompatibilidade às normas (TIBA 1996, p.156-7).

Alguns educadores costumam atribuir a culpa pelo “comportamento indisciplinado” do aluno exclusivamente à educação recebida na família, desobrigando-se dessa responsabilidade e deslocando o problema para fora do seu domínio. Outros acreditam que a manifestação da indisciplina no cotidiano

escolar está ligada aos traços de personalidade de cada aluno atribuindo a ele a responsabilidade, demonstrando tratar-se de uma concepção de desenvolvimento que já vem definido desde o nascimento, por isso não poderão ser modificados.

A disciplina que deve ser almejada pela escola é a que busca participação, respeito, responsabilidade, construção de conhecimento e formação do caráter e da cidadania, uma disciplina que aponte os limites, mas também as possibilidades, através de uma visão dialética – libertadora que compreende que a disciplina é construída para interação do sujeito e sua realidade. A disciplina consciente e interativa, portanto, pode ser entendida como o processo de construção da autorregulação do sujeito e/ ou grupo, que se dá na interação social e pela tensão dialética, visando à adaptação e transformação no ensino (VASCONCELLOS, 1995).

Na visão deste autor, historicamente a instituição escolar foi marcada pelo autoritarismo e a disciplina vinha a ser caracterizada pelos educandos desse autoritarismo como submissão, o que os leva a atos indisciplinados a fim de demonstrarem a não aceitação do autoritarismo.

Para Freire (1985 apud FLEURY 1996, p. 79) em relação à dimensão pedagógica “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Vasconcellos (1995) comenta que a escola também tem papel social e não somente de transmissão de conteúdos, ou seja, deve inserir o sujeito no processo civilizatório, bem como na sua necessária transformação tendo em vista o bem comum.

Para Silva (2004) a maneira do indivíduo se comportar é produto da relação que ele estabelece com o meio social. Também Piaget, em suas investigações, destaca que a moral no indivíduo se desenvolve quantitativamente e qualitativamente, onde educandos são submetidos a um processo educativo e constante e se adaptam ou se desadaptam ao seu meio físico e social. Sujeitos indisciplinados não têm limites morais, agem sem levar em consideração as pessoas e em sua maioria suas condutas são de conflito com a disciplina imposta, dificultando o seu processo de ensino- aprendizagem. O valor ético e moral já não é tão presente na sociedade atual, condenando-a a um possível desaparecimento.

Às vezes é preciso ter postura autoritária a fim de estabelecer limites que sejam respeitados; o fato de se trabalhar de forma crítica e criativa faz com que os alunos se sintam perdidos por não existirem limites rígidos (VASCONCELLOS, 1995).

Fleury (1996), quanto ao descompromisso de alunos para com as atividades e disciplina, diz ser fator contribuinte a vida sem regras em seu meio social e, para mudar isso, a escola deve ter postura de iniciativa corajosa e decidida.

Um dos fatores que talvez influenciem o surgimento da indisciplina está relacionado ao fato dos conteúdos ministrados estarem aquém ou além da capacidade dos aprendizes; estando abaixo do seu nível de desenvolvimento e aprendizagem não prestam atenção à aula ministrada, ocasionando atos indisciplinados (SILVA, 2004). Os PCN's também sugerem que o educador deve compor uma intervenção pedagógica mais articulada com os ideais da democracia e do efetivo exercício de cidadania; a educação deve procurar formar indivíduos que tenham suas condutas guiadas por valores alicerçados na dignidade do ser humano.

Para Weil (1979, p. 146) "a arte de ensinar é antes de tudo a arte de interessar os alunos a assimilarem os assuntos". A pedagogia atual ensina que o professor deve procurar atrair o interesse e envolvimento desses alunos.

De acordo com Vasconcellos o grande foco da crítica e da atribuição de responsabilidade pelos problemas de indisciplina na escola está sendo o aluno e sua família. Esta muitas vezes se encontra desestruturada e desorientada e em muitos casos se exime de sua responsabilidade de educar, deixando essa responsabilidade somente para a escola. "A família não está cumprindo sua tarefa de fazer a iniciação civilizatória: estabelecer limites, desenvolver hábitos básicos" (VASCONCELLOS, 1995, p. 22).

As escolas precisam aprender e se adequar às exigências e também às possibilidades e necessidades dos alunos. E os alunos, por sua vez, precisam compreender e entender as regras da instituição escolar. Para que esse processo aconteça respeitando tanto o educador como o educando, é necessário que se faça sempre uma análise, que se busque as causas responsáveis pela ocorrência da indisciplina. ¹¹ É preciso construir um autêntico relacionamento de reciprocidade entre as pessoas a partir do enfrentamento conjunto.

Para conhecer mais profundamente o papel do gestor e a questão de indisciplina escolar foi realizada uma pesquisa de campo em uma escola de ensino básico da cidade de Anápolis. Foram investigados 21 alunos, sendo 03(três) alunos de cada sala da 2ª fase do ensino fundamental, 6 (seis) professores destas salas e o 03(três) membros de equipe gestora (Diretor e coordenadores).

Os dados foram coletados através da aplicação de questionários contendo 08 questões fechadas e abertas, objetivando verificar a causa dos atos disciplinares por parte dos alunos e destacar alternativas que possam vir a contribuir para melhorar a disciplina, tanto escolar como social.

O diretor entrevistado disse que a escola em que atua apresenta índices raros de indisciplina, acredita ele que os gestores têm tido capacidade para diminuir a indisciplina na escola. Ressalta que a indisciplina é de responsabilidade dos alunos, dos gestores, educadores e da família.

Através do questionário o diretor diz que atitudes disciplinares comprometem a aprendizagem de todos, ressalta a falta de aprendizagem em relação aos conteúdos propostos e coloca também a falta de limites por parte da família; diz que os alunos querem chamar a atenção sobre si mesmos. Para ele os alunos se sentem desmotivados quando o professor não propicia atividade deixando-os como espectadores, e dentre as alternativas e técnicas que a escola possa desenvolver para diminuir os índices de indisciplina sugere a criação de um ambiente de pesquisa, com atividades diversificadas, onde o professor estabeleça regras claras e objetivas para conquistar uma convivência saudável com seus alunos e um trabalho educativo onde toda a equipe de educadores ame muito os seus educandos, ressaltando que quando se trabalha com amor, pode-se cobrar mais e assim corrigir.

Dois coordenadores responderam ao questionário dizendo que a escola em que atuam apresenta índices raros de indisciplina, acreditam que o gestor tem capacidade para diminuir atos disciplinares e tem atuado corretamente frente a eles. Colocam como responsáveis pelo alto índice de indisciplina nas escolas o próprio aluno e a família, que tem negligenciado um pouco na educação de seus filhos. Dizem que a indisciplina atrapalha a aprendizagem num todo prejudicando, assim, os demais, e colocam que os alunos em grande parte são disciplinares porque não conseguem aprender e, assim, atrapalham o

andamento das aulas dificultando a aprendizagem dos demais. A falta de imposição de limites por parte da família e também uma forma de chamar a atenção dos demais são também causas de 12 indisciplina. Afirmam que a metodologia utilizada nas aulas favorece a desmotivação dos alunos gerando indisciplina e que a escola deve buscar trabalhar em conjunto com a família, promovendo projetos que trabalhem limites e respeito.

Os professores pesquisados sobre a indisciplina na escola em que atuam disseram que a escola apresenta índices altos de casos de indisciplina, contrastando com o diretor e coordenadores entrevistados.

Segundo eles o gestor tem demonstrado capacidade de atuar perante os atos de indisciplina, coincidindo sua opinião com a dos gestores pesquisados.

No questionário respondido, trinta e três por cento desses professores consideram que os indícios de indisciplina dos alunos são de responsabilidade dos gestores e professores, dezessete por cento responderam que são de responsabilidade da família, cinquenta por cento julgaram que são de responsabilidade de todos e nenhum professor responsabilizou os alunos por atos indisciplinados. Afirmaram que através de um trabalho coletivo é possível sanar os problemas em relação à indisciplina nas escolas.

Foram unânimes em afirmar que a indisciplina atrapalha a aprendizagem de todos os alunos e não apenas do indisciplinado.

Sobre os motivos que levam os alunos a serem indisciplinados, trinta e três por cento dos professores questionados disseram que é porque eles não conseguem aprender, dezessete por cento porque querem chamar a atenção sobre si mesmos e cinquenta por cento responderam que é por falta de limite.

Também colocam que a desmotivação ocorrida nas salas de aulas muitas vezes é devida à falta de empatia com o conteúdo proposto e com o professor, aulas monótonas, as metodologias iguais e constantes das aulas, e também turmas numerosas e destacam, ainda, a falta de acompanhamento da família.

Dentre as alternativas para diminuir os índices de indisciplina nas salas de aula os professores sugerem um trabalho integrado entre escola, aluno, família e sociedade, metodologias de aulas bem definidas, normas disciplinares mais rígidas, importância de um professor atualizado e dinâmico e com boa relação de convivência com seus alunos.

Assim, afirmam que um trabalho individual, destacando o aluno como um ser

único e diferenciado, através do diálogo, buscando conhecer os problemas que enfrentam esses alunos, poderá diminuir favoravelmente o problema da indisciplina nas escolas. Sugerem ainda que os educadores devem trabalhar mais sociabilidade, limites, autodisciplina, civilidade, fraternidade para que, desenvolvendo esses valores, os alunos aprendam o respeito ao próximo. O professor deve trabalhar com uma postura mais direta com os educandos, ligando a teoria e prática, e também sugerem um acompanhamento psicopedagógico, destacando a importância de um profissional competente e qualificado nessa área.

Dos alunos pesquisados, quarenta e oito por cento responderam que a escola em que estudam apresenta índices raros de indisciplina e cinquenta e dois por cento consideram esses índices altos.

Enquanto cinquenta e sete por centos desses alunos consideram que os gestores têm capacidade para diminuir a indisciplina na escola, cinco por cento acham que eles não são capazes e trinta e oito por cento dizem que às vezes os gestores são capazes de diminuir a indisciplina. Este resultado mostra que os alunos estão bem divididos em suas opiniões sobre os gestores de sua escola.

Quando perguntados sobre os responsáveis pelos indícios de indisciplina, sessenta e sete por cento responderam serem eles mesmos, cinco por cento responsabilizam as famílias e vinte e oito por centos os gestores e educadores. Aqui se pode verificar que a maior parte dos alunos está consciente de que a indisciplina é provocada por eles mesmos.

Na pergunta sobre os prejuízos provocados pela indisciplina à aprendizagem, vinte e oito por cento consideram que apenas o aluno indisciplinado fica prejudicado, ao passo que setenta e dois por cento disseram que todos os alunos ficam prejudicados. Pode-se notar, nestas respostas, que os alunos indisciplinados sabem que estão sendo nocivos ao grupo, talvez por isso alguns tenham responsabilizado os gestores e educadores pelos indícios de indisciplina nas questões anteriores.

Chamar a atenção dos colegas foi a causa mais apontada como motivador de indisciplina, quando setenta e seis por cento dos alunos pesquisados escolheram esta alternativa ao passo que apenas dez por cento escolheram a alternativa de dificuldade de aprendizagem e quatorze por cento apontaram

que é a falta de limites.

Sobre o responsável pela disciplina em sala de aula, setenta e seis por cento dos alunos responderam ser o professor, apenas cinco por cento apontaram que é o gestor e dezenove por cento a coordenação disciplinar. Nesta resposta fica evidente que a postura do professor interfere no comportamento dos alunos.

Dentre as aulas em que são comuns atos indisciplinados destacam a matemática e artes, a primeira devido à dificuldade de aprendizagem com os conteúdos propostos e, a segunda, devido à ocorrência de muitas brincadeiras durante a aula.

Dos motivos da ocorrência da indisciplina nas aulas os alunos assinalam muitos conteúdos, relação professor – aluno, falta de atratividade nas aulas, dificuldade de aprendizagem, aulas cansativas e monótonas, desinteresse por parte dos alunos, professores 14 que não impõem limites, o que leva a brincadeiras durante as aulas. Muito conteúdo e exposição deixando as aulas cansativas também foram apontados como causadores de atos indisciplinados. Acreditam que a desmotivação é um problema dos alunos e não da escola.

A indisciplina é um dos grandes problemas na educação. O aumento do índice da indisciplina está relacionado a vários fatores como sociedade, família, falta de limites por parte dos alunos.

Os alunos são indisciplinados por vários motivos, o que demonstra a necessidade de um trabalho mais integrador e dinâmico dentro do grupo escolar, composto por diálogo e compreensão.

A pesquisa realizada demonstrou que a indisciplina incomoda diretores, coordenadores, professores e até mesmo os próprios alunos que se sentem prejudicados no aprendizado.

É necessário que a escola construa um espaço humanizado, democrático, com a presença do diálogo e da afetividade. Os educadores devem apresentar uma postura de interesse pelas metas, realizações, mas devem ter sempre um olhar em relação aos problemas dos estudantes conquistando, assim, maior autonomia para lidar com a indisciplina na sala de aula.

Na escola é fundamental um trabalho em parceria, com responsabilidade, com objetivos claramente definidos e pontos estratégicos em situações isoladas que possam vir a acontecer.

É importante também mudar a concepção de educar os alunos, pois eles estão cada vez mais exigentes, querem aulas diferentes e atrativas que despertem o seu interesse por aprender, conhecer e, principalmente, que se enfatize o lado civil desses alunos possibilitando-lhes aprender o respeito ao próximo e formando o homem, o cidadão e o profissional que a sociedade atual precisa. Um trabalho pedagógico conjunto com gestores, alunos, família e sociedade resolverá os problemas de indisciplina na escola, contribuindo para uma educação plena, onde reine o respeito, o compromisso com a formação da cidadania.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

a) Conceituação:

A indisciplina é um problema que se manifesta em quase todas as escolas públicas e particulares em maior ou menor grau e, que incomoda a maioria dos educadores. Esse problema se manifesta por agressões físicas e verbais, humilhação, ausência de limites, atitudes incivilizadas, etc. Tudo isso compromete de forma significativa no rendimento geral da escola e na forma como a escola passa a ser vista e avaliada pela sociedade em relação com o papel que ela presta a esta sociedade. Conforme o grau de disciplina ou indisciplina que impera na escola ela, pode ser avaliada como uma "boa" escola ou "ruim" para que os pais possam confiar que seus filhos estudem nela.

A primeira tem a ver com a falta de autodisciplina, que é quando o aluno não consegue organizar a tarefa. A segunda pode ser associada à desobediência. Acontece quando eu mando o aluno fazer algo e ele não faz. Eu deixo de ter autoridade porque ele não seguiu minhas ordens, mas não fui desrespeitado. O estudante pode desenvolver dizendo algo como "senhor me desculpe, mas eu não vou fazer a lição". É uma questão política, tem a ver com a legitimidade do posto de direção. A terceira indisciplina, o desrespeito, essa, sim, é uma

questão moral. Se eu estou lecionando e o aluno se levanta e vai embora como se eu não existisse, fui desobedecido como autoridade e desrespeitado como pessoa, independente do fato de ser ou não professor.

A indisciplina se apresenta na escola e na sala de aula em todos estes níveis, mas, pelo fato da escola não discutir ou refletir bem este assunto, erra bastante. Erra quando trata algumas atitudes que estão em alguma das três definições e age dentro de outra.

Muitas atitudes de reação, ou contestação de alunos em relação a certas atitudes de professor, muitas vezes ultrapassadas, podem ser caracterizadas como indisciplina, o que para o aluno não é, mas para o professor pode ser. Por isso, é necessário que se tenha uma boa concepção de disciplina e indisciplina, para que se possa construir um Regimento Escolar que respeite claramente o que é direito, o que é dever, o que pode, o que não pode (vedações). Assim, pode-se evitar que a escola veja a disciplina por uma única ótica, como diz Ferrari (2005, p.25) quando ele afirma que o principal erro da escola em relação à disciplina: "É pensar que existe um único tipo de disciplina e que ela só pode ser imposta, minha ideia é que disciplina é um trabalho de todos em sala de aula. Constrói-se a melhor forma de acordo com a necessidade".

Essa é uma forma simplista de ver uma problemática desta natureza, uma problemática que pode se manifestar de diversas formas e a partir de diferentes fatores. Os diversos problemas pelos quais passa uma sociedade capitalista, que valoriza mais o ter do que o ser, que exclui, que discrimina, que gera fome e miséria no mundo inteiro, que divide a sociedade em classes, que concentra a renda mãos de poucos, levando a cada vez um número menor de ricos e cada vez maior de pobres. A escola finda recebendo alunos com valores seriamente comprometidos, ou sem alguns valores necessários para uma boa formação, consequência deste modelo da sociedade. Por isso, muitos dos problemas de indisciplina estão sendo tratados por alguns teóricos no mundo inteiro como Bullying Escolar.

O termo Bullying é um termo que junta alguns comportamentos que levam a geração de conflitos, tanto na sala de aula como nas dependências da escola, principalmente quando estão na ausência dos professores, que são mediadores de relações sociais, quando eles podem falar o que quiserem e com quem quiserem. Por isso, a relação de igualdade proporcionada pela liberdade e a ausência de adultos na hora do recreio nem sempre são bem aproveitados.

Como se ver em (VARDAS E BAGATINI, 2007, p.36) quando elas afirmam: "A falta de tarefas programadas muitas vezes leva a geração de conflitos, como brigas entre as crianças e adolescentes e o preocupante fenômeno bullying, que hoje é objeto de estudo e atenção de diretores, professores, pais, alunos e funcionários".

O termo bullying é tratado aqui como atitudes e comportamentos que geram ou caracterizam insultos, intimidações, apelidos cruéis e constrangedores, gozações que marcam e magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos, levando-os a exclusão, além de danos físicos, psíquicos, morais e materiais. Isto exige que a escola precise tratar este tipo de situação com muito cuidado. Por isso, precisa identificar, diagnosticar e encaminhar os casos de bullying escolar para os profissionais da área específica e capacitar os profissionais para lidar com esse tipo de problema, para que eles possam conseguir diferenciar os casos de bullying das brincadeiras próprias das crianças.

Por se tratar de um problema que muitas escolas ainda não sabem como lidar, algumas escolas estão buscando alternativas para minimizar os problemas neste sentido.

Como pode se comprovar em (FANTE APUD VARGAS E BAGATINI, 2007, p.36) quando ela diz:

No Brasil, diversas escolas estão buscando alternativas para diminuir a violência na hora do recreio. Para isso são propostas brincadeiras lúdicas e culturais no pátio. As escolas vêm desenvolvendo e aprimorando projetos que priorizem, sobretudo, as relações interpessoais, conscientizando-se de que o

pátio de recreio representa um espaço de todos, um momento de inclusão, de amizade, de cooperação.

Partindo-se do princípio de que mudanças bruscas e imediatas estão ocorrendo nesta sociedade. Mudanças que têm gerado muitos tipos de problemas e que a escola não tem um manual pronto para usar. Precisa partir de alternativas como esta citada por Fante anteriormente.

Por isso, é preciso que as escolas revejam seu papel, quando em seus recintos se apresentarem este tipo de problema. Que criem alternativas, que desenvolvam hábitos e atitudes positivas, e que melhorem a autoestima dos alunos e acredita-se que o lúdico sendo mais utilizado e bem utilizado pela escola, pode-se conseguir minimizar consideravelmente e mais rapidamente este tipo de problema.

b) As concepções de disciplina no debate educacional brasileiro:

De modo geral, o debate sobre a disciplina/indisciplina no Brasil, nas duas últimas décadas, se desenvolve sob diferentes enfoques teóricos, que podem ser percebidos em cinco momentos distintos. O primeiro se fundamenta nos estudos sobre o desenvolvimento moral de Piaget e Kohlberg. O segundo pode ser observado nas abordagens pedagógicas de cunho socialista que se baseiam, em especial, nas formulações de Gramsci e Makarenko. O terceiro, parte de uma discussão sócio-histórica da disciplina, baseada na psicologia de Vygotsky. O quarto envolve as abordagens desenvolvidas a partir do referencial psicanalítico. E, no último, é possível observar a influência do pensamento pós-estruturalista.

Tendo o cuidado de não desconsiderar as diferenças de abordagens ou de tratamento teórico dado ao objeto numa mesma vertente, o objetivo de categorizar as produções segundo as suas similaridades é o de compreender os vários dimensionamentos conceituais dados à discussão da indisciplina na

escola.

Nos estudos subsidiados pelas teorias psicogenéticas de Piaget e Kohlberg, primeiro momento assinalado, o aspecto da disciplina é focalizado dentro da perspectiva do desenvolvimento moral. Os parâmetros da ação do educador e dos processos de regulação da conduta são definidos na caracterização dos estágios de heteronomia e autonomia, que implicam diferentes relações da criança com a autoridade e com as noções das regras morais.

Para a teoria psicogenética, a construção da autonomia representa um princípio fundamental, que deve nortear todo o processo educativo, desde o primeiro contato da criança com a escola e o saber. A perspectiva do paralelismo moral e a visão do desenvolvimento das estruturas cognitivas a partir da atividade espontânea do sujeito levam à hipótese de que o julgamento moral também decorre de processos de interação e de cooperatividade entre crianças. As relações espontâneas fornecem a base sobre a qual a criança deve construir as noções de regras, respeito mútuo e justiça e, portanto, sua autonomia moral.

c) Possíveis causas:

A maioria de problemas de conduta, de caráter, de personalidade, de valores negativos demonstrados onde quer que seja, tem sua causa em algum momento da formação do ser humano.

Este modelo de sociedade globalizada, globalização esta forçada por circunstâncias do modelo de mercado que predomina mundialmente, que é o capitalismo mundial. Este capitalismo em algum país do mundo ele é mais ou menos selvagem, mas é selvagem de alguma forma, pois ele, de uma forma ou de outra gera exclusão social. Gera desigualdades, pobreza e miséria das mais diversas formas. Faz isso quando concentra renda, quando divide a sociedade em classes: a dos de quem têm muito ou tudo e, a os de quem têm pouco e a dos que não tem nada, nem o básico para viver dignamente. Um modelo de

sociedade que a pessoa passa a valer pelo que tem. Se tem muito vale muito, se não tem nada, nada vale. Esta concepção é absorvida pelas crianças facilmente. É uma sociedade que valoriza mais o ter do que o ser. E quem não tem nem o básico para sua sobrevivência pode desenvolver muitos problemas de personalidade e caráter.

A grande preocupação dos educadores é que são estas crianças que chegam às escolas públicas para que gestores e professores possam lidar com os problemas gerados pela situação social em que eles formam gerados e inicialmente "educados". Já portando problemas de conduta, de valores invertidos e comprometidos que a escola vai ter que conviver e reeducar.

Os problemas no campo social são tantos que não se pode imaginar, pois muitos teóricos, principalmente os ambientalistas defendem que a criança sofre uma influência significativa do "meio" em seu processo de formação humana. Se a criança vive em um meio onde impera a violência, que é um dos tipos de indisciplina, ela conceber os tipos de violência que ela convive como natural, e a tendência é se comportar como tem percebido que os coleguinhas se comportam e levam vantagem em relação aos colegas e aos pais. Isto ocorre porque estas crianças começam a quebrar regras, limites e normas e findam levando alguma vantagem com estes comportamentos. Situações desta natureza são comuns porque os pais vão se cansando, tem que trabalhar. Ausentam-se muito e a convivência destas crianças com quem não tem limites é assimilar as vantagens deste tipo de comportamento e, nenhum momento refletir sobre as desvantagens. Se as regras não forem claras e sanções não forem praticadas de forma que as crianças desenvolvam uma concepção sadia de limites, percebam as desvantagens de seus comportamentos, a tendência é piorar. Pode-se ver afirmação desta natureza em Vygotsky apud Thomas apud Schütz, pois, de acordo com ele,

Todas as atividades cognitivas básicas do indivíduo ocorrem de acordo com sua história social e acabam se constituindo no produto do desenvolvimento histórico-social de sua comunidade (Luria, 1976). Portanto, as habilidades cognitivas e as formas de estruturar o pensamento do indivíduo não são determinadas por fatores congênitos. São isto sim, resultado das atividades

praticadas de acordo com os hábitos sociais da cultura em que o indivíduo se desenvolve. [...] (Murray Thomas, 1993).

Apesar dos inatistas defenderem que os comportamentos humanos são heranças genéticas os ambientalistas devem ter muitas razões quando fazem tais afirmações. Porque a influência que o ser humano recebe do meio ambiente em que está inserido é muito forte, principalmente quando se trata de uma criança, um ser humano em processo de desenvolvimento em todos os aspectos em que o ser humano pode se desenvolver.

Todas as demais causas que se possa enumerar que podem gerar indisciplina e violência estarão de alguma forma, ligadas a problemas econômicos, sociais e/ou culturais.

No caso da indisciplina que se manifesta dentro da escola em maior grau que a violência, esta se manifesta com mais frequência porque os fatores podem estar ligados a conduta do aluno ou muitos motivos para ela se manifestar já estão dentro da escola também. No caso da violência ela vem para a escola trazida pelo aluno de alguma forma. Ou ele já é portador de atitudes violentas, por todas as causas anteriormente citadas, ou já conviveu com situações lá fora, com envolvimento em qualquer tipo de confusão que os envolvidos vêm até ele para resolver problemas entre eles criados e, a escola finda sendo atingida e é quem tem que resolver as situações que a envolve. E as causas desse tipo de comportamento podem ser de várias origens, que não vem ao caso agora enumerá-las, mas que estão relacionadas a fatores socioeconômicos e culturais, de alguma forma. Mas que é preciso que os educadores procurem antes de qualquer atitude, conhecer as principais causas que envolvem os alunos. Como se ver em Falsabela, quando ele afirma que "Atos de violência na escola tem diferentes razões para acontecer, caba ao educador tentar conhecê-lo antes de responder e alterar (1991)"

Uma das grandes causas é a grande falta de bons exemplos na mídia de forma geral e o excesso de maus exemplos que as crianças têm assistido nos programas de TV e em seu cotidiano. Uma sociedade onde quem rouba uma galinha ou uma lata de leite, o que de qualquer forma é roubo, tem que ser punido com os rigores da lei, mas, quem rouba milhões é apenas corrupto, com

direito a um montante significativo de privilégios, podemos cobrar o que das crianças entre o que é certo e o que é errado. Esse tipo de influência negativa pode ser absorvido facilmente pelas crianças, pois tudo que se ver intensivamente passa-se a ver como natural e isto é perigoso e, de uma forma ou de outra vai se manifestar na escola enquanto estudantes, não se sabe, mas, se pode imaginar as consequências disso no futuro. (WATERS, p. 89) ressalta bem esta questão:

A maioria das crianças passa mais tempo assistindo televisão do que em afinal que outra atividade exceto a violência nata, por isso, a maioria destas crianças se comportam de maneira agressiva, mostrada na televisão.

Uma sociedade onde as instituições que têm a incumbência de zelar pelos direitos de seus cidadãos e fazer cumprir as leis estão se desmoronando. Quando se vê a Polícia Federal gastando milhões para investigar crimes contra o Tesouro Nacional e prendendo os criminosos e o poder judiciário, em seu mais alto nível que o Supremo Tribunal Federal ? ETF, mandando soltá-los, não se sabe por quanto, mas que deve ter um grande valor estas solturas que deixam a sociedade perplexa e que deveria ter uma satisfação destes que se sentem Deus para tomar estas decisões, sem se sentir no dever de dar uma boa satisfação para a sociedade que eles, de qualquer forma representam, para garantir os direitos dos cidadãos, pelo menos deveriam.

Como fica a cabeça, a mentalidade e a concepção das crianças entre o que é certo e o que é errado, entre o que pode e o que não pode? Tudo vai depender muito do tipo de família e do tipo de escola que estas crianças estiverem sendo criadas e educadas. Mesmo assim, o processo de formação de caráter, de personalidade e de conduta das crianças como um todo, desde quando elas tiverem tido alguma influência, neste sentido, ficará bastante comprometido.

A maioria dos problemas sociais que geram a violência e a indisciplina na sociedade como um todo, tem como causa a corrupção que tem sido mostrada a toda hora, em todos os jornais de qualquer horário e as crianças assistem e passam a ver como normal, porque nada ou quase nada acontece com quem

detém poder e dinheiro. Quem ressalta muito bem esta questão é Nogueira, ao afirmar que:

"Eles" fazem de conta que não compreendem que a subtração de dinheiro público causa mortes, pobreza e exclusão social. Desconhecem também que esses fatores desestabilizam a democracia e o estado de direito? de direitos e deveres iguais. Mas eles sabem, sim, que os "Dantas da vida" e seus protetores são perigosíssimos e que deveriam ser tratados como portadores dessa característica. (2008, p. A / 2).

Tudo terá que ser feito em dobro no sentido positivo. Uma inversão total dos valores negativos que estas crianças já têm para a construção e desenvolvimento de valores positivos e ideais para que se possa formar boas crianças para cuidar deste país, futuramente. Só assim, se poderá ter uma sociedade melhor, mais humana, mais solidária, mais justa e, acima de tudo, mais igualitária e justa.

d) Algumas considerações sobre a escola neste contexto:

Não é de se estranhar que a escola e a sua gestão estejam passando por momentos de extrema dificuldade para lidar com este tipo de problema.

Os fatores anteriormente citados, desde a influência da mídia, os fatores socioeconômicos, culturais e ambientais exercem uma influência muito grande na formação geral das crianças e jovens em seu processo de formação da personalidade e do caráter. Como estes jovens irão chegar a escola trazendo consigo uma grande carga destas influências, a escola para a ter uma grande dificuldade para lidar com todos os problemas que eles trazem e que todo ano letivo a escola tem que começar tudo que já vinha fazendo com os que já conhece e que já foram diagnosticados os principais problemas que eles trazem. Isto ocorre porque a escola, apesar de viver em um contexto de exclusão e competição social, não pode reforçar nada disso, e deve tratar e

educar todos iguais e, isto não é nada fácil.

Os alunos que chegam à escola são de origens das mais diversas. O corpo discente, da maioria das escolas públicas é de uma composição extremamente heterogênea, pois, recebe alunos de todos os níveis e classes sociais, econômicos e culturais e, isto torna o trabalho dos professores e do gestor um tanto complicado, por isso, pode se afirmar que as escolas públicas, em sua maioria, não estão preparadas para lidar com os problemas de indisciplina e de violência na escola.

Pelo fato, da escola não está preparada para lidar com este tipo de problema corre o risco de, também cometer alguma injustiça ou praticar algum tipo de violência ou discriminação contra os seus alunos, pois, não existe um manual para se tratar da violência e da indisciplina, o que existe são práticas mais cabíveis, mais aconselháveis para determinados casos e, a escola, a partir de discussões que envolvam todos os seus setores e dimensões pode e deve buscar algumas soluções mais viáveis para cada caso. Aconselha-se para isto a implantação, da forma mais coerente e democrática possível, dos Conselhos Escolares, pois estes terão a incumbência de tratar de problemas também desta natureza. Isto pode ocorrer quando a escola começar a tratar qualquer ato dos alunos como indisciplina. Ato como o aluno cobrar o direito de tirar suas dúvidas e não ser compreendido por alguns professores e ser tratado como indisciplinado, impedindo os de pensar e questionar. Isto também é violência. Para que isto não ocorra (MIZUKAMI, 1996, p. 77) nos recomenda:

Caberá aos professores criarem situações propiciando condições onde o aluno possa estabelecer reciprocidade intelectual e cooperação ao mesmo tempo moral e racional (...) o aluno deve ser tratado de acordo com as características estruturais próprias de sua fase evolutiva e o ensino precisa, conseqüentemente, ser adaptado ao desenvolvimento mental e social.

Assim agindo, a escola poderá estar evitando que alguns direitos dos alunos sejam desrespeitados, ficando assim mais fácil garantir os direitos deles para que os deveres possam ser cumpridos com, mais coerência, respeito e

responsabilidade. Coisas que estão entre muitos dos deveres e papéis da escola no processo de formação de seu alunado, mesmo em um momento social bastante conturbado com um excesso de maus exemplos para as crianças e jovens.

RESULTADOS

Um artigo como este não poderia ser produzido sem uma árdua experiência convivendo com o problema, uma ampla pesquisa bibliográfica e muitas reuniões com gestores, professores e comunidade em geral para discutir um problema tão difícil de lidar. Além das reuniões que se participou nas escolas, teve-se a experiência de dar palestras para pais e professores nos finais de bimestres ou semestres, quando a escola iria entregar os boletins dos alunos, ou seja, mostrar os resultados para a comunidade, pois, os resultados da escola têm sido muito comprometidos com este tipo de problema.

Salas superlotadas, um problema que não é culpa dos alunos ou da comunidade, mas, sim do Poder Público, turmas agitadas, inquietas e que predomine a indisciplina como um todo, o rendimento não é o mesmo.

Esta pesquisa e a experiência de vários anos vivendo e convivendo com este tipo de problema tem mostrado que quanto menor forem os problemas ligados à violência e a indisciplina, mas o rendimento da escola será melhor; O conceito e a imagem da escola também dependem de quanto menor for este tipo de problema. Tem pais que querem tirar o filho de uma determinada escola para colocar em outra considerada por eles "melhor". O conceito de melhor ou pior é avaliado pelos pais tendo como base, a organização, as regras e normas e o menor grau de indisciplina, pois, muitos não têm condições ou capacidade para avaliar o processo didático-pedagógico, mas alguns valorizam este critério também, mas os que predominam são os primeiros.

Podemos apresentar, também como resultado de uma pesquisa como esta que realmente a escola como um todo e seus respectivos (as) gestores (as) não

tem preparo ideal para cuidar desta questão, não por culpa deles, mas, por causa de todo o processo de mudanças constantes que a sociedade vem sofrendo, levando a escola e todos os envolvidos passarem por dificuldades na hora de agir, pois muita coisa que se podia fazer, agora não pode mais, ou como se podia fazer não se pode mais da mesma forma, tem se que procurar alternativas e, é isto que tem deixado a escola meio que perdida, neste sentido.

Para contribuir com as informações que aprofundariam este estudo, alguns gestores foram convidados a responder as seguintes questões:

1 ? Qual a sua maior dificuldade que tem se apresentado na sua função de gestor?

2 ? Quais são os principais problemas ligados a indisciplina e violência que tem se apresentado na escola que o(a) Senhor(a) Dirige?

3 ? Quando se apresenta um problema de indisciplina e violência para ser resolvido pela gestão, qual a maior dificuldade que o (a) Senhor (a) se depara?

Sobre a primeira questão 80% dos entrevistados colocam a violência, a indisciplina, 08% veem a impunidade, como um dos problemas que a gestão enfrenta atualmente, em virtude da inversão de valores que a sociedade tem sofrido, 12 % apresentaram outros problemas que também interferem e dificultam o processo de gestão.

Em relação a segunda questão os problemas, no campo da indisciplina e violência, que se apresentam na escola, para 70% dos entrevistados são os casos de falta de limites, 10% incluem as agressões de várias espécies e 20% indicam a falta de senso de regras e responsabilidades também como problemas difíceis de lidar.

No que diz respeito à terceira questão 75% dos entrevistados e em conversas informais apresentam dificuldades no campo da legislação, pois, de certa forma desconhecem os verdadeiros caminhos que devem seguir e agir, por isso, apresentam certo medo de cometer algum erro e passar de disciplinador para culpado, pois, é o que tem ocorrido muito neste país, 15% atribuem a dificuldade dos pais virem a escola para ajudar a resolver os problemas e 10%

apresentam outros fatores. Como pode ser visto quando se perguntou

Qual a sua maior dificuldade que tem se apresentado na sua função de gestor?

Quais são os principais problemas ligados a indisciplina e violência que tem se apresentado na escola que o(a) Senhor(a) dirige?

Quando se apresenta um problema de indisciplina e violência para ser resolvido pela gestão, qual a maior dificuldade que o (a) Senhor (a) se depara?

Além de muitos fatores que dificultam o processo de Gestão Escolar que tem consciência que existem e se apresentam na maioria das escolas públicas brasileira e até em escola particular, dependendo do contexto social onde ela possa estar inserida, pode-se ver que a maior preocupação, no momento e nesta pesquisa que são problemas ligados a como lidar com os alunos de hoje. Por força das circunstâncias deste modelo de sociedade e do meio em que a escola está inserida, a escola como um todo vem tendo muita dificuldade para lidar com este tipo de situação.

2.1 - DISCUSSÃO

Os problemas que dificultam e comprometem a gestão escolar e particularmente ao gestor na tomada de atitudes e decisões são diversos, mas, no decorrer desta pesquisa pode-se perceber e constatar que os que estão diretamente ligados a violência e indisciplina são os que mais os preocupam e os deixam inseguros para resolvê-los , em função dos inúmeros fatores já citados.

Foi possível claramente ver uma relação muito próxima com o que os teóricos

dizem a respeito dos motivos que estão dificultando a ação do gestor, com o que eles dizem e com o que já foi possível conviver com muitos tipos de gestão e diferentes gestores. Não foi possível confirmar nenhuma incoerência, neste sentido.

3 - INDISCIPLINA ESCOLAR: UM DOS DESAFIOS À GESTÃO DEMOCRÁTICA

3.1 - A DISCIPLINA ESCOLAR E AS DIFICULDADES NO AMBIENTE ESCOLAR

A questão da disciplina escolar passou a ser, atualmente, para os profissionais da educação, um dos principais problemas pedagógicos em nível de sala de aula.

Mas o que seria a disciplina?

Segundo definição encontrada no mini-dicionário de Língua Portuguesa Silveira Bueno (2000, p. 206), a palavra disciplina significa ordem, respeito, obediência às leis. E disciplinado seria aquele corrigido, obedecido, organizado, administrado.

Aquino (1996, p. 42) cita um texto de 1922 intitulado *Recomendações Disciplinares* em que se percebe suas impressões:

Não há creanças refractarias à disciplina, mas somente alumnos ainda não disciplinados. A disciplina é factor essencial do aproveitamento dos alumnos e indispiénsavel ao homem civilisado.

Mantêm a disciplina, mais do que o rigor, a força moral do mestre e o seu cuidado em trazer constantemente as creanças interessadas em algum assumpto útil.

Os alumnos se devem apresentar na escola minutos antes das 10 horas, conservando em ordem no corredor da entrada, para dahi descerem ao pateo onde entoarão o cântico.

Formados dois a dois dirigir-se-hão depois ás suas classes acompanhados das respectivas professoras, que exigirão delles se conservem em silencio e

entrem nas salas com calma, sem deslocar as carteiras. Deverão andar sempre sem arrastar com os pés, convindo que o façam em terça, evitando assim o balançar dos braços e movimentos desordenados do corpo.

Em classe a disciplina deverá ser severa: - os alunos manterão entre si silêncio absoluto;

- não poderá estar de pé mais de um aluno;
- a distribuição do material deverá ser rápida e sem desordem;
- não deverão ser atirados ao chão papel ou quaisquer coisas que prejudiquem o asseio
- sempre que se retire da sala, a turma a deixará na mais perfeita ordem.

No recreio a disciplina é ainda necessária para que ele se torne agradável aos alunos bem comportados:

- deverão os alunos se entregar a palestras ou a diversões que não produzam grande alarido;
- deverão merecer atenção especial os alunos que se excederem em algazaras com prejuízo da tranquilidade dos demais;
- serão retirados do recreio ou sofrerão a pena necessária os alunos que gritarem, fizerem correrias, danificarem as plantas ou prejudicarem o asseio do pátio com papéis, cascas de frutas, etc.
- deverá os alunos no fim do recreio formar com calma sem correria, pois que o toque da campainha é dado com antecedência necessária.

Deverão os alunos lavar as mãos e tomar água no pavimento que funcionar a classe a que pertençam.

Não poderão tomar água nas mãos; a escola fornece copos aos alunos que não trazem o de seu uso.

Deverão ter todo o cuidado para não molhar o chão, ainda mesmo junto às pias e talhas.

Ao findarem os trabalhos do dia cada classe seguirá em forma e em silêncio até a escada de entrada, e só descida esta, se dispersarão os alunos. (Braune apud Moraes, 1922, p. 9-10)

Como a grafia desse texto demonstra, trata-se de regras utilizadas há muito tempo. Esse tipo de disciplina exigida é comum à Pedagogia Tradicional, onde o professor é visto como detentor do saber e aos alunos cabe somente ouvir e

assimilar aquilo que ele tem a dizer sendo que, muitas dessas regras prevalecem até hoje em nossas escolas.

Segundo Saviani (2005, p. 118) até mesmo a forma como eram dispostas as carteiras em sala de aula, tinha a ver com esse autoritarismo e centralização no professor, “são fixas e voltadas para determinado ponto onde se encontra o professor (...) por isso é uma sala de aula silenciosa, de paredes opacas”.

“O silêncio nas aulas é absoluto e, fora delas, contido. Os movimentos corporais por sua vez, são completamente esquadrihados: sentados em sala, e em fila fora dela” (AQUINO, 1996, p. 43).

Este paradigma de disciplina imposta causa certo saudosismo por parte de muitos professores, educados nesta escola e que ainda veem neste tipo de comportamento a solução para os problemas que enfrenta em sala de aula, sem se dar conta de que esta disciplina era obtida através da coerção e da punição, não permitindo ao aluno ter o direito de participação nas tomadas de decisões e muito menos de questionar os conteúdos trabalhados e a forma como eram colocados em sala de aula.

Neste tipo de educação o objetivo maior era formar cidadãos com a capacidade de se adaptar a sociedade e ao seu modo de vida, aceitando as imposições do poder vigente. A escola tinha, ainda, a pretensão de ser a redentora da humanidade.

Em contraposição a esse tipo de educação surgiu a Pedagogia Nova, que se propunha a formar o cidadão participativo e onde a escola tinha por objetivo atender às necessidades e interesses dos alunos, de acordo com sua individualidade. Na visão desta Pedagogia a disciplina escolar passa a ser vista como uma forma de repressão.

Saviani (2005, p. 118) cita a sala típica da Pedagogia Nova, que vem contestar à Tradicional, onde as carteiras não são fixas, o professor não tem um lugar determinado, as paredes são multicoloridas, porque se acredita que quanto mais estimulado mais o aluno aprende, “a sala de aula é barulhenta em decorrência da multiplicação dos estímulos internos e externos”

O mesmo Saviani faz uma crítica a Escola Nova, que segundo ele, surgiu em oposição a Escola Tradicional por esta ser de aplicação mecânica, cristalizada e rigorosa dando prioridade ao professor e não ao aluno: ao estender sua influência em termos de ideário pedagógico às escolas da rede oficial, que

continuaram funcionando de acordo com as condições tradicionais, a Escola Nova contribuiu pelo afrouxamento da disciplina e pela secundarização da transmissão de conhecimentos, pra desorganizar o ensino nas referidas escolas.

(SAVIANI, 2006, p. 67).

Isto pode se observar na escola. Como a metodologia da Escola Nova foi colocada de maneira superficial, e diríamos até inconsequente, sem que os professores tivessem conhecimento teórico suficiente para aplicá-lo vindo a ocasionar certa desorganização nas escolas, onde cada um passou a fazer aquilo que acreditava ser certo, sem planejamento, abandonando-se os estudos teóricos e históricos.

Não generalizando, muitos consideraram ser tudo permitido e ao mesmo tempo proibido. Ou seja, era permitido aos alunos participarem das aulas de acordo com seu interesse. O professor deixou de planejar suas aulas, pois afinal ele tinha que partir das contribuições dos alunos. A exigência da disciplina nas escolas passou a ser vista somente como forma de repressão e o resultado está aí, todos preocupados com a realidade vivida e “desorientados” quanto aos procedimentos corretos a serem adotados.

O que se percebe atualmente, em razão do movimento de organização política da educação, é que as escolas da rede escolar brasileira ainda tentam se organizar usando as mesmas formas da Pedagogia Tradicional, com um agravante: professores não têm definido um método de trabalho, uma postura própria, estão à mercê dos modismos e sem embasamento teórico, com falhas em sua formação.

Vasconcellos (2006, p. 19) afirma que esse descontentamento dos professores, nas escolas atuais, acontece porque “o educador não dispõe de uma concepção, de um método, de uma ferramenta eficiente”. E alerta sobre a necessidade de uma reflexão acerca dos fatos que vêm ocorrendo dentro das escolas, estabelecendo critérios que contribuam para o enfrentamento do problema e não apenas cair no saudosismo.

Para Franco (1986, p. 62-63) o professor só se refere aos alunos quando menciona os problemas da disciplina na escola. No entanto, a disciplina diz respeito a todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem: direção,

alunos, professores, pedagogos, funcionários e pais. Daí a necessidade “da observância de certas ordens, de certa sistematização, de certas normas de conduta, de certa organização. Isto porque o trabalho pedagógico não é um processo natural, espontâneo e tampouco ocasional.”

A verdade é que os alunos de hoje já não são os mesmos que frequentaram as salas de aula no passado, onde se acreditava no mito de que por meio da escola se alcançaria a ascensão social. Além do que, essa escola atendia a poucos alunos, dando preferência a elite da época e os filhos das classes menos favorecidas tinham seu acesso limitado. Segundo Vasconcellos (2006, p. 28).

“Atualmente, com a queda deste mito fica mais difícil para o professor conseguir um comportamento ‘adequado’ do aluno”.

Com a expansão do sistema capitalista, muitas mudanças ocorreram na sociedade e na dinâmica familiar, como menciona esse mesmo autor (2006):

- o homem trabalha mais;
 - a mulher vai para o mercado de trabalho;
 - a preocupação com o desemprego;
 - menos tempo (quantitativo e, sobretudo, qualitativo) para a família.
- (VASCONCELLOS, 2006, p.29)

Como a luta pela sobrevivência está cada vez mais intensa, todos precisam trabalhar mais, inclusive os professores; e muitas vezes os pais passam toda a responsabilidade para a escola, por falta de tempo ou por dificuldade em educar seus filhos, em razão principalmente por estarmos vivendo em uma sociedade extremamente consumista. Por consequência o convívio familiar passa a ser bastante restrito. É comum ouvir os pais dizendo que se necessário ‘pode bater, pode fazer o que quiser; eu já não posso mais com ele’. Vasconcellos (2006, p.79).

Diante de tais colocações o autor alerta que a escola precisa estar atenta e ter claro o que pretende com seus alunos, não assumindo papéis que não são seus e fazendo com o que os mesmos entendam o que está sendo proposto a eles. Desta maneira, os próprios filhos terão argumentos para ajudarem seus pais a compreenderem a proposta da escola e isso poderá ser possível a partir do momento que haja abertura por parte da escola para a participação de todos

no levantamento dos problemas e das proposições de atitudes a serem tomadas em conjunto.

Para Arroyo (2004) os alunos já não são os mesmos, porque não encontramos nas escolas aqueles sujeitos que idealizamos em nossos cursos de formação: ingênuos, doces e bondosos. Para esse autor, como alimentamos essa imagem de aluno ideal torna-se inadmissível uma sala de aula que não seja composta por sujeitos ordeiros e passivos. Tudo vem piorando a condição da infância e adolescência e também as condições de trabalho dos docentes “o que vem tornando as escolas e salas de aula inadministráveis é o fato de terem piorado brutalmente as condições de viver a infância e adolescência enquanto não melhoraram as condições de exercer a docência”. (ARROYO, 2004, p. 39). Apesar de tudo isso, não cabe a nós profissionais da educação condenar essas crianças e adolescentes à exclusão por não estarmos aptos a lidar com esses seres, mesmo porque não cabe somente aos professores uma tomada de atitude, cabe também ao Estado dar condições para que os docentes tenham uma melhor formação e condições materiais para que mudanças sejam possíveis como, por exemplo: melhoria salarial, valorização dos docentes, equipar os prédios escolares com bibliotecas adequadas, possibilitar a composição de salas menos numerosas, proporcionar cursos de formação continuada de qualidade, entre outros.

A imagem de alunos ideais não corresponde à vida real, pois essas crianças que hoje frequentam as escolas foram condenadas desde a sua mais tenra idade a barbárie social onde a elite e o sistema capitalista os condenaram a não ter o direito de viver a sua infância de forma digna. Todos tiveram suas condições de trabalho deterioradas tamanha a precariedade a que fomos submetidos. Professores desvalorizados, cidadãos sem o mínimo de condições de moradia, trabalho e lazer.

Essa é a realidade em que a escola está inserida e esses são os problemas reais que precisamos enfrentar.

Além de lidarmos com todas essas dificuldades observamos no inconsciente coletivo, a ideia de que indisciplina significa “desobediência, rebelião, insubordinação”, (BUENO 2000, p.345). Porém, no que se refere à indisciplina escolar, as opiniões sobre a mesma são variadas e divergentes. Isto se deve ao fato de ser um assunto complexo, trazendo em si uma multiplicidade de

interpretações.

No entanto, todos se mostram preocupados com as causas que levam os alunos a serem indisciplinados. Ao observar-se o cotidiano escolar é muito comum se ouvir queixas constantes dos professores sobre a falta de respeito e de vontade em aprender dos alunos.

A falta de limites que, segundo os professores, os alunos vêm demonstrando dia a dia, deve-se ao fato dos pais estarem se omitindo quanto ao seu papel, outros mencionam a interferência da televisão e de outros meios de comunicação como, por exemplo, o computador e a internet, alegando não terem condições de competirem com esses veículos de informação que são de fácil acesso a todos.

Segundo Aquino (1998), é comum certa nostalgia por parte dos educadores que se reportam a escola de antigamente onde alguns fatos que ocorrem nos dias de hoje, não era comum na escola de sua infância.

No entanto, esse mesmo autor salienta que a escola anterior aos anos de 1970 era para poucos, muito poucos, portanto, era uma escola elitista e excludente.

Apesar disso, a escola atual que vem sendo vangloriada pelo Estado por estar abrigando um grande número de alunos, não tem dado conta de fazer com que esses alunos que hoje têm a oportunidade de frequentar os bancos escolares a qualidade que tanto merecem, já que em sua maioria pertencem as classes menos favorecidas.

Somente colocar o aluno na escola é muito pouco quando se quer uma educação de qualidade, pois o número de evasão e repetência nas escolas brasileiras ainda é alarmante.

Paro (1998) afirma que se faz necessário refletir sobre o que significa uma educação de qualidade. A escola hoje recebe um afluente muito grande de alunos em condições bastante precárias onde podemos ressaltar: o volume de alunos por sala de aula, prédios inadequados, professores desvalorizados, fazendo com esses profissionais tenham que trabalhar em carga horária exaustiva e tendo como consequência a falta de condições de se atualizar, de se dedicar a uma escola específica e se preparar de forma mais digna.

Além disso, ressaltamos, também, a falta de consistência quanto ao que cabe realmente a escola ensinar. A falta de uma política pública educacional faz com que a cada mudança de governo o professor e a escola tenham de se adaptar

e reinventar a forma de trabalhar.

Outra fala comum no ambiente é que “as crianças de hoje em dia não têm limites, não reconhecem a autoridade, não respeitam as regras, e a responsabilidade por isso é dos pais, que teriam se tornado muito permissivo” (Aquino, 1998).

Os alunos podem estar refletindo na escola a forma como conseguem atenção e reconhecimento em seus lares. Se a forma como fazem isso com seus pais é feita de forma intempestiva é comum que procedam na escola desse mesmo modo. No entanto, para Aquino (1998) se faz necessário ter cuidado ao se afirmar que as crianças não têm limites, não reconhecem regras, já que ao se observar muitos alunos considerados indisciplinados, durante um jogo ou uma brincadeira é possível perceber que conseguem se organizar e participar respeitando as regras criadas em conjunto. Portanto, “as crianças, quando ingressam na escola, já conhecem muito bem as regras de funcionamento de uma coletividade”.

O curioso é que eles têm noção de regras, entre eles, e quando a escola coloca suas diretrizes, elas são vistas como uma ameaça ao espírito democrático e como tal devem ser transgredidas, embora saibamos ser de extrema necessidade a colocação de limites, já que a escola é uma instituição onde diferentes elementos nela atuam e, portanto, precisam de normas para que o convívio de todos seja, no mínimo, saudável.

A legislação educacional atual visa à formação de alunos críticos, participativos, capazes de interagir e tomar decisões coletivas e a escola deve procurar oferecer condições para que esses alunos tenham o direito assegurado, embora essa seja uma situação que ainda encontra objeções por parte de professores e direção que vêm nessa participação uma ameaça a visão autoritária que ainda perpassa os corredores escolares. Se o objetivo é priorizar a cidadania, a escola deve buscar oferecer oportunidades de participação para pensar e resolver conflitos, até mesmo quando digam respeito a indisciplina.

Outra queixa comum é que “para os alunos, a sala de aula, não é tão atrativa quanto os outros meios de comunicação, e particularmente o apelo da televisão”.

Enquanto a mídia (os diversos meios de comunicação como a televisão, o

rádio, o jornal, o próprio computador atualmente etc.) têm como função primordial a difusão da informação, a escola deve ter como objetivo principal a reapropriação do conhecimento

acumulado em certos campos do saber (...) (AQUINO, 1998)

Resumindo, é urgente que professores, pedagogos, pais e direção das escolas, parem para analisar as questões referentes a esse tema e se debruçam em estudos sérios e comprometidos para reavaliar o papel da escola e definir o que se pretende realmente por meio dela: reproduzir a sociedade desigual e que reflete na escola os problemas da mesma ou buscar estratégias de superação por meio de ações concretas que resgatem a função histórica da escola e de seus sujeitos para a construção de uma educação com qualidade social e assim obter meios para lutar contra o que está sendo imposto aos educadores e a própria sociedade.

3.2 - A CONCEPÇÃO DE DISCIPLINA E A DINÂMICA VIVIDA NO ÂMBITO ESCOLAR

É certo que o trabalho do profissional da educação, está estressante, onde o professor para sobreviver e poder se manter economicamente, acaba trabalhando, na maioria das vezes, em várias escolas, o que pode vir a ocasionar uma falta de envolvimento maior com os estabelecimentos de ensino nas quais desenvolve sua ação educativa.

Além disso, as condições de trabalho nas escolas são precárias: falta material didático, as bibliotecas muitas vezes estão defasadas, os cursos de formação continuada deficitários e falta de valorização do profissional da educação.

Acrescenta-se a isso tudo a formação acadêmica que alguns tiveram na Pedagogia Tradicional e outros voltados ao ideário da Escola Nova.

Passa-se a ter a ambiguidade de opiniões dentro da escola, como relata Vasconcellos (2006):

Se teve um estudo de caráter mais conservador, certamente terá visto uma defesa incontestável da necessidade de disciplina para a 'ordem e progresso' de uma nação. Se teve um estudo mais 'crítico', provavelmente aprendeu a desprezar a disciplina, por esta ser castradora, autoritária reprodutora da

ordem dominante etc. (VASCONCELLOS, 2006, p. 88).

No entanto, isso não pode servir para justificar a falta de disciplina escolar e interesse dos alunos.

Precisamos buscar uma nova disciplina dentro da escola, não mais aquela obtida por meio de castigos, punições, exclusões, e sim a verdadeira disciplina, cujo objetivo é:

conseguir o autogoverno dos sujeitos participantes do processo educativo, e dessa forma as necessárias condições para o trabalho coletivo em sala de aula (e na escola), onde haja o desenvolvimento da autonomia e da solidariedade, ou seja, as condições para uma aprendizagem significativa, crítica, criativa e duradoura. (VASCONCELLOS, 2006, p. 49)

A escola deve trabalhar a disciplina no sentido de transformar o aluno num sujeito capaz de pensar e transformar a sociedade e a realidade em que vive, quebrando, assim, a hegemonia da classe dominante.

Para tanto, uma reflexão profunda a respeito do trabalho desenvolvido na escola deve ser feito, no sentido, de se defrontar com o problema da indisciplina e não apenas buscar culpados, porque segundo Franco (1986): a disciplina está indissolúvelmente ligada ao processo de transmissão e assimilação dos conhecimentos elaborados historicamente pelo homem. Deixa, assim de ser alguma coisa que diz respeito somente ao aluno, para transformar-se em preocupação permanente da comunidade escolar, em uma exigência da escola. (FRANCO, 1986, p. 63)

Muitas vezes a indisciplina em sala de aula, deve servir como um alerta para o professor, pois o aluno pode estar sinalizando para questões pontuais como, por exemplo, uma aula mal planejada, ou para o fato dele não ter claro o significado da escola. Aquino (1998) menciona uma fórmula pedagógica “ensina-se algo, de alguma forma, a alguém específico”. Segundo esse autor, não se trata de psicologizar o ato educativo e sim compreender que “a dimensão dos conteúdos refere-se a ‘o quê se ensina’, a dimensão dos métodos ao ‘como se ensina’ e a dimensão ética ‘para que se ensina’.

Devemos nos debruçar sobre essas questões de caráter ético dando novo sentido a disciplina esperada dos alunos, passando da passividade para a atividade, pois disciplina também quer dizer inquietação. A partir do momento

que nos deparamos com algo que nos incomoda passamos a nos disciplinar a fim de procurarmos meios para responder a nossa inquietação.

O trabalho pedagógico não é algo que acontece espontaneamente, nem é adquirido por prazer, de forma natural e espontânea. A colocação de determinada ordem é fundamental para que o processo educativo realmente se efetive.

Citando Aquino (1999, p. 134) em toda instituição social há um contrato implícito que entrelaça as relações, onde cada um ocupa um lugar determinado.

Essa relação de autoridade deve ser construída dia após dia, pois não há possibilidade de estabelecer um vínculo de confiança, senão por meio de atos.

Atualmente, essa questão tem sido motivo de descrença, já que aqueles que deveriam mostrar seriedade e competência, quando ocupam posições nas instituições sociais, têm demonstrado que autoridade significa autoritarismo, e atendem aos interesses particulares e da classe economicamente dominante.

Quando nos reportamos à escola, a posição de autoridade em sala de aula é inegável a do professor. Porém, essa posição se deve ao fato de que o educador possui mais tempo de iniciação em determinado campo de conhecimento o que não significa ser o professor o detentor perene desse conhecimento. No entanto, o professor “deve ‘saber mais’ a respeito daquilo a que se propõe ensinar do que seus alunos; isso porque a confiança destes é diretamente proporcional à segurança daquele...” Aquino (1999, p.139)

Eis aí, a questão, ter autoridade é ter conhecimento, ter competência, saber estabelecer o que é prioridade, a importância de se ter claro onde se quer chegar.

O professor será respeitado por seu aluno à medida que demonstrar aos seus alunos o significado da educação para ele.

Com a abertura da escola para todos, no Brasil, a oportunidade de escolarização foi estendida aos indivíduos pertencentes às classes sociais menos favorecidas, o que deveria ser motivo de orgulho para todos os brasileiros.

No entanto, as estatísticas mostram que a educação no Brasil não é motivo de alegria

para ninguém, pois os índices mostram que “mesmo em termos quantitativos

as deficiências ainda são enormes.” (SAVIANI, 2006, p. 51)

Se houve a expansão da oferta de vagas não houve a expansão da importância da escola, pois se a mesma passar a cumprir realmente o seu papel, a sociedade capitalista tende a deixar de existir, já que é por meio da aquisição do conhecimento científico construído historicamente que o indivíduo terá condições de lutar por uma transformação na sociedade, superando, assim a divisão de classes.

Com certeza, esse não é o interesse dos capitalistas, que procuram a todo custo “secundarizar a escola, esvaziando-a de sua função específica, que se liga à socialização do saber elaborado, convertendo-a numa agência de assistência social, destinada a atenuar as contradições da sociedade capitalista”. (SAVIANI 2005, p. 99).

O que essa sociedade pretende propagar é que o cidadão precisa da escolaridade, mas somente o necessário para participar dessa sociedade e aceitar sua condição de submissão. Para Nagel (2007), educação é transformação, mudança e conseqüentemente educar são mudar comportamento.

Então, cabe a nós professores, o resgate do papel da escola e da importância do educador, fazendo com que a escola assuma a condição de “possibilitar o acesso das novas gerações ao mundo do saber sistematizado, do saber metódico, científico.” (SAVIANI, 2005, p. 75)

Para tanto, precisamos ter claro que professor não é assistente social, psicólogo, pai, dentista, médico. O professor é o responsável pela formação das novas gerações e precisa ter claros seus objetivos, o que ele quer mudar, para que ele quer mudar. A partir daí todo seu esforço deve ser em função de atingir esses objetivos por meio do conhecimento sistematizado, construído historicamente.

É necessário a priorização dos conteúdos e organizar processos, formas para que se consiga atingir os alunos, ou seja, fazer com que os mesmos consigam aprender de forma adequada e assim façam valer o seu direito de ter uma educação de qualidade.

CONCLUSÕES

Saviani (2005, p. 16) menciona que na escola encontra-se tempo para tudo, todo tipo de comemoração e a transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados, passou a ser secundarizado. Cabe, então, a escola e aos professores criar condições para viabilizar o que é principal para que se passe do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular a cultura erudita, buscando-se a superação da hegemonia da classe dominante.

Isso não significa que “para existir escola basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação” Saviani (2005, p. 18). Ou seja, é necessário que haja planejamento, estudo e reflexão sobre o que, como e quando os conteúdos serão trabalhados, que pode ser resumido na proposta do currículo das escolas.

Não basta o domínio dos conteúdos acumulados historicamente, existe a necessidade de saber dosá-los e sequenciá-los de forma que tenham sentido aos educandos, tendo claro o fim que se pretende atingir.

REFERÊNCIAS

FERRARI, Marcio. Disciplina é um conteúdo como qualquer outro. Revista Nova Escola. Ano XX, nº 183 - Jun/Jul-2005.

VARGAS, Isabela. BAGATINI, Fernanda. Intervalo bem aproveitado. Revista Pátio. Ano XI, nº 42 ? Maio/Julho ? 2007.

TAILLE, Yves de La. Nossos alunos precisam de princípios, e não só de regras. Revista Nova Escola. Ano XXIII, nº 213 ? Jun/Jul ? 2008.

SCHÜTZ, Ricardo. Last revision: December 5, 2004. Disponível em: Acesso em: Acesso em: 11/07/08.

FREITAG, B. Sociedade e consciência. São Paulo: Cortez, 1984.

MENIN, M. S. de S. Desenvolvimento moral. In: MACEDO, L (org.). Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

RESENDE, M. R. S. Educação moral e práticas escolares construtivistas. Goiânia: UFG, 1997. (Dissertação de mestrado).

DE LA TAILLE, Y. et al. Construção da fronteira moral intimidade: a humilhação e a vergonha na educação moral. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 82, p. 43 - 55, 1992.

ARAÚJO, U. F. Um estudo comparativo entre o "ambiente cooperativo" e o julgamento moral na criança. Campinas: UNICAMP, 1993. (Dissertação de mestrado).

WATERS, Eron. A televisão como enxerto da violência. Psicologia da Educação. 7ª ed. São Paulo: Artmed, 1993.

FALSARELLA, Ana Maria. Agressividade na escola. Viver Psicologia. São Paulo: Cortez, 1991.

NOGUEIRA, Wilson. Jornal em Tempo, Manaus, 16/07/08.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti ? ensino: As abordagens do processo ? São Paulo: EPU, 1996.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. *Professor Bonzinho= aluno difícil. A questão da indisciplina em sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 2002.

AQUINO, J. (Org) *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.

ARAÚJO, U. F. de. *Moralidade e indisciplina: uma leitura possível a partir do referencial piagetiano. Indisciplina na escola*. São Paulo: Summus, 1996.

COSTA NETO, A. *Paradigmas em Educação no Novo Milênio*. Goiânia. Kelps, 2002

ESTRELA, M. T. *Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula*. Portugal: Porto. 1994.

FLEURY, Maria Tereza Leme (Coord.). *Cultura e poder nas organizações*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 170 p

GUIMARÃES, A. *Autoridade e tradição: as imagens do velho e do novo nas relações educativas. Autoridade e autonomia na escola*. São Paulo: Summus, 1999.

REGO, Teresa Cristina R. *A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vygotskiana*. São Paulo: Atlas, 1.996.

SILVA, Nelson Pedro. *Ética, disciplina & violência nas escolas*. Petrópolis: Vozes, 2004.

TIBA, Içami. *Disciplina Limite na medida certa*. 35 ed. São Paulo: Editora Gente, 1996.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola*. São Paulo: Libertad, 1995.

WEIL, Pierre. (1979). *A criança, o lar, e a escola: Guia prático de relações humanas e psicologia para pais e professores*. 13 ed. Petrópolis, 1988.

ZAGURY, Tania. *O professor refém: para pais e professor entenderem porque fracassa a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ASPECTOS HISTÓRICOS DO ANALFABETISMO NA POPULAÇÃO NEGRA

André Vinicius da Silva

Resumo

Em nossa sociedade atual o analfabetismo tem sido resultado de anos de exclusão e de uma educação, além de uma educação que não favorece a classe pobre que abrange grande parte da população. Quando se fala em analfabetismo logo vem à mente as pessoas que vivem a centenas de quilômetros longe da escola, entretanto, não é bem assim. Por isso, este trabalho pretende mostrar o problema do analfabetismo na população negra, além de uma análise histórica pelo período de escravidão no Brasil e suas consequências. A população negra sofre até os dias atuais com os fatos que ocorreram com seus ancestrais, é uma herança que não se pode chamar de boa, pois retrata um momento doloroso que os negros sofreram quando aqui desembarcaram. Todo cidadão tem por direito ter acesso à alfabetização, sendo isso também um processo de inserir o indivíduo não somente no mundo da leitura e escrita, mas dando a ele meios básicos para conviver em sociedade. E quando isso não ocorre, gera um grande desequilíbrio em todas as suas esferas, tendo a sociedade que investigar e descobrir qual a raiz do problema para assim combatê-lo.

Palavras-chave: analfabetismo, escravidão, negro, população, sociedade, escola.

Abstract

In our current society illiteracy has been the result of years of exclusion and education, and an education that does not favor the poor class that covers much of the population. When it comes to illiteracy soon comes to mind people living hundreds of kilometers away from the school, however, is not the case. Therefore, this work aims to show the problem of illiteracy among blacks, as well as a historical analysis by the period of slavery in Brazil and its consequences. The black population suffers to this day with the facts that occurred with their ancestors, it is a legacy that can not be called good because it represents a painful moment that blacks suffered when landed here. Every citizen has the right to have access to literacy, this being also a process of inserting the

individual not only in the world of reading and writing, but giving him basic means to live in society. And when that does not happen, it generates a large disequilibrium in all its spheres, and society to investigate and find out the root of the problem so as to combat it.

Keywords: illiteracy, slavery, black, population, society, school.

Introdução

O presente trabalho pretende as ações desencadeadas pelo movimento negro, a pós-Abolição da Escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, são períodos marcantes para o futuro dos negros brasileiros, afirma Domingues (apud Gomes 2012). O desejo do negro era ser livre e ter seus direitos perante a sociedade, e sua a maior reivindicação era que a educação se tornasse prioritária, pois o analfabetismo e a lenta inserção nas escolas oficiais se constituíam em um dos principais problemas nesse período.

Porém nos dias atuais, essa população continua predominante e os tais problemas ainda existem. De acordo com dados coletados no censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, IBGE (2010), negros e pardos representam a maior proporção em relação à composição da população brasileira, somando 50,7% da população geral do país.

Pode-se analisar que a população negra é praticamente predominante em nossa sociedade, sendo que ela forma a metade da população brasileira. Então se vemos tantos negros, por que eles não estão nas grandes universidades, sendo bem-sucedidos na vida profissional, em excelentes cargos? Isso pode ser analisado de acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio) que remete a causa falha para que isso não aconteça.

No que diz respeito à Educação, a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2011), expõe que o alunado negro tem o dobro de fracasso escolar em relação ao branco, sendo 7% para alunos brancos e 14% para os negros, o que poderá

caracterizar a desigualdade no que se refere à oportunidade de ter acesso ao ensino e aprendizagem.

Esse quadro educacional, não é algo que surpreenda, pois a população anterior a essa já vem sofrendo com uma educação defasada. Segundo Henriques (2010), constatou que “55% do diferencial salarial entre brancos e negros está associado à desigualdade educacional e outra parte da herança da discriminação educacional infligida às gerações dos pais dos estudantes”,

Ou seja, não estamos falando de nenhuma novidade, pois a população negra sofre com essa desigualdade na educação, há algum tempo, é somente observarmos a história dos negros no Brasil, a qual não podemos negligenciar, quando tratamos dessa desigualdade entre negros e brancos. Que acarretou nas gerações atuais tais resultados, como relata a pesquisa a seguir, sobre o analfabetismo entre esta população.

Apesar da redução das taxas de analfabetismo no Brasil, ainda persistem grandes diferenças entre a taxa de alfabetização de negros (pretos e pardos) e brancos, segundo novos dados do Censo 2010. Segundo os dados, a taxa de analfabetismo entre pessoas negras ou pardas de 15 ou mais anos de idade era de 14,4% e 13,0%, respectivamente, contra 5,9% dos brancos.

A pesquisa será bibliográfica, relatado o decorrer da história afrodescendente, onde houve a falha para o analfabetismo na população negra. Serão discutidas as pesquisas realizadas atualmente para constatar a quantidade de analfabetos entre a população negra, comparada com a branca.

Sabemos que os negros sofrem com o preconceito desde os tempos da escravidão, entretanto, algumas medidas foram tomadas no decorrer dos anos para mudar este quadro. Porém, quais são os aspectos históricos referentes ao analfabetismo na população negra?

O questionamento acima nos leva a pensar em diversas respostas rápidas para o assunto, mas este trabalho tem por objetivo analisar historicamente a trajetória dos negros nas instituições de ensino bem como compreender os motivos que causam a evasão escolar da população negra.

Aspectos Históricos da Escravidão

O período de escravidão no Brasil foi algo vergonhoso. Sabe-se que os negros chegaram aqui em navios e muitos não sobreviveram à travessia do Atlântico em consequências das moléstias que os acometia do decorrer da viagem. E quando aportaram em solo brasileiro foram submetidos a trabalhos braçais forçados e castigos dolorosos quando não faziam o que os donos de fazendas queriam.

Juntamente com a escravidão, veio a desigualdade entre negros e brancos, estas foram acumuladas em todos os âmbitos, principalmente nos processos educacionais, e tais desigualdades foram denunciadas há anos, o que reforça o pensamento que isso não era apenas graves, mas também múltiplas, pois afetam a inserção dos negros nas diferentes áreas e vão de encontro ao projeto que visava a construção de um país cuja democracia daria oportunidade a todos.

As evasões, índices de reprovação, currículo escolar desenvolvido foram divulgados e visam mostrar que uma disparidade entre a inserção, permanência e até mesmo na conclusão da vida escolar entre negros e brancos.

Numa pesquisa sobre desigualdade racial, Henriques (2001) constatou que:

A escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial é de 2,3 anos. Apesar da escolaridade de brancos e negros crescer de forma contínua ao longo do século, a diferença de 2,3 anos de estudos entre jovens brancos e negros de 25 anos de idade é a mesma observada entre os pais desses jovens. E, de forma assustadoramente natural, 2,3 anos é a diferença entre os avós desses jovens. Além de elevado o padrão de discriminação racial expresso pelo diferencial na escolaridade entre brancos e negros, mantém-se perversamente estável entre as gerações (HENRIQUES, 2001, p. 26).

Sabe-se que a Constituição de 1824 visava colocar a leitura e a escrita como um aspecto essencial para a construção de uma sociedade. Entretanto, para os escravos e negros, o que bastava era o trabalho exaustivo e uma doutrina que visava à obediência, está era ensinada muitas vezes utilizando a força bruta, com violência física, castigos e chicotadas.

Fonseca (2002, p.12) fala sobre a Lei número 1, de 14 de janeiro de 1837 em que a entrada dos escravos nas escolas e cursos era vetada. Ela dizia “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: Os escravos e pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”.

Segundo Fonseca (2001) essa proibição poderia ser entendida como um fator divisor de âmbitos em que os escravos a partir do momento que tivessem instrução através da leitura e escrita, contaminariam os brancos com a cultura primitiva trazida da África. E estes poderiam assimilar a convivência e o comportamento dos negros africanos, ou seja, a educação se torna um instrumento indispensável de controle e dominação, pois os brancos temiam que os negros tornassem as instituições em centros contaminados não apenas pelas moléstias, que diziam que eles tinham, mas também pela contaminação social através das influências que poderiam exercer sobre os brancos.

Silva (2000) conta que 1855 pais de crianças de cor preta fizeram um abaixo assinado, pedindo autorização para que seus filhos pudessem estudar e ter acesso a uma instrução elementar em uma instituição escolar.

Nós abaixo assinados vendo que os meninos de cor preta pouco ou nenhum adiantamento obtém nas atuais aulas, instamos e pedimos ao ilustríssimo senhor Pretextato dos Passos e Silva, a fim de que o mesmo senhor se incumbisse de ensinar nossos filhos contentando-nos com que eles soubessem ler alguma coisa desembaraçado, escrever quanto se pudesse ler, fazer as quatro espécies de conta e alguma coisa de gramática. (SILVA, 2000, p. 119).

A carta que veio em resposta ao apelo dos pais deixa claro que a desigualdade era evidente, pois os brancos não queriam dividir o mesmo espaço com os negros. Além disso, aprender a ler e escrever faria com que as crianças negras e escravas começassem a questionar sua condição e o futuro dos donos de escravos estaria ameaçado.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro de Estado, Inspetor Geral da Instrução primária e Secundária da Corte
Diz Pretextato dos Passos e Silva, que tendo sido convocado por diferentes pais de famílias para que o suplicante abrisse em sua casa uma pequena escola de instrução primária, admitindo seus filhos da cor preta e parda; visto que em algumas escolas ou colégios, os pais dos alunos de cor branca não querem que seus filhos ombriem com os de cor preta, e bastante se extimulhão; por esta causa os professores repugnam admitir os meninos pretos, e alguns destes

que admitem, na aula não são bem acolhidos; e por isso não recebem uma ampla instrução, por estarem coagidos; o que não acontece na aula escola do suplicante, por este ser também preto. [...]. (SILVA, 2000, p. 125-126).

De acordo com Veiga (2008, p 54), as famílias mais ricas não deixavam seus filhos frequentarem as escolas, as crianças tinham instrução em casa, pois elas acreditam que a educação feita em instituições era “destinada para as crianças pobres, negras e mestiças”.

[...] foi possível detectar claramente que a clientela escolar denominada como desfavorecida pertencia à classe pobre de diferentes origens étnicas – brancos, negros e mestiços. Destaca-se que, em geral, houve certa homogeneização no tratamento desse grupo – pobres, negros e mestiços – como inferior, a partir de sua representação como grupo não civilizado. (VEIGA, 2008, p. 506)

A percepção acima deixa claro que o público que precisava de civilização era aquele cujos filhos não tinham instrução e era obrigação da escola tornar homogênea a população brasileira.

Durante o século XIX foi constatada a presença de negros durante o processo educacional, pois os debates e discussões acerca da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, argumentava que educar eram processos equivalentes e deveriam ser paralelos, a pois a educação deveria ser um dos critérios para abolir a mão de obra escrava e segundo Fonseca (2002) “era o principal instrumento de emancipação de homens e mulheres escravizados”.

A Lei do Ventre Livre era clara e estabelecia que aquelas crianças que nascessem após sua publicação deveriam ser entregues pelos donos ao Estado e este teria a obrigação de instruí-los, mesmo que suas mães continuassem escravas. Porém:

“a maioria das crianças que nasceram livres de mãe escrava após 1871 foram educadas, ou criadas, pelos senhores de suas mães, e não necessariamente a partir dos padrões educacionais que os debates em torno da Lei do Ventre Livre haviam sugerido como necessários à transição para a sociedade organizada a partir do trabalho livre” (Fonseca2002, p. 98).

Assim como a escola, a igreja católica tinha a função de preparar o indivíduo para viver em sociedade. Embora saibamos que os discursos

abolicionistas falassem sobre educação das crianças negras inseridas na perspectiva de contribuição da realidade social do Brasil, a verdade era outra, pois, tais crianças nascidas livres não eram inseridas na educação através da leitura e da escrita e de acordo com Fonseca (2002, p. 62) “embora fossem as crianças negras que estivessem em questão e sob o foco da ação e do discurso do governo e dos abolicionistas, não era como crianças que elas eram tratadas, mas sim como trabalhadores negros futuros”.

Por isso, o autor conclui que:

as práticas educativas não buscavam uma transformação no *status* dos negros na sociedade livre, mas sua manutenção na condição que foi tradicionalmente construída ao longo de mais de três séculos de contato entre negros e brancos: deveriam permanecer como a parcela de mão-de-obra do estrato mais baixo do processo produtivo e ter suas influências sociais controladas ou minimizadas para que a população brasileira não sofresse um súbito processo de africanização junto à abolição do trabalho escravo. (FONSECA, 2002 p. 142)

A População Negra Pós Escravidão

Acima foi falado do processo educacional dos negros, e sobre a falta do mesmo no período de escravidão no Brasil, onde os escravos eram proibidos de frequentar as escolas e seus filhos tinham a falsa ideia de que eram livres. Uma luta foi travada desde então, para que a população negra tivesse o direito ao estudo e a aprendizagem das letras e números.

Alguns podem ter a ideia o pensamento equivocado de que este fato histórico nada tem a ver com os resultados do analfabetismo dos dias atuais. Entretanto, um fato ocorrido há anos atrás, gerou consequências até os dias de hoje, pois os tratamentos racistas e preconceituosos foram transmitidos por gerações e desencadeou uma série de outros atos e posturas preconceituosas com respeito ao negro e sua ingressão em escolas públicas e privadas.

Sobre o racismo, Lopes (2007) diz que:

[...] o racismo é uma ilusão de superioridade. O racista se acha superior àquele a quem se compara: ele nasceu pra mandar e o outro, visto como inferior a ele, para obedecer. O racismo, então, é antes de tudo é uma expressão de desprezo por uma pessoa. Às vezes não por causa de suas características, mas por aquela pessoa pertencer a outro grupo (LOPES, 2007, p. 19-20).

De acordo com os PNC's (2001) sobre Pluralidade Cultural:

Ambas, desigualdade social e discriminação, se articulam no que se convencionou denominar “exclusão social”: impossibilidade de acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, e de participação na gestão coletiva do espaço público — pressuposto da democracia. Por esse motivo, já se disse que, na prática, o Brasil não é uma sociedade regida por direitos, mas por privilégios. [...]Em outras palavras, dominação, exploração e exclusão interagem; a discriminação é resultado e instrumento desse complexo de relações. (PCN, 2001, p. 19)

A desigualdade social juntamente com o racismo são fontes que exigiram lutas árduas e tréguas dos movimentos negros pelo direito as metas educacionais e mudanças nas políticas públicas.

O Brasil é rico em diversidade cultural, porém, a segregação e o preconceito ainda podem ser visto nas escolas, e isso faz com que os jovens negros abandonem as aulas, e a evasão se torne ainda maior. Pois eles são excluídos pelos demais apenas por serem negros, visto que alguns preconceituosos ainda acreditam que isso os torna inferiores. Silva (2008) afirma que:

A inviabilização do negro, a difusão de um imaginário negativo em relação ao negro dos significados positivos em relação aos brancos é estratégia de discurso racista observada como forma de discriminação no interior das escolas, via livros didáticos e literatura infanto-juvenil [...] (SILVA, 2008, p. 95).

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

O total da população, a taxa de analfabetismo é de 9,6%, entre os brancos é de 5,9%. Já entre pretos, o total sobe para 14,4% e entre pardos para 13%. Os resultados do estudo mostram que 91 milhões de pessoas se classificam como brancas, correspondendo a 47,7% da população do País. Cerca de 82 milhões de pessoas declararam ter cor parda, o equivalente a 43,1%, e 15 milhões de cor preta, representando 7,6% do total. (IBGE, 2010).

Um dado interessante se refere à divisão espacial, pois Barcelos (1992) aponta que:

Uma caracterização sumária da distribuição espacial dos grupos raciais no Brasil aponta para os seguintes traços: os pardos estão nas áreas urbanas de São Paulo, os brancos predominam no Sul e Sudeste. Esta constatação não é irrelevante para o desempenho educacional dos grupos de cor. Sabemos que as áreas urbanas e as regiões Sul e Sudeste apresentam melhores níveis educacionais. Portanto, a distribuição espacial certamente tem algum efeito sobre o desempenho dos grupos raciais” (Barcelos, 1992, p. 39).

Considerações Finais

A escravidão foi um período longo, difícil e marcante para o Brasil principalmente para os negros e sua descendência, pois a herança deixada os acompanha até os dias de hoje. Essa herança chamada preconceito e racismo faz com que muitos jovens abandonem a escola por achar que não se enquadram nos padrões estéticos rotulados pela sociedade.

Quando pequena, a criança vai para escola passa por dificuldades e às vezes não fala para os pais. Entretanto, quando cresce um pouco mais, ela exerce sua vontade e não frequenta mais a escola.

Alguns estudos publicados vêm demonstrando sistematicamente que os negros obtêm piores resultados que os brancos nos indicadores educacionais. Proporcionalmente, maior número de escolares negros evade da escola ou apresenta atraso escolar, seja pela entrada tardia na instituição, seja devido às contínuas repetências (SOUZA, MOTTA, 2002, p. 43).

Outro fato que contribui para a defasagem educacional da população negra é o fato de muitos viverem em áreas rurais, como no nordeste, por exemplo, e pela vida regrada e exaustiva, não há animo que resista ao cansaço e isso faz com que os estudos fiquem em segundo plano.

A escravidão acabou a mais de um século, mas frutos são colhidos ainda hoje, pois é preciso sempre lembrar que todos são iguais perante a Constituição. Segundo Luna (2001)

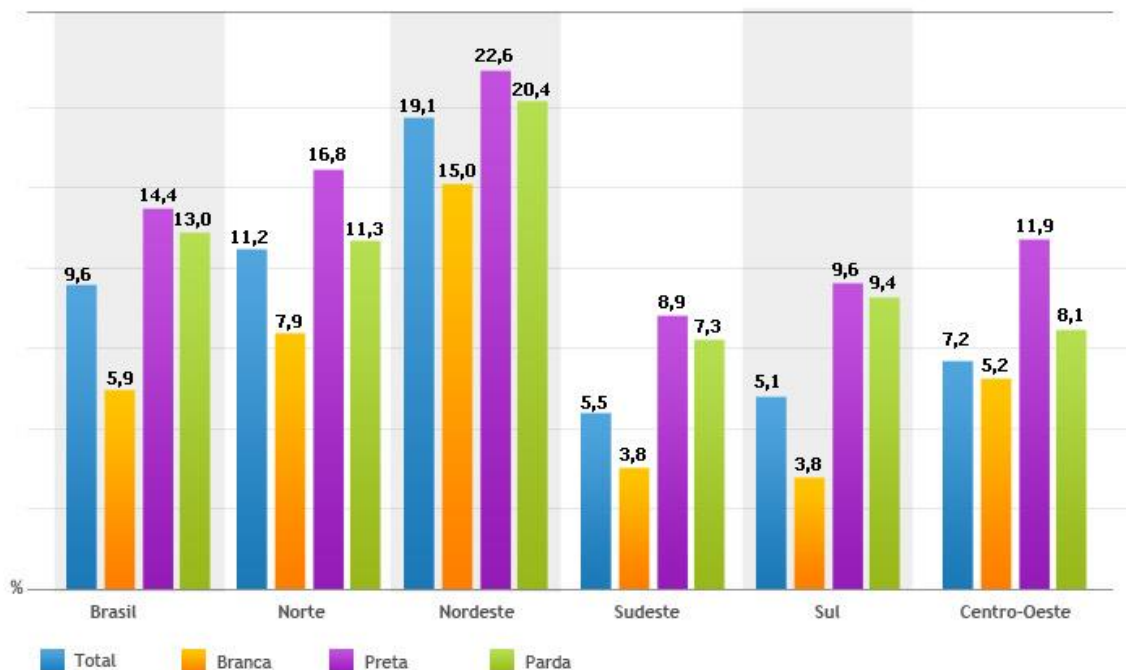
A Constituição Federal, ao estabelecer o princípio da dignidade da pessoa humana, como princípio fundamental, estabelecendo também, direitos e garantias ao homem, cidadão está a dizer, que o homem, ser humano, há que ser respeitado como e tão só por ser tal, não podendo sofrer de trato, ou ser deixado de lado, ou não ser considerado como pessoa, ou ser privado dos meios necessários a tal condição, como à sua sobrevivência física, moral, psicológica, afetiva, econômica, jurídica enfim, humana (LUNA, 2001. p.4).

Enfim, espera-se que com as novas medidas educacionais esse número mude e que o preconceito desapareça e em seu lugar cresça uma sociedade forte onde todos sejam iguais realmente e tenham os mesmos direitos, o direito principalmente de ser cidadão, independentemente da cor da pele.

Anexo

Taxa de analfabetismo por cor ou raça

Censo considerou pessoas com mais de 15 anos das principais regiões do Brasil



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Referências Bibliográficas

_____. **Educação e Desigualdades Raciais no Brasil**, in *Cadernos de Pesquisa*, nº86, São Paulo, ago./1993, pp. 15-24.

ARAÚJO.Tereza Cristina N.. **A Classificação de cor nas Pesquisas do IBGE: Notas para uma Discussão**. *Cadernos de Pesquisa* (63), nov. 1987.

BARCELOS, Luiz Cláudio. **Raça e Realização Educacional no Brasil**. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação de Mestrado, Sociologia. Iuperj.

Boudon, Raymond. **Os Métodos em Sociologia**. São Paulo, Editora Ática, 1989.

FERRARI, Alceu R. **Analfabetismo no Brasil: Tendência Secular e Avanços Recentes**, in *Cadernos de Pesquisa*, nº52, São Paulo, fevereiro de 1985, pp. 35-49.

FONSECA, M.V. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: ESUSF, 2002.

HENRIQUES, R. M. **Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90.** Texto para discussão n. 807. Brasília: IPEA, 2001. <<Disponível em <http://www.ipea.gov.br>.>> Acesso em 12/04/2015.

PASSOS. Joana Célia dos. **As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos.** Florianópolis, 2010.<< Disponível em <http://www.alesc.sc.gov.br>. >>Acesso em 13/04/2015.

SILVA, A.M.P. **Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na corte.** Brasília. Editora Plano, 2000.

SOUZA, I. S, MOTTA, F. P. C, FONSECA, D; **Estudos sociológicos e antropológicos.** São Paulo; 2002.

VEIGA. C.G. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPED, v. 13, n. 39 set/dez, 2008.

O ALUNO NEGRO NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

ANDRADE, Christiane Lúcia Borges

Resumo

É possível perceber que a vida escolar de uma criança negra não é nada fácil, pois precisa viver sob os estigmas do seu povo, e que muitas nomenclaturas e conceitos históricos utilizados são preconceituosos, é o caso da “peste negra”, doença que assolou a Europa durante a Idade Média, conforme reflexões da professora Vera Lúcia Menezes de Oliveira (1998), em seu livro *Metáforas do Cotidiano* e que contribuem para a inferiorização do negro na sala de aula.

Palavras chaves: Educação; Afrodescendência; Preconceito, Equidade.

É possível afirmar que inúmeros fatores contribuem para interferir no processo de ensino-aprendizagem do negro e cabe à escola mudar essa situação, pois segundo Silva (1998, p.34), se tem um caráter urgente a reconstrução da identidade e cultura do povo negro, em que o educador deve ensinar a história do povo negro, para que este realmente se sinta pertencente da história e tenha noção de seu papel como agente social.

A escola deve ser vista como um espaço que propicia grandes transformações sociais, que erradique qualquer tipo de discriminação e preconceito, e que tem o papel de formar um cidadão crítico, autônomo que tenha acima de tudo, tolerância ao outro. De acordo com Miriam Abramovay (2013), houve poucas pesquisas em relação às crianças negras e sempre quando são mencionadas seja em estudos ou imagens, mostra-se este

indivíduo legado ao trabalho, que quando não estava realizando as tarefas, encontra-se às costas de suas mães, para que seja possível trabalhar tendo as mãos livres.

CULTURA E LEGISLAÇÃO - LEGISLAÇÃO E A SOCIEDADE BRASILEIRA

A sociedade brasileira foi marcada por um regime escravocrata e um pensamento eurocêntrico. Após o término da escravidão, a fim de minimizar e tentar corrigir os erros do passado, o Conselho Nacional de Educação (CNE) instituiu uma modificação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), na forma da Lei nº 10.639/03 (SILVA, 2007).

O Parecer CNE/CP 003/04 estabeleceu as: “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”, relacionando-a a Lei nº 10.639/03 quanto à obrigatoriedade do ensino sobre o tema nas escolas brasileiras, independentemente da Rede de Ensino.

Nesse sentido MUNANGA (2005) elucida a urgência das ações que fomentam o resgate da memória no negro:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, [...] essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2005, p.16).

Ao estabelecer constantes diálogos entre visões, experiências e concepções diversas, não se preestabelecido ideias de superioridade racial e a dominação de umas sobre as demais ocorre a indicação da construção coletiva de uma realidade que compreenda a diversidade, garantindo que alguns grupos não só deixem de carregar as responsabilidades da inadequação aos espaços que os discriminam, como do mesmo modo saiam de sua condição de invisibilidade, exclusão e silenciamento.

Tomar para si as rédeas dos rumos da própria identidade é característica que fundamenta uma postura de resgate das especificidades sociais que foram suprimidas pela história e historiografia brasileira, e, que fizeram com que se ecoasse entre a

própria comunidade negra a naturalização desse processo infeliz e predatório, dessa forma é dever das instâncias de governo e também das escolas fortalecer as bases que sustentam e fundamentam a luta pela igualdade.

Seu conteúdo produz significados e valores, mas não se evidencia uma relação direta entre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e as transformações sociais nas relações desiguais, podendo em alguns casos se tornar um elemento propagador de tensões, dificultando o caminho para a desconstrução de mentalidades e práticas discriminatórias.

A representação construída ao se resgatar a memória coletiva colocando o negro na posição de protagonista, não de uma mera vítima dos resultados históricos é de vital importância para que não se faça ecoar a reprodução de desigualdades por meio de discursos de superioridade ou inferioridade.

Verrangia e Silva (2010) discutem que a lei foi promulgada para que na Educação houvesse aprendizagens significativas, troca de experiências, quebra de paradigmas e projetos a fim de desenvolver uma sociedade mais igualitária e justa. A escola, se tornou fundamental neste processo. Para isso, as Culturas Indígena, Africana e Afro-brasileira precisam ser ensinadas de maneira não distorcida, enfatizando as contribuições que eles deram ao longo da formação da sociedade brasileira.

O artigo 79-B, da Lei nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituiu o dia 20 de novembro como sendo o Dia Nacional da Consciência Negra, nos calendários escolares. Sendo assim, as escolas foram obrigadas a incluir também esta data em sua programação.

Já, no caso dos municípios, em especial a Cidade de São Paulo, surgiu o documento Orientações Curriculares “Expectativas de Aprendizagem para a Educação Étnico-Racial” (2008), da Prefeitura da Cidade de São Paulo e o Conselho Nacional de Educação (CNE) que apontam:

[...] A necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a educação das relações étnico-raciais positivas a que tais conteúdos devem conduzir (PARECER CNE nº 003/2004, p.1-2).

A educação do município de São Paulo faz uso da legislação pertinente ao ensino da cultura africana e afro-brasileira. Ainda, a mesma possui legislação pertinente, e o que se percebe em toda a Rede é grande preocupação com as questões étnico-raciais. Ao longo dos últimos anos, desde que foi instaurada a Lei nº 10.369/03 alterando a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, várias foram as ações da Secretaria Municipal de Educação para implementar o tema no cotidiano das escolas a cultura étnico-racial.

Em 2006, ocorreu também a formação: Projeto a Cor da Cultura, atingindo 450 educadores, além de distribuir material midiático e material apostilado para 119 escolas da rede. Além disso, no mesmo ano a SME ofertou a Mostra do Cinema Negro e Indígena a fim de realizar debates e discussões a respeito do tema.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) encaminhou em 2010 à Câmara de Educação Básica do Conselho Municipal de Educação o Ofício nº. 054/10, o Relatório das Ações da Secretaria Municipal de Educação referente à Educação Étnico-racial, a partir das Leis nº 10.369/03 e nº 11.645/08. O documento foi elaborado a partir dos eixos propostos no Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Assim, a portaria SME nº 4.738/09, de 19/10/10, montou o Grupo de Educação para a Diversidade Étnico Cultural e Racial, a fim de elaborar propostas pedagógicas que estimulam a compreensão e o respeito à diversidade étnico cultural e racial; políticas públicas que favoreçam a construção da identidade da população indígena, negra e de outros grupos discriminados, a fim de garantir a equidade; cursos de formação étnico-racial para todos os membros que compõem a equipe escolar; seminários, exposições e simpósios; pesquisas e material de apoio; acompanhamento, avaliação e divulgação dos resultados de projetos desenvolvidos em parceria com outras Secretarias do Município em relação ao tema.

No caso da comunidade indígena, a Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2002), promulgou a obrigatoriedade sobre a história e a cultura indígena nas escolas de Educação Básica. A ideia seria a de reparação histórica e cultural que requer um intenso debate, bem como discussões e reflexões a respeito do tema, tanto na cultura brasileira quanto nos

contextos acadêmicos, priorizando a valorização da contribuição indígena (LUCIANO, 2006).

Esse índio, objeto de conhecimento e celebração num espaço delimitado nos calendários escolares, é quase sempre amalgamado à natureza e reconhecido por atributos como alegria, ingenuidade, liberdade. Um efeito dessas representações é o estranhamento que nos causa o encontro com indígenas em contextos urbanos, participando de atividades comerciais, ou em noticiários que deixam ver, de relance e de modo fugaz, a situação de miséria e violência a que estão submetidos muitos povos indígenas na atualidade brasileira (BONIN, 2008, p. 318).

Candau e Moreira (2008) discutem no texto “Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas” os desafios enfrentados pelas escolas ao tratar de questões para os quais não foram preparados. O que se tem visto nas escolas é o silêncio em relação ao tema, ao invés de ocorrer discussões e debates a respeito da diversidade sociocultural:

Esta preocupação supõe o reconhecimento e valorização das diferenças culturais, dos diversos saberes e práticas, e a afirmação de sua relação com o direito à educação de todos/as. Reconstruir o que consideramos ‘comum’ a todos e todas, garantindo que nele os diferentes sujeitos socioculturais se reconheçam, garantindo assim que a igualdade se explicita nas diferenças que são assumidas como comum referência, rompendo assim com o caráter monocultural da cultura escolar (CANDAU, 2011, p. 28).

A família desses estudantes faz parte do processo uma vez que possui estreita relação com a sua visão e com a formação dos mesmos no ambiente familiar, criando muitas vezes um hibridismo cultural, deixando a criança confusa entre o que é ensino na escola e o que é posto pela família:

As lógicas socializadoras das famílias, especialmente as das camadas populares, e das escolas são divergentes e muitas vezes contrastantes: para compreender as relações entre as famílias populares e a escola, é preciso levar em conta o fato de que essas relações colocam em jogo maneiras de estar com as crianças, maneiras de examinar as aprendizagens, maneiras de comunicar, ou, ainda, maneiras de regular os comportamentos juvenis ou infantis (BARBOSA, 2011, p. 12).

Por isso, trabalhar a diversidade cultural é importante desde a Educação Infantil. Uma prática pedagógica baseada na valorização da cultura indígena, africana e afro-brasileira

a partir da riqueza histórica, ajuda a combater a discriminação e o preconceito e ainda incentiva a equidade, o respeito e o reconhecimento por parte dos pequenos.

Assim, o docente pode trabalhar esses temas a partir de atividades e projetos que desenvolvam na criança o respeito às diferenças (COSTA, 2018). Ainda de acordo com o autor, no artigo intitulado “A importância da cultura indígena na Educação Infantil: Relato de prática pedagógica”, discute a diversidade cultural na Educação Infantil.

Propostas pedagógicas voltadas para a valorização da cultura indígena, contribuem para a difusão e para diminuir a exclusão, a discriminação, o racismo e o preconceito. Os docentes da Educação Infantil devem se atentar para o trabalho com projetos que incentivem a aceitação e o respeito às diferenças, independentemente de raça, gênero, etnia, cultura e religião.

O cuidar e educar na Educação infantil devem ter atividades planejadas que instiguem a imaginação, a curiosidade, a empatia, o respeito, considerando que as crianças são agentes ativos durante o processo de aprendizagem, sendo capazes de respeitar as diferenças existentes entre os grupos sociais que elas conhecem.

Infelizmente o que vemos muitas vezes, são escolas limitadas a datas comemorativas, contando de forma simplificada ou até mesmo equivocada o grande legado que esta cultura deixou na sociedade brasileira. No caso da Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo ocorre, por exemplo, o Agosto Indígena. No ano de 2018, ocorreu um seminário demonstrando o protagonismo indígena nos seus mais variados campos de atuação: histórica, social e política, a fim de possibilitar a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do tema História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

Sendo assim, o docente da Educação Infantil precisa repensar em sua prática. Deve- -se trazer diferentes elementos a fim de fazer com que a criança possa não só observar, mas também interagir com o assunto, aprendendo que além da cultura dela existem outras culturas e que é preciso valorizá-las e reconhecê-las como pertencentes também já quer as contribuições indígenas foram inúmeras no Brasil:

[...] estudar uma sociedade sem estudar a criança dessa sociedade resulta um estudo Incompleto. A criança vive e se expressa dentro de limites e até amplitudes que lhe são próprios, que têm zonas de intersecção com os limites e amplitudes do adulto com o

qual convive. A criança não é uma versão reduzida do adulto nem este é uma versão ampliada da criança (NUNES, 2002, p. 275-276).

A infância é uma fase em que as crianças aprendem brincando, imitando os mais velhos, participando da tradição oral, das atividades do cotidiano e dos rituais inerentes a cada cultura, aprendendo desta forma as regras para o convívio social.

No caso das crianças indígenas e suas relações na comunidade são percebidas e valorizadas ao longo de vivências nas aldeias e comunidades indígenas, baseada nas perspectivas da manutenção da tolerância, paciência e bom humor em relação a elas.

Considerações finais

Ao pesquisar sobre alguns teóricos, percebeu-se que a escola é um importante espaço de formação do cidadão, é ela que prepara para o convívio social, alerta para desigualdades, discriminação e preconceitos existentes na sociedade.

Mas percebeu-se também que a escola, muitas vezes deixa de cumprir este papel por causa das ideologias vigentes de uma minoria rica. Assim sendo, defende-se o uso da literatura afrodescendente como instrumento de mudança social. Ao longo deste artigo notou-se também que as leis que existem para a disseminação das culturas indígenas e afro-brasileiras não são totalmente cumpridas.

Há má formação na graduação dos professores, falta de material didático e interesses econômicos que engessam o currículo para que não atenda aos alunos. Se a população não se inteirar dos objetivos por trás dessas manobras, a desigualdade social continuará. Ao longo do tempo, sempre uma minoria “comandou” a maioria por meio de força bruta, tecnologias, educação e etc. Mas a população só muda quando valoriza a cultura, conhecimento e etnias.

Acreditamos que para que a luta pela igualdade no campo educacional tenha sentido e efetividade é necessário que caminhemos no sentido de resgatar as memórias dos agentes fundamentais da formação histórica do Brasil.

Para tanto devemos partir de uma reflexão histórica compreendendo o discurso produzido através dos tempos, que resultou num processo de silenciamento dos grupos.

Diante do levantamento histórico, podemos entender que através das formações políticas hegemônicas, as características que tentaram anular o protagonismo negro, trazendo em seu bojo as mais diversas atrocidades.

Referências

BARBOSA, Luciene Cecília. Louca Paixão: Questões Raciais na Telenovela Sob o Olhar do Receptor. 2002 dissertação de Mestrado. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo: 2002.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: MEC/SEF, 2004. Disponível em: < <http://www.uel.br>>. Acesso em 29 de novembro de 2021.

DUARTE, E. A. Literatura, Política, Identidades. Belo Horizonte: FALE-UFMG: 2005, p. 113-131. Disponível em www.ufmg.edu.br. Acesso em 29 de novembro de 2021.

FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

HASENBALG, Carlos. Discriminação de Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 5. Ed. 1990.

_____. Lei nº. 10.639/03. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário oficial da união, Brasília, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. 2 ed. Revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

RUFFATO, Luiz. (org.) Questão de Pele. Disponível em: <http://www.linguageral.com.br/site/downloads/titulos/77.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2019. SANTOS. Margareth Maura. A Cultura e a Literatura Afro-Brasileira em sala de aula. Revista Magistro.

SANTOS. Ubiraci Gonçalves. Livros didáticos: contribuição para aplicação no Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e indígena em instituições de ensino públicos e particulares. Revista África e Africanidades – Ano 3- n. 10. Agosto, 2010.

SOUZA. Cleonice de Fátima. A questão étnico-racial na sala de aula, uma década da Lei 10.639/03.

SOUZA, F. S. Afrodescendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Disponível em www.ufmg.br. Acesso em 5 de novembro de 2019.

VERGULINO, Ana Rosa. SILVA, Cleiton Sobral. SILVA, Débora Regina Machado Silva. Relações étnico-raciais no espaço escolar. Revista Interação.

JOGOS MATEMÁTICOS COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Daniela Cristina da Cunha¹

RESUMO

O presente trabalho busca analisar os processos de aprendizagem matemática, objetivando identificar os jogos como precioso instrumento a ser explorado e trabalhado, visando ampliar o nível cognitivo das crianças num âmbito lúdico-matemático. O lúdico tem, portanto, fundamental importância para as crianças na fase da educação infantil, enfatizando assim o papel dos jogos como recurso de aprendizagem, bem como o papel do professor como mediador do processo na construção de competências lógico- matemáticas. No que diz respeito ao conhecimento matemático, juntamente com a questão do lúdico, se faz necessário um olhar atento ao trabalho com os jogos, trabalho este que se convenientemente organizado, exigindo por parte do professor tal planejamento e intencionalidade para contribuição do desenvolvimento cognitivo da criança no eixo matemático, constituem-se num recurso pedagógico eficaz, levando em consideração a influência que tais atividades podem exercer sobre as diversas áreas do conhecimento. O estudo optou por realizar uma pesquisa bibliográfica nos documentos que direcionam a educação infantil e nas obras de autores como Kishimoto, Vygotsky, Piaget entre outros, de maneira a ressaltar o aluno como participante ativo no

¹ Graduação em Pedagogia pela Universidade Santo Amaro (2005); Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Escolar pela Faculdade Interlagos de Educação e Cultura (2009); Professora de Educação Infantil no CEI Jardim Somara.

processo de construção do próprio conhecimento, considerando o uso dos jogos como recursos de aprendizagem, bem como a prática pedagógica e a construção de saberes lógico- matemáticos vivenciada pela criança.

Palavras-chave: Jogos matemáticos. Aprendizagem. Educação infantil.

1. INTRODUÇÃO

Sendo a infância, um dos momentos mais fascinantes da vida, o brincar da criança deve ser considerado como atividade fundamental para o processo de aprendizagem, o desenvolvimento da identidade cultural e a formação da personalidade e não simplesmente como uma atividade pedagógica complementar.

O objetivo principal deste trabalho é o de refletir sobre a importância do jogo como eficaz ferramenta pedagógica para o processo de aprendizagem da criança, que exerce função importantíssima para o desenvolvimento da criatividade, iniciativa e autonomia, os vários aspectos do jogo ou mais especificamente sobre como os jogos infantis podem contribuir para o desenvolvimento cognitivo e lógico-matemático da criança na educação infantil.

O lúdico tem fundamental importância para as crianças na fase da educação infantil, enfatizando assim o papel dos jogos como recurso de aprendizagem, bem como o papel do professor na construção de competências lógico-matemático. Portanto, o uso de jogos como fonte eficiente e estimuladora do processo de aprendizagem exerce função importantíssima na construção do conhecimento.

É nítida a percepção de que os jogos matemáticos não constituem aprendizagem em si, mas são um excelente meio que permite o diagnóstico, a intervenção e até mesmo a transmissão de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais sem que o educando perceba tal inferência.

Esse estudo organizar-se-á de maneira a ressaltar conceitos como educação infantil e matemática, analisar a relação matemática e educação infantil, objetivos e conteúdos matemáticos, conceitos de jogos e sua história, jogos

como instrumento de aprendizagem, os jogos e a matemática, a ação do professor no processo de construção do conhecimento matemático na educação infantil, bem como a importância dos jogos para a criança e de como eles, aplicados no espaço escolar da educação infantil, podem ser instrumentos que favorecem o desenvolvimento cognitivo e sua utilização, de forma que o ensino-aprendizagem da matemática se torne efetivo e prazeroso de maneira lúdica.

O papel do professor também é ressaltado como de suma importância para que esse desenvolvimento transcorra de forma efetiva, pois este assume papel de mediador no processo do conhecimento da criança, lançando mão de suas habilidades, a fim de promover o conhecimento no ambiente escolar.

Ressaltando mais profundamente o que diz respeito à importância dos jogos como recursos de aprendizagem, atividades que promovem a autonomia do aluno, bem como a construção de habilidades e competências já no início do convívio com a comunidade escolar, onde apresentam experiências concretas na realidade que permitem uma perspectiva em que se priorizam na Educação Infantil as bases primeiras da formação para a cidadania, percebendo-se a criança como ser humano pleno.

2. MATEMÁTICA E EDUCAÇÃO INFANTIL

A relação da matemática e a criança existe desde o nascimento, segundo o RCNEI, pois desde então as crianças estão imersas em um universo do qual os conhecimentos matemáticos são parte integrante, pois desde então participam de uma série de situações, utilizando seus próprios recursos e pouco convencionais, elas recorrem a contagem e operações para resolver problemas cotidianos.

As crianças através de suas observações e vivências vão construindo conhecimentos, essa experiência inicial favorece a elaboração de conhecimentos matemáticos, serão capazes de tomar decisões e solucionar problemas, tornam-se então cidadãos autônomos, produtoras de conhecimento e não apenas executoras de instruções.

Sendo assim, (...)

(...) a instituição de Educação Infantil pode ajudar as crianças a organizarem melhor as suas informações e estratégias, bem como proporcionar condições para a aquisição de novos conhecimentos matemáticos (...) (Brasil, 1998-2007, p.207, vol.3).

Sendo este um ambiente favorável para propiciar a exploração de situações-problema, possibilitando produzir novos conhecimentos a partir de conhecimentos que já se tem frente a novos desafios, devendo tais situações ser planejadas com critério.

Com os avanços na pesquisa a respeito do desenvolvimento e aprendizagem, aliados aos novos conhecimentos a respeito da didática da Matemática permitiram contemplar novos rumos no trabalho com a criança na Educação Infantil, pois desde muito pequena, a criança passa por um intenso processo de mudança, estabelece diversos tipos de relações com o conhecimento lógico-matemático, constrói conhecimentos sobre qualquer área a partir do uso que faz deles em suas vivências, da reflexão e da comunicação de ideias e representações, possibilitando a ampliação de repertórios de estratégias.

Diversas ações colaboram na construção dos conhecimentos matemáticos, tais ações ocorrem no convívio social e no contato das crianças com o lúdico.

As atividades desenvolvidas na Educação Infantil devem abordar o pensamento lógico-matemático, a integração desse processo possibilitará às crianças modificarem seus conhecimentos prévios, matizá-los, ampliá-los ou diferenciá-los, sendo assim as crianças podem estabelecer relações entre novos conteúdos e os conhecimentos prévios, usando para isso os recursos de que dispõem, promovendo avanços no que a criança é capaz de realizar no seu desenvolvimento potencial.

A instituição de Educação Infantil pode ajudar a criança a organizar melhor as suas informações e estratégias, estimulá-la a construir conhecimentos nos mais variados domínios do pensamento, bem como proporcionar condições para aquisição de novos conhecimentos matemáticos.

Vale ressaltar que situações que propiciem à criança uma reflexão e análise do seu próprio raciocínio, que esteja “fora” do objeto, nos níveis já representativos, necessitam ser valorizadas no processo de ensino-aprendizagem da Matemática e o jogo demonstra ser um instrumento importante na dinamização desse processo. (GRANDO, 1995, 2000, p.26)

Para Kramer (1989), a Educação Infantil de qualidade é um pré-requisito para uma educação democrática. Por isso é tão importante que se tenha a partir das primeiras séries da Educação Infantil um planejamento efetivo de o que se deve ensinar às crianças, no sentido da matemática.

2.1. Os jogos como recurso pedagógico

Froebel (1826, apud. AGUIAR, 1997) que foi o primeiro pedagogo a incluir o jogo no sistema educativo, acredita que a personalidade da criança pode ser enriquecida e aperfeiçoada pelo brincar, e que, a principal função do professor, neste caso, é a de fornecer situações e materiais para o jogo. Para ele, as crianças aprendem através do brincar, “admirável instrumento para promover sua educação”.

A utilização dos jogos na escola não é algo novo, seu uso implica uma mudança significativa nos processos de ensino-aprendizagem e foi muitas vezes negligenciado por ser visto como uma atividade de descanso ou apenas um passatempo.

Claparède (1975, apud AGUIAR, 1997) afirma que a criança é um ser feito para brincar e o jogo é um artifício que a natureza encontrou para envolver a criança numa atividade útil ao seu desenvolvimento físico e mental. Sugere aos educadores que usem o jogo no processo educativo para realizar o ensino mais no nível da criança.

Os jogos se convenientemente planejados, são um recurso pedagógico eficaz para a construção do conhecimento matemático, carregam em si o objetivo de atender necessidades das crianças, a utilização de jogos infantis é uma maneira apropriada para a aprendizagem dos conteúdos escolares.

Cratty (1975, apud AGUIAR, 1997) sugere a utilização de atividades motoras sob a forma de jogos para o domínio de conceitos (linhas, retas, curvas, círculos, etc.), avaliação e resolução de problemas.

A relação entre o jogo e a matemática, constitui-se numa abordagem significativa em especial na Educação Infantil e possui atenção de vários pensadores, pois é nesse período que as crianças encontram espaço para exploração e descobrimento de elementos da realidade que a rodeia. Para

tanto, se faz necessário que a criança tenha a oportunidade de vivenciar situações ricas e desafiadoras, que podem ser proporcionadas pela utilização dos jogos como recurso pedagógico.

A discussão sobre a importância dos jogos no ensino da Matemática há algum tempo vem sendo debatida. Sendo o fato da criança realmente aprender Matemática brincando, um questionamento bastante discutido, bem como a intervenção do professor. Sendo os jogos em sala de aula importantes, é relevante que ocupem um horário dentro do planejamento pedagógico, como toda prática considerada significativa, de modo a permitir que o professor possa explorar todo o potencial dos jogos, o processo que este gera para sua resolução, registros e discussões que podem surgir.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S):

Os jogos constituem uma forma interessante de propor problemas, pois permitem que estes sejam apresentados de modo atrativo e favorecem a criatividade na elaboração de estratégias de resolução e busca soluções vivas e imediatas, o que estimula o planejamento das ações (MEC, 1998, p. 47).

As situações de jogos representam uma eficiente situação-problema, na medida em que o professor saiba propor questões relevantes, potencializando suas capacidades para compreender e explicar os fatos e conceitos matemáticos, para tanto é pertinente a escolha de jogos que estimulem a resolução de problemas.

Utilizar o jogo na Educação Infantil significa transportar para o campo do ensino-aprendizagem condições para maximizar a construção do conhecimento, introduzindo as propriedades do lúdico, do prazer, da capacidade de iniciação e ação ativa e motivadora (KISHIMOTO 2009b, p. 36).

Sendo os jogos vistos não só como forma de entretenimento, mas sim uma atividade que poderá auxiliar no desenvolvimento de várias habilidades, sua utilização potencializa a exploração do conhecimento, assim seu uso no trabalho pedagógico requer a oferta de estímulos externos e a influência de parceiros. Portanto, ao utilizar de modo metafórico a forma lúdica (objeto suporte de brincadeira) para estimular a construção do conhecimento, o brinquedo educativo conquistou espaço definitivo na Educação Infantil.

O papel do jogo está legitimado na educação matemática porque, vinculado ao conceito de atividade, se coloca como elemento preponderante para suscitar no sujeito o motivo para executar determinadas ações, o jogo apresenta-se como estruturador de aprendizagem.

A valorização dos Jogos como recurso pedagógico, segundo Jesus (1999, p. 29), chegou ao Brasil no início da década de 80 do século XX com o aumento da produção científica a respeito dos jogos e com o aparecimento das “brinquedotecas”. Entretanto, em seus primórdios, as opiniões eram divididas em relação ao uso de jogos na educação, pois para muitos, “educação era coisa séria” e não podia ser associada ao jogo que era “pura diversão, passatempo”.

Ao longo do tempo até os dias atuais, houve a revisão de vários conceitos e o desenvolvimento de práticas e metodologias pedagógicas que contribuíssem para uma nova maneira de ensinar, que fizeram com que o jogo ganhasse grande atenção quanto ao seu uso em âmbito escolar.

Moura (1992a, apud Grandó, (1995, 2000, p. 4) define jogo pedagógico da seguinte maneira: “o jogo pedagógico é aquele adotado intencionalmente de modo a permitir tanto o desenvolvimento de um conceito matemático novo como a aplicação de outro já dominado pela criança”.

Entende-se então que qualquer jogo empregado pela escola, respeitando a natureza do lado lúdico, apresenta caráter educativo e pode receber a denominação geral de jogo educativo, podendo ser classificados em dois sentidos:

1. Sentido amplo: como material ou situação que permite a livre exploração em re- cintos organizados pelo professor, visando o desenvolvimento geral da criança. Sentido restrito: como material ou situação que exige ações orientadas com vistas à aquisição ou treino de conteúdo específico ou de habilidades intelectuais, rece- bendo também a nomenclatura de jogo didático.

No âmbito da matemática, quando se propõe um trabalho com jogos, visamos também desmistificar a ideia da matemática como uma disciplina difícil, chata e maçante, que envolve memorização de formas, fórmulas, números e operações. Com uma abordagem lúdica, o professor tem o poder de resgatar o prazer de conhecer, descobrir, o desejo e a autoconfiança de enfrentar

desafios, privilegiando o desenvolvimento de estratégias, raciocínios, enriquecer os conteúdos matemáticos, de forma agradável, participativa e dinâmica.

Um fator a ser considerado também com o uso de jogos como recurso pedagógico é a questão da competição envolvida, visto que esta é uma característica marcante nestes, faz-se importante a eficiente atuação do professor no sentido de ressaltar que este é um excelente recurso que favorece a construção do conhecimento, do que sua rivalidade, devendo ser ressaltada também a cooperação, observando o vencer e o perder propostos pelo jogo, porém com cautela para não reforçá-los, evitando assim sentimentos como baixa autoestima ou superestimação.

Segundo o RCNEI, pelo seu caráter coletivo, os jogos e as brincadeiras permitem que o grupo se estruture, as crianças estabeleçam relações ricas de troca, aprendam a esperar sua vez, acostumem-se a lidar com regras, conscientizando-se que podem ganhar ou perder.

Segundo Kishimoto (2009b, p. 78), “o jogo deve ser usado na educação matemática obedecendo a certos níveis de conhecimento dos alunos tidos como mais ou menos fixos”.

A matemática bem trabalhada na Educação Infantil pode evitar que no futuro, os alunos apresentem dificuldades pela deficiência de desenvolvimento do pensamento lógico e abstrato, o jogo passa a ser defendido como importante aliado do ensino formal da matemática, no que diz respeito ao processo de apreensão dos conhecimentos em situações habituais na Educação Infantil.

De acordo com Moura (1991, apud Kishimoto, 2009b), o jogo aproxima-se da matemática via desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas, além de permitir trabalhar os conteúdos culturais, pertinentes ao próprio jogo.

O material a ser distribuído para os alunos deve ter uma estruturação tal que lhes permita dar um salto na compreensão dos conceitos matemáticos, dessas formas materiais assim ditos estruturados passaram a ser veiculados nas instituições como o material dourado e os blocos lógicos.

Kishimoto destaca:

O jogo na educação matemática parece justificar-se ao introduzir uma linguagem matemática que pouco a pouco será incorporada aos conceitos matemáticos formais ao desenvolver a

capacidade de lidar com informações e ao criar significados culturais para os conceitos matemáticos e estudo de novos conteúdos. (KISHIMOTO, 2009b, p. 85)

O jogo na educação matemática, quando considerado promotor de aprendizagem, passa a ter o caráter de material de ensino.

Assim, segundo Kishimoto (2009b, p. 86) durante o trabalho da matemática, é relevante que se encontre no jogo “a ludicidade das soluções construídas para as situações-problema seriamente vividas pelo homem”.

Propondo situações lúdicas para as crianças, além de elas apreenderem a estrutura lógica da brincadeira, apreende também a estrutura matemática presente.

Tendo os jogos grande importância na Educação Infantil, se faz tão importante quanto, a atuação do professor no trabalho com Jogos, como recurso pedagógico muito eficaz na medida em que este, mediante planejamento e intencionalidades bem definidas, propõe aos educandos situações estimulantes e criativas acerca do trabalho com jogos, cabe ao professor analisar e avaliar a potencialidade educativa dos diferentes tipos de jogos e o aspecto curricular que se deseja desenvolver.

Todos os educadores devem conhecer as brincadeiras sob uma perspectiva sociocultural, para então compreender as contribuições que essas podem oferecer. O importante é a ciência de que brincar na escola é um brincar organizado, onde o tempo e a diversidade das atividades e do material são planejados pelo professor, levando em consideração a faixa etária, interesses e nível de desenvolvimento de cada aluno, como está essa criança, o que ainda precisa alcançar e de que maneira o educador poderá organizar e planejar o brincar a fim de atender os objetivos a serem alcançados. O professor de Educação Infantil deve então proporcionar à criança dessa faixa etária situações ricas e desafiadoras, senso assim, se torna fundamental que possam gerar a necessidade de resolver um problema efetivo.

Ao optar por trabalhar a matemática por meio dos jogos, que é fonte de diversão e aprendizado, o professor deve levar em conta a importância da definição dos conteúdos e das habilidades e competências presentes nas brincadeiras, deve-se ter intencionalidade, intervenção do professor e o planejamento de sua ação com o objetivo de o jogo ir muito além de um mero

prazer.

Como educadores, devemos procurar alternativas para aumentar a motivação para a aprendizagem, desenvolver a autoconfiança, a concentração, a atenção, a organização, o raciocínio lógico-dedutivo e o senso cooperativo, estimulando a socialização. O jogo em seu aspecto lúdico desenvolve então o desejo e o interesse do jogador pela própria ação do jogo, causando envolvimento na competição e no desafio, motivando o jogador a conhecer seus próprios limites e possibilidades de superação de limites, na busca da vitória, adquirindo autoconfiança e coragem para arriscar, e no aspecto das práticas pedagógicas motivadoras que são desafiadoras e atraentes, impulsionam os alunos a completarem uma tarefa de forma estratégica.

O professor deve ter consciência de que o seu trabalho é organizar situações de ensino que possibilitem ao aluno tomar consciência do significado do conhecimento a ser adquirido e de que o apreenda torna-se necessário um conjunto de ações a serem executadas com métodos adequados. (...) O professor vivencia a unicidade do significado de jogo e de material pedagógico, na elaboração da atividade de ensino, ao considerar, nos planos efetivos e cognitivos, os objetivos, a capacidade do aluno, os elementos culturais e os instrumentos (materiais e psicológicos) capazes de colocar o pensamento da criança em ação. (KISHIMOTO, 2009a, p. 84)

Conforme Grando (1995, 2000, p. 26) alerta: alguns educadores acreditam que, pelo fato de o aluno já se sentir estimulado somente pela proposta de uma atividade com jogos e estar durante todo o jogo, envolvido na ação, participando, jogando, isto garante a aprendizagem. É necessário fazer mais do que simplesmente jogar um determinado jogo. O interesse está garantido pelo prazer que esta atividade lúdica proporciona, entretanto é necessário o processo de intervenção pedagógica a fim de que o jogo possa ser útil à aprendizagem.

Rezende ressalta que:

Cabe ao educador criar um ambiente que reúna os elementos de motivação para as crianças. Criar atividades que proporcionem conceitos que preparam para a leitura, para os números, conceitos de lógica que envolve classificação, ordenação, dentre outros. Motivar os alunos a trabalhar em equipe na resolução de problemas, aprendendo assim expressar seus próprios pontos de vista em relação ao outro. (REZENDE, 2006, p. 37)

O educador deve servir como condutor da influência humana sobre o objeto da atividade pode definir então o professor como orientador da criança nesse momento.

Rezende ainda conclui que:

Quanto mais o professor trabalhar atividades lúdicas na Educação Infantil com práticas inovadoras, maior será a chance desse profissional de proporcionar à criança aulas mais prazerosas e interessantes. Dando ênfase, portanto, às brincadeiras e jogos, o educador desenvolve junto ao aluno um trabalho mais envolvente. (REZENDE, 2006, p. 36)

O professor exerce papel de mediador privilegiado no processo ensino-aprendizagem, no crescimento do seu aluno e no desenvolvimento de suas habilidades, desempenha assim papel importante no transcorrer das brincadeiras, devendo ter o discernimento dos momentos em que deve simplesmente observar, em que deve intervir ou em que deve integrar-se como participante destas. Para tanto, o professor deve ter consciência de que os jogos e as atividades que propuser são meios que dispõe para atingir seus propósitos e objetivos.

Por meio das brincadeiras, o professor pode assistir, tendo uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças individualmente e coletivamente, sendo possível o registro de suas capacidades e dos recursos afetivos e emocionais que dispõem. O processo de formação das crianças é complexo, pois envolve atividades intelectuais e mentais por parte da criança, portanto para se aprender um conceito é preciso ter além das informações recebidas do meio, capacidades de abstração, atenção, concentração, cooperação e memória.

Segundo Borba (2006, p. 39), “o professor tem papel fundamental nesse processo, além de ser o mediador, ele conta com processos afetivos por parte da criança para com ele e com o conteúdo”. O autor ainda ressalta a importância de o professor ter: habilidades de propor, planejar, organizar, orquestrar e realizar o ensino de matemática, além da habilidade de criar um amplo aspecto de situações de ensino-aprendizagem; descobrir, avaliar, selecionar e criar materiais pedagógicos; inspirar e motivar os alunos; discutir os currículos e justificar as atividades de ensino-aprendizagem com os alunos.

O professor passa a exercer, portanto, papel fundamental na mediação desses conceitos, promovendo atividades diferenciadas que valorizem a construção do conhecimento e a apropriação desses conceitos para que no futuro eles venham a ser aproveitados quando os alunos forem aprender os conteúdos mais complexos na matemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por intermédio de Jogos a aquisição do conceito de número pela criança não fica restrita a um determinado período de tempo, mas sim na construção progressiva de uma simbologia. A criança participa na contagem em diferentes sistemas de numeração, é na exploração das ideias de juntar, tirar, etc., associadas às operações que a noção de número vai se ampliando.

Compete ao professor, com relação às atividades matemáticas, acompanhar a criança, orientar sua atenção, destacar os elementos das situações considerados relevantes, analisar as situações para e com a criança levando-a a comparar, classificar, estabelecer relações lógicas, demonstrando como usar determinados procedimentos da matemática, ensinando a utilizar diferentes recursos, desde seu início da escolaridade, por intermédio de jogos, que não só auxilia o desenvolvimento corporal mas também os aspectos psíquicos, proporcionando um estado de prontidão para a criança adaptar-se ao mundo que a cerca.

Se o professor tem o papel de estimular a criança a pensar, criar situações desafiadoras, fornece algumas informações e sistematizar os conhecimentos que vão sendo construídos pela criança, concluímos que o jogo serve como meio de exploração e invenção, capaz de reduzir a consequência dos erros e dos fracassos da criança, permitindo que ela desenvolva sua iniciativa, sua autoconfiança, sua autonomia. Se, iniciada na Educação Infantil, a relação do jogo com o desenvolvimento da criança, permitindo a colocação de problemas, favorecendo a criatividade e a elaboração de estratégias de solução, a criança terá capacidade de resolução dos problemas que surgirem em outras ocasiões, se constituindo num fator de desafio e desequilíbrio,

instigando a criança à ação.

Destacamos que no jogo é possível que os erros possam ser revistos de forma natural na ação sem deixar marcas negativas, mas propiciando novas tentativas, estimulando previsões e checagens. O jogo propicia situações que, podendo ser comparadas a problemas, exigem soluções vivas, originais rápidos, nesse processo, o planejamento, a busca por melhores jogadas, a utilização de conhecimentos, na questão de jogos matemáticos, a cada vez que são realizados proporcionam desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas e de noções em matemática.

Assim sendo, podemos afirmar que as atividades lúdicas são indispensáveis ao desenvolvimento global da criança e é através das brincadeiras e dos jogos que ela é introduzida no meio sociocultural. Cada dia na vida de uma criança é um dia cheio de descobertas e novas situações de aprendizagem, pois é vivendo, experimentando, se envolvendo, interagindo, criando e recriando que a criança se constrói, a partir de sua realidade.

A aprendizagem da criança é preocupação fundamental da instituição escolar, hoje ela pode e deve se empenhar e interagir no sentido de disponibilizar e oportunizar os jogos educativos, sendo este um facilitador da aprendizagem, incentivando um aprendizado matemático mais atraente, criativo e dinâmico.

Ressalto que os jogos constituem importante instrumento de aprendizagem, quando bem orientados pelo educador com intencionalidade e planejamento, lúdico e prazeroso, vêm de fato contribuir enquanto recurso utilizado para o desenvolvimento de noções matemáticas na Educação Infantil, pois a criança aprende de maneira entusiasmada e envolvida enquanto brinca. Além da interação da criança com o parceiro ou o grupo, desenvolve a memória, a comunicação, a atenção, a autoconfiança, a criatividade, o raciocínio lógico e a reflexão a fim de solucionar problemas e realizar ações de maneira estratégica para alcançar seu objetivo. Enfatizando a utilização dos jogos para o ensino da matemática, sobretudo porque os jogos não apenas divertem, mas também extraem das atividades materiais suficientes para gerar conhecimento.

Nessa perspectiva, conclui-se, após várias pesquisas bibliográficas, juntamente com a pesquisa de campo, que de fato o jogo constitui rico e importante recurso a ser explorado e bem trabalhado, sendo ele um desencadeador de desafios, possibilitando assim a postura de analisar

situações, habilidades para a reflexão de possibilidades, criar estratégias próprias de resolução de problemas e tomada de decisões ao exigir a busca de novos movimentos de pensamento.

O professor passa a exercer papel fundamental na mediação desses conceitos, exigindo desses profissionais maior dedicação na preparação de propostas, situações, materiais, promovendo atividades diferenciadas que valorizem a construção do conhecimento e a apropriação desses conceitos, disponibilizando um ambiente favorável à aprendizagem, motivador, envolvente e atraente, atentando para as diferentes fases do jogo e suas possibilidades, ora como observador, ora como participante, interagindo sempre que conveniente.

As ideias esboçadas não se esgotam, devem ser ainda mais aprofundadas e discutidas, buscando incessantemente a melhoria da educação, que é fonte de toda nossa esperança na busca por uma sociedade mais justa, saudável e honesta, por um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. *Elaboração e Avaliação de um Programa de Jogos Recreativos Infantis Para o Ensino de Conceitos a Crianças Pré-escolares*. In: *Estudos de Psicologia*, 1997.

ANTUNES, Celso, *Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências*, 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BORBA, M. C. *Tendências Internacionais em Formação de Professores de Matemática*. São Paulo: IMEI-USP, 1996.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, *Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil*. Brasil: 1997, Volumes 1,2,3.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Vols. I,

II e III. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática - livro: A criança e o número. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

_____. Pró-Letramento Matemático: Programa de formação continuada de professores dos anos/ séries iniciais do Ensino Fundamental: Matemática. – Edição revista e ampliada, incluindo SAEB / Prova Brasil matriz de referência/ Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica, 2007.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, 1996.

FERRARI, Márcio, Froebel e o surgimento do primeiro Jardim da Infância, texto editado em 01/07/2011, autorizado pelas alunas Cristiane Valéria Furtado do Nascimento e Márcia Andrea de Soares de Moraes, disponível em <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/friedrich-froebel-307910.shtml>, acessado em 3 out 2023.

GRANDO, R. C. O Jogo e suas Possibilidades Metodológicas no Processo Ensino- Aprendizagem da Matemática. Dissertação de mestrado submetida à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas: 1995.

_____. O Conhecimento Matemático e o Uso de Jogos na Sala de Aula. 2000, 224 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas: 2000.KISHIMOTO, T. M. O jogo, a Brincadeira e a Educação. São Paulo: Pioneira, 1997.

_____. Jogos Infantis: O jogo, a criança e a educação. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2009a.

_____. (Org.). Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

MOURA, M. O. de. A Construção do Signo Numérico em Situação de Ensino. São Paulo: USP, 1991.

_____. A Séria Busca no Jogo: do Lúdico na Matemática. In: KISHIMOTO, T. M. (org.). Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação. São Paulo: Cortez, 2009.

NALLIN, C. G. F. O papel dos jogos e brincadeiras na Educação. Memorial de Formação submetida à Faculdade de Educação da universidade Estadual de Campinas: 2005.

REZENDE, M. A. C. R. A importância dos jogos e brincadeiras na Educação Infantil. Disponível em <http://karaja.filmes.edu.br:8088/Monografia2/monografia/downloadMono/147>). Acesso em 3 out 2023.

A MATEMÁTICA E A CRIANÇA

Elaine Cristina de Souza Barroso

RESUMO

As noções matemáticas são estabelecidas a partir das semelhanças entre quantidades, contagem e espaço, por muitas vezes são feitas por meio das brincadeiras, interações com o meio e na socialização, onde possibilita conhecimentos e necessidades que podem ser compartilhados entre pessoas e ou objetos. As crianças vivenciam várias experiências no processo de aprendizagem da matemática, onde lhe permitem fazer descobertas, estabelecer relações, organizar o pensamento, o raciocínio lógico, onde se situar e localizar no espaço.

Palavras-chave: escola; educação matemática; jogos e brincadeiras.

As referências matemáticas podem ser ampliadas, possibilitando habilidades de aprendizagem que ocorram nos processos informais, da relação individual e da cooperação da criança em diversas situações e ambientes e diferentes naturezas, não havendo planejamento e controle. Entretanto, a continuidade da aprendizagem matemática não dispensa a intencionalidade e o planejamento.

Algumas ações são indispensáveis na praxis do (a) professor (a) , tais como: reconhecer a potencialidade e a acomodação de uma situação para a aprendizagem, saber questionar, formular perguntas, propor desafios, incentivar a comunicação entre as crianças. Nas series iniciais o processo de mudança deve ser considerado e ser vivido pelas crianças, onde possibilitam estabelecer vários tipos de relação, como o de comparar, expressar quantidades, representações mentais, gestuais e deslocamentos no espaço.

Diversas ações intervêm na construção dos conhecimentos matemáticos, como ler a seu modo a sequência numérica, fazer comparações entre quantidades e entre notações numéricas e saber se localizar espacialmente. Essas ações ocorrem com mais frequência no convívio social e no contato das crianças com histórias, contos, músicas, jogos, brincadeiras, por exemplo, quando um adulto utiliza a palavra “quantos” em uma pergunta para crianças pequenas, essas podem responder “três”, “cinco” referindo-se a quantidade, isso também vale a palavra “quando”, onde as crianças podem responder um dia qualquer da semana, como “segunda feira”, ou também “amanhã” ou “ontem”, com a finalidade de indicar a unidade de tempo. Geralmente as crianças perguntam ao subir numa balança, ao invés de perguntar “quanto eu peso”, elas perguntam “quanto eu custo”, pois fazem uma associação entre a vivência do cotidiano, como ir ao mercado ou padaria, ou seja, relacionam os números que eles veem nessa prática somente ao custo/ valores e não ao peso.

Esses são exemplos de respostas e perguntas não muito precisas, mas que já mostram algum tipo de conhecimento da criança quanto ao tempo e quantidade. Esses são indicadores de que as crianças estão sempre em busca de novos conhecimentos e na construção de significados, passando assim a compreender o mundo em que vivem.

Conforme as crianças vão se desenvolvendo, vão conquistando autonomia, possibilitando participarem de questões que envolvam maior complexidade como diferentes jogos e atividades, diante dessa perspectiva as crianças conseguem elaborar questões, enfrentando e resolvendo situações problemas, criando estratégias que possibilitam criações e mudanças diretamente nas regras dos jogos, revisando e discutindo em duplas ou grupos, o que foi realizado até o momento nas diferentes propostas.

A matemática no ensino fundamental

O conhecimento construído através da educação Matemática surge com as interações com outras crianças e as necessidades surgidas no decorrer de sua

vida cotidiana de forma significativa implicando na aprendizagem do pensar com lógica, sequência, objetividade, fazendo os alunos a pensar e articularem diversos níveis de pensamento, levantando hipóteses e deduções, que transforma o real.

A aprendizagem da matemática nos primeiros anos do ensino fundamental deve ser encarada como um processo que exige a aproximação da área do conhecimento com diversos outros componentes curriculares, destacando-se, principalmente a aprendizagem e o domínio da língua materna. Considerando que o aluno é um ser complexo e sua formação envolve até os aspectos afetivo, emocional, cognitivo físico e pessoal.

Assim que a criança ingressa no ensino fundamental, dando-se continuidade do que tinha de bagagem sobre a matemática, espera-se ter um momento rico para desenvolver essa aprendizagem de forma prazerosa tanto para os próprios alunos, como também professores, de modo que possam construir conceitos através de vivências lúdicas.

Para isso é necessário a colaboração de todos os envolvidos nesse aprendizado, desde a direção da escola, como também os pais e alunos, que juntos irão participar e mediar no desafio do ensino e da aprendizagem da Matemática.

Os professores devem propor situações em que as crianças aprendam a pensar de forma articulada, coordenada e coerente, valorizando os conhecimentos prévios, considerando a realidade e as necessidades dos alunos; acompanhada a uma práxis docentes competentes, que esteja estruturada em um constante movimento de ação-reflexão, sendo indispensável associarmos a brincadeira, o lúdico, à educação Matemática.

Segundo Kamii (1991), a criança precisa apoiar-se em objetos, devido à sua fase de desenvolvimento cognitivo. Nesse sentido é que os materiais concretos e os jogos mostram-se instrumento de ajuda para a criança construir

procedimentos e desenvolver a capacidade de pensar matematicamente, com lógica.

“Neste sentido, a utilização de materiais concretos nas classes das séries pré-escolares e iniciais na escola tem então, segundo esta teoria, o objetivo não de fazer a criança somente “tocar”, “sentir”, os objetos, (...) mas possibilitar à criança realizar abstrações pseudoempíricas, construir o pensamento reflexivo sobre conhecimentos novos, não só a partir de objetos, mas a partir das ações que ela exerce sobre os objetos, enriquecidas pela participação de outras crianças nesse processo de interação”. (FRANCO, 1991, p.23)

A partir das operações concretas a criança torna-se capaz de construir a noção de número, abrindo o horizonte para as operações matemáticas, sendo os materiais concretos necessários, porque as crianças precisam apoiar-se no real, na construção das operações concretas e tornando-se capazes de construir a noção de número.

Lembrando que é importante que o professor nessa construção de conhecimento, com sua prática, faça com que os alunos percebam que as relações lógicas do pensamento matemático não aparecerão somente na escola, mas durante em toda sua vida.

A história da matemática e sua trajetória

A matemática é a ciência dos números e dos cálculos, porém sua história surge na antiguidade, devido a necessidade dos homens na forma de facilitarem a vida e se organizarem na sociedade, um dos registros mais antigos encontrados estão datados 2400 a.C. com o surgimento dos problemas cotidianos, a solução encontrada foi a de utilizar pedra e gravetos como forma de registrar a quantidade de animais ou objetos, sendo assim, nessa época, as pessoas ou algumas tribos, somente conheciam o um, dois e

muitos em relação a quantidade e uma pequena proporção de medidas de comprimentos e de áreas, surgindo assim as primeiras construções.

Durante o séc. XVI, apenas a burguesia tinha o direito a frequentar a escola por ter dinheiro, status e uma grande influência sobre a igreja, tinham acesso ao estudo incluindo a matemática que era uma ferramenta muito para os negócios.

Há cerca de 400 anos o papel do financiamento ao estudo da matemática passou a ser desempenhado pelas universidades e pelas empresas. Matemática não é só fazer contas ou demonstrar teoremas ela abrange diversos conhecimentos enriquecendo a civilização.

A matemática foi usada nas construções das pirâmides, nos estudos da astronomia. Vários conceitos matemáticos foram desenvolvidos pelos gregos.

As principais áreas que engloba no ensino matemático são a aritmética, álgebra, geometria, geometria analítica, porcentagem, trigonometria, estatística, educação matemática. Todos os povos têm alguns conhecimentos de matemática, mesmo que sejam muito intuitivos e superficiais, tais como desenhos geométricos que se veem no artesanato, proporções e medições. Hoje encontramos e vivenciamos a matemática em vários momentos e situações do cotidiano, na informática, na medicina, na engenharia, na física, enfermagem e em diversas outras áreas.

Porém, em muitas situações a matemática é considerada a vilã para as classes menos favorecidas e entre as disciplinas que compõem o currículo da escola regular. Nos anos de 1960 e 1970 houve um grande movimento em termos de reformulação curricular buscando melhorias na qualidade do ensino da matemática, o que no Brasil foi denominado como movimento de matemática moderna. Esse movimento não produziu resultados, uma vez que foi dada ênfase muito mais a linguagem do que a matemática.

Em 1980 foi criada a sociedade brasileira de educação matemática que tinha por objetivo tentar reverter à situação do ensino da matemática nos anos iniciais, já que a matemática não era vista como uma disciplina curricular de destaque, neste período os professores que se preocupavam em fazer um bom ensino, passaram a se preocupar com questões de aprendizagens dos alunos,

nasce o professor educador, que não se restringia somente aos conteúdos de matemática, mas preocupava-se em educar pela matemática.

Visto que o papel da matemática é útil para o desenvolvimento da sociedade, podemos citar que ela é de extremo valor nas sociedades desde a antiguidade, pois desde essa época os que possuíam o poder tinham acesso ao conhecimento e principalmente matemática que era uma ferramenta importante para o comércio e para o desenvolvimento comercial e industrial, já que foi neste período que surgiu a revolução das indústrias e o capitalismo que rege a nossa sociedade até os dias atuais.

Educação infantil

A educação infantil assume funções essenciais no desenvolvimento social, cultural e afetivo da criança garantindo seu desenvolvimento global através das interações que ela estabelece com o meio. A escola irá promover a oportunidade de convívio com a diversidade e singularidade, a participação de alunos e pais na comunidade de forma aberta, flexível e acolhedora.

“Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado”. (RCNEI, 1998, v.1, p. 25).

O cuidar e educar caminham juntos e são ferramentas indissociáveis no desenvolvimento afetivo, cognitivo e social da criança. A criança quando se sente segura expressa seus desejos e ansiedades por meio de brincar, o que facilita o processo ensino aprendizagem. Ao brincar a criança vivencia novas experiências. Em algumas situações, resolvem seus problemas sozinhos; em outros momentos, faz-se necessário a presença do professor como mediador do processo de ensino aprendizagem.

Vygotsky (1996) defende que o ato de brincar permite a criança ampliar sua imaginação, a partir do momento que começa a agir na brincadeira, fazendo que ela interaja com o meio social no qual vive.

“Brincar é, sem dúvida, uma forma de aprender. Mas é muito mais do que isso. Brincar é experimentar-se, relacionar-se, imaginar-se, expressar-se, compreender-se, confrontar-se, negociar-se, transformar-se, ser”. (FONTANA, 1997, p.139).

O ato de brincar, com o faz de conta se torna um exercício que além de trabalhar muito a imaginação infantil, também permite desenvolver vários, um ótimo aliado ao aprendizado. A criança tem a oportunidade de imaginar, criar, socializar-se com outras crianças, pois a brincadeira é a ação que a criança desempenha ao mergulhar no mundo mágico do lúdico, contribuindo na construção do conhecimento infantil. (Kishimoto, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim partindo da educação infantil, teremos a transição dessa fase de aprendizado para o ensino fundamental, que fugirá daquilo que a criança está acostumada, tendo mais regras e um ensino um pouco mais sistematizado. “*É necessário assegurar que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental ocorra da forma mais natural possível, não provocando nas crianças rupturas e impactos negativos no seu processo de escolarização*”. (BRASIL, 2004, p.22).

Diante disso VYGOTSKI (1996) afirma que essa transição que a criança passa, incidem sobre o desenvolvimento biopsicológico² da mesma, pois o fato de saírem do conhecido para o desconhecido pode desencadear sentimentos de ansiedade, expectativas positivas e negativas, tensões, estresses, medos, traumas e crises.

² A psicologia biológica, também conhecida como Neurociência Comportamental, **biopsicologia** ou Psicobiologia é a aplicação dos princípios da biologia para o estudo fisiológico, genético, e dos mecanismos do desenvolvimento que afetam o comportamento, dos seres humanos e de outros animais.

Referências bibliográficas

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC / SEF, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição [da] Republica Federativa do Brasil*. Brasília Senado Federal, 1988.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Art. 227 da Constituição Federal de 88. Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10644726/artigo-227-da-constituicao-federal-de-1988>> . Acessado em: 07-06-2016.

ESTRADA, Maria Fernanda; SÁ, Carlos Correia de e outros. A História da Matemática. Ed. Universidade Aberta, 608 pp, Agosto, 2000.

FONTANA, Roseli. *Psicologia e trabalho pedagógico*. São Paulo: Atual, 1997.

GUTWIRTH, Jacques. *A etnologia, ciência ou literatura?*. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 7, n. 16, Dec. 2001 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000200012&lng=en&nrm=iso. Acessado em 30-04-2016.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Jogos Infantis: O jogo, a criança e a educação*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Cengagelearning,2008.

MELLO, S. A. O Processo de Aquisição da Escrita na Educação Infantil: *Contribuições de Vygotski*. In: FARIA, A. L.G., MELLO, S. A. Linguagens infantis: outras formas de leitura. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Ensino fundamental de nove anos: *orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade / organização Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento*. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 135 p.: il, 2007.

MURCIA, Juan Antônio Moreno. *Aprendizagem através dos jogos*. Trad. Valério Campos. Porto Alegre. Artmed, 2005.

NICOLAU, Marieta Lúcia machado. A educação Pré-Escolar: *Fundamentos e Didática*. São Paulo, 2000.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL. [s.d.]. Disponível em: <www.portal-mec.gov.br/seb/arquivo/.pdf/rcnei-vol1pdf>. Leia mais em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-ensino-da-matematica-na-educacao-infantil/119953/#ixzz48xi5Hwsd>>. Acessado: 17-05-2016.

REGO, Tereza Cristina. *Brincar é coisa séria*. São Paulo: Fundação Samuel, 1992.

SANTOS, Santa Marli Pires. *Brinquedoteca: sucata vira brinquedo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

VIRGULINO, Carina Silvana. *O ensino da Matemática na Educação Infantil*. Março, São Paulo, 2014. Disponível: <<http://www.webartigos.com/artigos/o-ensino-da-matematica-na-educacao-infantil/119953/>> . Acessado: 17-05-2016.

VYGOTSKI, L. S. *Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico: livro para professores*. São Paulo: Ática, 2009.

VIGOTSKY, L.S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. .

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NOS ANOS INICIAIS PARA A APRENDIZAGEM, ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO

José Roberto da Silva³

RESUMO

O presente trabalho tem como seu principal objetivo, analisar como o brincar, de forma orientada, contribui para o aprendizado e desenvolvimento da criança nos anos iniciais de sua escolarização, sobretudo ra o processo de alfabetização e letramento. Essa reflexão foi realizada através de pesquisa bibliográfica que demonstrou que o brincar desempenha papel importante no desenvolvimento infantil, ressaltando que a brincadeira é para a criança um espaço de investigação e construção de conhecimento sobre si e sobre o mundo. Afinal, brincar é comunicação e expressão, ato instintivo e voluntário. No primeiro capítulo resgatamos a história da Educação Infantil ao longo dos anos, trazendo as mudanças sociais que resultaram em uma nova visão. O segundo capítulo aborda a importância da brincadeira em cada etapa do desenvolvimento infantil, tomando como base estudos de Kishimoto e Almeida. O terceiro capítulo faz uma reflexão sobre o brincar e a brincadeira, demonstrando que o brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da criança em sua formação, pois brincando a criança desenvolve sua inteligência e sua sensibilidade. No quarto e último capítulo analisamos a utilização de jogos e brincadeiras na Educação Infantil. Apresentando alguns tipos de jogos e brincadeiras, como brincadeiras tradicionais infantis, jogos de construção, brincadeiras de faz de conta e jogos educativos digitais.

Palavras – chave: Educação Infantil, Brincar, Brincadeiras, Jogos Educativos, Jogos Digitais.

³ Pós graduando em 2019 pela Universidade Campos Sales, trabalha com turmas de Ensino Fundamental I e II na Rede Municipal de Educação desde 2010 e na EMEF Presidente João Pinheiro desde 2017 - beto468@gmail.com

ABSTRACT

The main purpose of this work is to analyze how play, in a guided way, contributes to the learning and development of the child in the initial years. This reflection was carried out through a bibliographical research that demonstrated that play plays an important role in the development of children, emphasizing that play is for the child a space for research and construction of knowledge about himself and the world. After all, to play is communication and expression, an instinctive and voluntary act. In the first chapter we rescued the history of Early Childhood Education over the years, bringing the social changes that resulted in a new vision. The second chapter discusses the importance of play at each stage of child development, based on studies by Kishimoto and Almeida. The third chapter reflects on play and play, demonstrating that playing is one of the fundamental activities for the development of the child in its formation, because playing the child develops his intelligence and his sensitivity. In the fourth and last chapter we analyze the use of games and games in Early Childhood Education. Introducing some types of games and games, such as traditional children's games, construction games, make-believe games and digital educational games.

Key - words: Child Education, Playing, Games, Educational Games, Digital Games.

INTRODUÇÃO

O brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da criança em sua formação, nas esferas emocional, intelectual, social e física. A brincadeira desempenha papel importante nesse processo, pois brincando a criança procura compreender seu mundo, transformando atitudes do seu cotidiano em brincadeiras, aproximando-a de sua realidade numa esfera cognitiva. Vale ressaltar que na Educação Infantil é essencial que as atividades

pedagógicas sejam voltadas às brincadeiras, sendo elas livres ou direcionadas. Para Piaget (apud Kishimoto, 1994, p. 39) o brincar é uma fase do desenvolvimento da inteligência marcada pelo domínio da assimilação sobre a acomodação, tendo como função fortalecer experiências passadas. Através da brincadeira a criança expressa suas vontades e sente prazer no que está aprendendo, desenvolve habilidades motoras e intelectuais, aprende a viver em sociedade e ganha novas experiências. Portanto, o propósito desse trabalho é justamente destacar a importância do brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil, mostrando que pode ser possível criar maneiras diversas de cativar a criança a aprender cada vez mais. Pois, é através das brincadeiras que a criança se apropria das funções sociais, aprende, levanta hipóteses, resolve problemas e toma suas próprias decisões.

CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO INFANTIL, UM BREVE HISTÓRICO.

Ao longo dos tempos as escolas de educação infantil sofreram diversas mudanças em suas modalidades. No início essas instituições serviam para auxiliar crianças em situações difíceis. De acordo com PASCHOAL; MACHADO (2009). Por volta de 1825, uma instituição, mais conhecida como “roda”, tinha como objetivo cuidar dos filhos de mães solteiras, essas crianças eram fruto de uniões instáveis e abandonadas. Com a influência das transformações sociais, as discussões pelos direitos das crianças pequenas tornavam-se aumentaram, assim como a procura por esses serviços. Sendo assim, as prefeituras buscavam suprir a demanda e atender tais necessidades. Alguns autores afirmam que as creches deveriam suprir duas situações: a de atender as crianças filhas de mães trabalhadoras, como também as crianças em situações de risco, vindas de famílias desestruturadas. Porém, desse modo a qualidade da educação era pouco pensada e discutida. Segundo CORREIA (2003) através de recursos públicos, instituições filantrópicas e/ou comunitárias mantinham-se em condições precárias na época, também aumentaram o número de vagas nas poucas escolas municipais que existiam na época, para solucionar essa questão criaram-se três turnos, aumentando o funcionamento diário. Vale lembrar que Moncorvo tornou-se um personagem fundamental para a história da Educação Infantil no Brasil. Em 1899 foi fundado o Instituto de

Produção e Assistência à Criança, onde o objetivo era baseado em “[...] inspecionar e regulamentar a lactação; inspecionar as condições de vida das crianças pobres (alimentação, roupas, habitação, educação, instrução, etc.)” KUHLMANN Jr. (1991). É necessário ressaltar que até o século XX devido à falta de uma política governamental que regulamentasse as escolas de educação infantil, pouco se fez a favor da ampliação da qualidade e apoio às crianças de baixa renda, permanecia apenas o apoio às crianças abandonadas pelas mães:

[...] filhos bastardos originados em geral da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco, adotados por famílias de fazendeiros, ou o recolhimento das mesmas nas rodas de expostos em algumas cidades, criadas desde o início do século XVIII por entidades religiosas que procuravam fazer com elas fossem conduzidas a um ofício quando grandes, preparando-as, pois, como mão de obra barata (MESGRAVIS apud AGUIAR, 2002)

Com o início da mulher no setor industrial, no início do século XX, eram reivindicados aos donos das fábricas e melhorias no trabalho. Segundo AGUIAR 2002, esses operários trabalhavam nos grandes centros urbanos, reivindicaram, além de melhores condições de trabalho, a criação de creches para seus filhos. Para OLIVEIRA, 2002:

Os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus operários, dentro e fora das fábricas. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternas para os filhos dos operários. O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternas e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor (OLIVEIRA, 1992).

À medida que as creches públicas ampliaram o atendimento de caráter assistencialista, algumas escolas de educação infantil particulares inovavam adotando como trabalho também medidas educacionais com foto pedagógico, enfatizando a socialização e também preparando para o ensino regular. KRAMMER (2001) destaca que as crianças eram vistas de formas diferenciadas, onde as mais pobres eram tratadas como crianças carentes e para eles havia um trabalho assistencialista com o cuidado com higiene, segurança física e alimentação. Já as crianças de classes mais favorecidas possuíam uma educação para o preparo da vivência em sociedade. Por volta de 1980, “[...] o Brasil passou por um período de ampliação do debate a respeito das funções das creches para a sociedade moderna, foi a partir desse momento que as creches passaram a ser vistas e reivindicadas como sendo o lugar de educação e cuidado para todas as crianças de zero a seis anos” WAJSKOP; ABRAMOWICZ (1999). As discussões sobre a falta de qualidade no atendimento trouxeram à tona os estudos sobre as crianças no que diz respeito aos seus direitos, garantindo assim um mínimo de qualidade. Para firmar esses direitos a nova Constituição Federal de 1988, incluiu a educação infantil ao segmento de educação básica:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus regimes de ensino.

§ 1º A União organizará os sistemas federais de ensino e dos Territórios, financiará as instituições de ensino público federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil;

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e Médio.

(disponível em

<http://www.soleis.com.br/ebooks/Constituicoes5-89.htm>

acesso em 28 de fevereiro de 2018 às 09:17.

Somente a partir da nova Constituição Federal de 1988 dava-se início a um relevante avanço nos direitos das crianças. Segundo LEITE FILHO (2001) “[...] foi um marco decisivo na afirmação dos direitos da criança no Brasil”. A nova Constituição Federal tinha como utilidade exigir que as prefeituras construíssem escolas de educação infantil para suprir a demanda. Mais uma contribuição veio garantir os direitos das crianças: o Estatuto da Criança e do adolescente também estabelece formas de participação e controle da sociedade no que diz respeito à criação e implementação de políticas para a infância. Assim como a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reforçou:

“Art. 29: A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (disponível em <http://pedagogia.tripod.com/infantil/novaldb.htm> acesso em 28 de fevereiro de 2018, às 10:44).

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 apontou sobre a formação profissional dos professores, exigindo o curso de Magistério em nível médio aos profissionais, garantindo assim o mínimo de formação para o trabalho com crianças. Vale ressaltar que o processo para a aprovação dessa lei foi longo. Durante sete anos ocorreram diversas discussões políticas sobre diferentes concepções, tornando-a responsável pela promoção dos segmentos educacionais cabíveis ao Poder Público e ao Estado. SAVIANI (1997), afirma:

“Enquanto os objetivos proclamados se situam num plano ideal onde o consenso e a convergência de interesses é sempre possível, os objetivos reais situam-se num plano onde se defrontam interesses divergentes e por vezes antagônicos, determinando o curso da ação às forças que controlam o processo”. (SAVIANI, 1997)

Assim, a LDB inovou as leis brasileiras, deixando claro que as famílias que possuem crianças de 0 a seis anos poderão contar com o apoio do Estado na educação e cuidado de seus filhos. Outro fator relevante e inovador é o fato de

as escolas de educação infantil deixarem de ser vinculadas às secretarias de assistência social, unindo-se aos segmentos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, fazendo assim parte da educação básica. Em 1998, um novo documento foi elaborado seguindo três características que seriam determinantes para o desenvolvimento e interação das crianças: brincadeira, identidade e meio. O Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI) também descreve cada faixa etária, buscando garantir a qualidade na Educação Infantil. O RCNEI faz parte de uma série de documentos que integram os Parâmetros Curriculares Nacionais.

É importante destacar que o objetivo do RCNEI é justamente servir de apoio à elaboração de propostas pedagógicas que contemplem um trabalho dedicado às crianças de creches e pré-escolas. Através da Resolução de nº 6, de 20 de outubro de 2010, o Ministério da Educação define as novas diretrizes para o Ensino Fundamental, onde as crianças com 6 anos deverão frequentar no 1º do Ensino Fundamental e não mais a última fase da Educação Infantil, que passa a ter duração total de 5 anos. Dessa forma, continua a atender na creche crianças de 0 a 3 anos e na pré-escola, as de 4 e 5 anos. As escolas de Ensino Fundamental, públicas ou privadas, obtiveram o prazo até o ano de 2011 para adaptar-se à nova lei:

§ 2º Os sistemas de ensino poderão, em caráter excepcional no ano de 2011, dar prosseguimento para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos às crianças de 5 (cinco) anos de idade, independentemente do mês de seu aniversário de 6 (seis), que no seu percursos educacional estiveram matriculadas e frequentaram, até o final de 2010, por 2 (dois) anos ou mais a Pré-escola. (disponível no site: http://www.nepiec.com.br/legislacao/rcbec006_10.pdf, acesso em 28 de fevereiro de 2018, às 11:20).

Atualmente, tanto as prefeituras quanto as instituições privadas buscam cada vez mais garantir qualidade no atendimento às crianças das escolas de

Educação Infantil, por isso são criados documentos de referência de trabalho que auxiliarão as ações dos profissionais de educação.

CAPÍTULO II - A BRINCADEIRA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Quando a criança brinca toma distância da vida cotidiana, se lança num mundo imaginário em que ela estabelece regras de acordo com o que vivencia, ela não está preocupada em adquirir conhecimento, o que importa para ela é o prazer da brincadeira. Segundo KISHIMOTO:

“Ao prover uma situação imaginativa por meio da atividade livre, a criança desenvolve a iniciativa, expressa seus desejos e internaliza regras sociais”.
(KISHIMOTO, 1994, p. 43)

Nas situações imaginárias a criança se vê em papéis futuros, nos quais quase sempre imita uma atividade adulta, que pode ser uma situação vivenciada no seu dia a dia.

“Vygotsky valoriza o fator social, mostrando que no jogo de papéis a criança cria uma situação imaginária, incorporando elementos do contexto cultural adquirido por meio da interação e comunicação. A noção central é que se desenvolve uma “zona de desenvolvimento proximal” em que se diferencia nível atual que a criança alcança com soluções de problemas independentes e o nível de desenvolvimento potencial marcado pela colaboração do adulto ou par mais capaz. (KISHIMOTO, 1994, P. 42)

O nível de desenvolvimento proximal refere-se à distância entre o que a criança já consegue fazer sem ajuda de alguém mais experiente, que se define por nível de desenvolvimento real ou afetivo, e o que a criança é capaz de fazer com a ajuda do adulto ou crianças mais velhas, que se define por nível de desenvolvimento potencial. O conceito de zona de desenvolvimento proximal tem muita importância para a pesquisa do desenvolvimento infantil e no âmbito educacional, pois por meio dessas considerações é possível verificar os ciclos

já completados e os que estão em formação, delineando assim, as competências da criança e de suas futuras conquistas, além de utilizar estratégias pedagógicas que ajudem nesse processo. Durante as brincadeiras a criança tenta compreender seu mundo, transforma atitudes do seu cotidiano em brincadeiras e ao mesmo tempo aproxima-se de sua realidade para compreendê-la, agindo numa esfera cognitiva. Segundo PIAGET, (apud KISHIMOTO, 1994, p. 39) cada ato da inteligência é definido pelo equilíbrio de duas tendências, assimilação e a acomodação, sendo que, na assimilação a criança incorpora eventos, objetos ou situações dentro de formas de pensamento, que constituem as estruturas mentais organizadas e na acomodação, essas estruturas mentais existentes reorganizam-se para acomodar novos aspectos do ambiente externo, e ao mesmo tempo, mantém sua estrutura mental intacta; o indivíduo assimila eventos e objetos ao seu eu e às suas estruturas mentais. PIAGET marca bem o papel da brincadeira no desenvolvimento infantil. Para o autor o brincar representa uma fase do desenvolvimento da inteligência, que é marcado pelo domínio da assimilação sobre a acomodação, e sua função é fortalecer experiências passadas. De acordo com ALMEIDA:

“Para Piaget, os jogos tornam-se mais significativos à medida que a criança se desenvolve, pois, a partir da livre manipulação de materiais variados, ela passa reconstruir objetos, reinventar as coisas, o já exige uma “adaptação” mais completa. Essa adaptação, que deve ser realizada na primeira infância, consiste numa síntese progressiva da assimilação sobre a acomodação”.
(ALMEIDA, 2003,

PIAGET (1978, apud KISHIMOTO, 1994, p. 39) destaca que, ao longo do período infantil, três sistemas de jogos predominam: o exercício, o simbólico e de regra. Os jogos de exercícios aparecem durante os primeiros 18 meses de vida da criança e consiste na repetição de sequência já estabelecida de ações e manipulações, não com propósitos práticos ou instrumentais, mas, pelo prazer derivado das habilidades de atividades motoras. Os jogos simbólicos surgem durante o segundo anos de vida como aparecimento da representação e da linguagem, isto é, a criança brinca de fingir que está dormindo, dá

comidinha para boneca, usa objeto substituto, como por exemplo, um cabo de vassoura que se transforma em espada em sua imaginação. Nessa etapa a criança ultrapassa a satisfação da manipulação, ela assimila a realidade externa do seu eu. Os jogos de regras são marcados pela transição de atividade individual para socializada, esses jogos ocorrem entre quatro e sete anos e predominam no período de 7 a 11 anos. A regra pressupõe a interação de dois indivíduos e sua função é integrar o grupo social.

2.1. OS ESTÁGIOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

ALMEIDA (2003), tornando por base os estudos de Piaget, destaca como o jogo e a brincadeira auxilia no desenvolvimento infantil desde os primeiros anos de vida.

2.1.1. FASE SENSÓRIO-MOTOR (MATERNAL 1 A 2 ANOS)

No estágio sensório-motor a criança desenvolve seus sentidos, movimentos, músculos, sua percepção e cérebro. Nesse estágio a criança brinca com seu corpo, executa movimentos, o jogo é a assimilação do real ao “eu”. O jogo toma forma de exercícios e desenvolve o aparelho motor do bebê. Trata-se de uma atividade exploratória, na qual as brincadeiras são estímulos ao desenvolvimento físico; o brincar incorpora ao cérebro, por meio dos sentidos e o resultado é o desenvolvimento cognitivo do bebê. Nessa fase predominam jogos de exercício, a repetição dos movimentos ajuda a desenvolver seu aparelho motor. No estágio sensório-motor a criança busca adquirir controle motor e aprender sobre os objetos físicos que o rodeia. Nesse estágio o bebê adquire o conhecimento por meio de suas próprias ações que são controladas por informações sensoriais imediatas. Nessa etapa a criança é totalmente dependente do adulto, por isso, eles deve estimular seu desenvolvimento. Segundo ALMEIDA:

“O contato dos alunos com as crianças, nessa fase, é imprescindível. A primeira infância é, sem dúvida, riquíssima e deve ser estimulada de todos os modos possíveis. A perda desse período pode ser irreparável. Falar, ler, contar histórias, conversar, brincar, correr,

montar a cavalo, ler para seu filho, possibilitar estimulações variadas, participar são atitudes que educam a criança, levando-a a alcançar uma mente ativa, um corpo saudável e um estado emocional de equilíbrio”. (ALMEIDA, 2003, p. 44)

É importante destacar que a criança está indo cada vez mais cedo para a escola, por isso, cabe ao educador também estimular esse desenvolvimento por meio de atividades que auxiliem nesse desenvolvimento.

2.1.2. FASE SIMBÓLICA (PRÉ I – DE 2 A 4 ANOS)

Nesta etapa a criança exercita movimentos motores de forma intencional, como pegar um lápis, rasgar um papel, encaixar objetos, montar coisas dando aos exercícios uma intenção inteligente, evoluindo sua coordenação. Os exercícios motores amplos e finos passam a ser dirigidos e aplicados de forma intencional, provocando manifestações psicomotoras, que são representações do simbolismo. Essa é a fase do “faz de conta”, em que a criança imita tudo e todos, brinca de casinha, escolinha, sempre uma atividade adulta, brinca com materiais contidos na realidade, em que reelabora criativamente e constrói uma nova realidade que estimula seu desenvolvimento mental. Estar junto com outras crianças e participar de atividades são muito importantes para seu crescimento intelectual e social. Num relacionamento sadio, alegre, com os carinhos que recebem é que se desenvolve o equilíbrio emocional.

2.1.3. FASE INTUITIVA (PRÉ II – DE 4 A 7 ANOS)

É a fase dos “porquês”. Nela, tudo a criança quer saber, gosta de atividades de movimento, já diferencia o real do imaginário. Os jogos nessa fase têm seriedade absoluta na vida da criança e sentido funcional e utilitário.

Atividades como pular, correr, nadar são exercícios que estimulam os esquemas perceptivos (visuais, auditivos e cinestésicos), operativos (memória, imaginação, lateralidade), são aspectos que dão condição para aprender a leitura e escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reproduzir a realidade a criança aplica o conhecimento que possui nas brincadeiras realizadas e reconstrói um universo próximo de sua realidade. Ao reconstruir esse universo de acordo com sua realidade, o que predomina é a assimilação sobre a acomodação, ou seja, a criança assimila coisas do seu cotidiano, e ao reinventar, ela os acomoda a sua maneira, a fim de entender a realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Nunes. Educação Lúdica: Técnicas e jogos pedagógicos. 11ª Ed. São Paulo, Loyola, 2003.

CORREIA, Bianca Cristina. Considerações sobre qualidade na Educação Infantil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 119, p. 91, jul/2003.

GRANDES PENSADORES, Revista Escola, Ed. Especial, n. 19, junho/2008.

GROS, Begoña. Os jogos digitais e a responsabilidade mediática. 2003. Disponível em:<http://www.aprendaejoguemae.com>. Acesso em 20 de abril de 2010.

KISHIMOTO, Tizuco Mochida, Jogo, brinquedo, brincadeira e educação (2ª Ed., São Paulo, Ed. Cortez, 2005).

KISHIMOTO, Tizuco Mochida, O jogo e a educação infantil, São Paulo, Ed. Cortez, 1994.

KRAMER, Sônia. A política pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. (São Paulo, Cortez, 2001, p. 19).

KUHLMANN JUNIOR, Moisés. Instituições Pré-escolares Assistencialistas no Brasil (1889-1822). Cadernos de Pesquisas, São Paulo, n. 78, p. 18-21, ago. 1991.

KVYGO, TSKY, Lev A formação Social da Mente, (São Paulo, Martins Fontes, 1988).

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002, p. 92-95.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Revista HISTERDBR On-line. Campinas, n. 33, p. 78-86, mar. 2009.

PIAGET, Jean Willian Fritz, Pedagogia do Brincar, 1971.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. Brinquedo e infância: um guia para pais e educadores. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

VYGOSTSKY, Lev Semenovitch. A formação social da mente, São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1988.

WAJSKOP, Gisela; ABRAMOWICZ, Anete. Educação Infantil Creches: atividades para crianças de zero a seis anos. São Paulo: Moderna, 1999. 2. Ed. Ver e atual. p.10.

WAJSKOP, Gisela. O brincar na pré-escola. São Paulo, Cortez, 2005.

ZATZ, Sílvia. Brinca comigo! Tudo sobre o brincar e o brinquedo. São Paulo, Marco Zero, 2006.

http://www.nepiec.com.br/legislacao/rcbec006_10.pdf, acesso em 28 de fevereiro de 2018, às 11:20.

<http://pedagogia.tripod.com/infantil/novaldb.htm> acesso em 28 de fevereiro de 2018, às 10:44.

www.portaldomec.gov.br (vol. 1 p. 27), acesso em 27 de fevereiro de 2018, às 17:31.

<http://www.soleis.com.br/ebooks/Constituicoes5-89.htm> acesso em 28 de fevereiro de 2018 às 09:17.

A IMPORTÂNCIA DA NEUROPSICOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO

Mayara de Oliveira Buzzatto⁴

RESUMO

A neuropsicopedagogia é uma área ampla, interdisciplinar, que tem seu berço e seu avanço pareado com a neurociência, a psicologia e a educação. E, essas são as três áreas centrais que norteiam o conhecimento teórico-prático da Neuropsicopedagogia, que navega entre elas buscando evidências científicas para sua fundamentação.

Palavras-chave: neuropsicopedagogia; educação; aprendizagem.

Cosenza (2011) explica que educadores, professores e pais, psicólogos, neurologistas ou psiquiatras são aqueles que mais trabalham com o cérebro. E que, mais do que intervir quando ele não funciona bem, os educadores contribuem para a organização do sistema nervoso do aprendiz e dos comportamentos que ele apresentará durante a vida.

Conhecer o cérebro é necessário e fundamental ao neuropsicopedagogo. E, a compreensão do funcionamento deste colabora para a elaboração de estratégias de intervenção mais eficientes e eficazes. Estudar as funções cognitivas é essencial para o especialista em Neuropsicopedagogia. E, dentre estas funções cognitivas, as habilidades de atenção são primordiais para a articulação e a reconstrução dos processos de aprendizagem.

O SBNPp (2021), em seu Código de ética, Artigo 16º, explica que o

⁴ Acadêmico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Neuropsicopedagogia Clínica da Faculdade Censupeg mayara_buzzatto@yahoo.com

neuropsicopedagogo deve ter como princípio básico a promoção do desenvolvimento das pessoas que a ele recorrem para atendimento profissional devendo utilizar todos os recursos técnicos disponíveis (principalmente a transdisciplinaridade) e de acordo com cada especificidade, proporcionando o melhor serviço possível. Desta forma, quando o indivíduo busca um especialista em neuropsicopedagogia, trás consigo um histórico de queixas e atrasos, se fazendo necessária a avaliação em etapas estruturadas, iniciando-se pela anamnese com os pais, hora lúdica ou hora do jogo e testes estruturados em habilidades de memória, atenção, linguagem, motricidade, habilidades de matemática e de leitura e escrita, para que sejam levantadas as informações sobre possíveis déficits e hipóteses para posteriores intervenções mais assertivas. Ao Neuropsicopedagogo cabe atuar na reconstrução de processos de ensino-aprendizagem de forma assertiva. Ainda, segundo o Código de Ética do SBNPp (2021), artigo 31, parágrafo II, o Neuropsicopedagogo trabalha pautado na Avaliação, intervenção e acompanhamento do indivíduo com dificuldades de aprendizagem, transtornos, síndromes ou altas habilidades que causam prejuízos na aprendizagem escolar e social, através de um plano de intervenção específico que prevê sessões contínuas de atendimento. E, prossegue em seu parágrafo IV, que este profissional dever ter sua atuação utilizando-se de protocolos e instrumentos de avaliação e intervenção devidamente validados e abertos para uso da Neuropsicopedagogia.

Desta forma, após todo o processo de avaliação, e determinados os déficits em atenção no indivíduo avaliado, cabendo ao especialista também, estabelecer formas e instrumentos de intervenção que sejam eficientes, eficazes e significativos para a evolução contínua da criança e adolescente.

A Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia, em seu código de ética, descreve em seu Artigo 10º que a Neuropsicopedagogia é uma ciência transdisciplinar, fundamentada nos conhecimentos da Neurociências aplicada à educação, com interfaces da Pedagogia e Psicologia Cognitiva que tem como objeto formal de estudo a relação entre o funcionamento do sistema nervoso e a aprendizagem humana numa perspectiva de reintegração pessoal, social e educacional.

Então, cabe ao neuropsicopedagogo Clínico compreender essa ciência e suas interfaces, manter-se atualizado sobre a evolução das pesquisas na área e buscar novos conhecimentos para promover essa reintegração do sujeito em seu contexto cultural. Avaliar e intervir está em seus requisitos profissionais, sempre pautado na ética e na lei. A compreensão de que o saber não acontece de forma única, como em uma receita culinária, é fundamental. E buscar novas estratégias de ensino pautadas na singularidade do sujeito é pré-requisito deste profissional.

Assim, como pensar que a construção do aprender aconteça com todos de uma mesma forma, de maneira simples, é cometer uma falha absurda. Pensar na Neuropsicopedagogia como uma disciplina linear, simples e superficial. A Neuropsicopedagogia estuda profundamente o cérebro e seus processos, a cognição e as funções executivas, que são responsáveis por habilidades pré requisitos para a aprendizagem.

Scortegagna (2017), propõe que a neurociência traz para os espaços de ensino a discussão de como o conhecimento da memória, do esquecimento, do sono, da atenção, do medo, do humor, da afetividade, da lógica, da linguagem é estruturado em cérebros de crianças e adultos. Dentre estas habilidades, a atenção será o foco deste artigo. De acordo com a literatura, a intervenção neuropsicopedagógica tem demonstrado sua eficácia na melhora das funções cognitivas. Seabra e Dias (2012), explicam que a atenção e as funções executivas são fundamentais para a interação humana com seu ambiente, sejam comportamentos, cognições ou emoções. Assim, para que o indivíduo tenha seu papel nos processos de aprendizagem, como a recepção, seleção, transformação e armazenamento da informação e posteriormente recuperá-la, as funções cognitivas são essenciais e permitem que o sujeito se desenvolva adequadamente no mundo que o rodeia.

Seabra e Dias ainda declaram que a atenção possibilita a filtragem e seleção da informações, enquanto as funções executivas são responsáveis pelo comportamento autorregulado pela aprendizagem formal e que quando estas estão comprometidas, as dificuldades podem se manifestar, como a desatenção, desinibição e desorganização, entre outras.

Seabra e Dias (2012) definem que as funções executivas são habilidades relacionadas à capacidade das pessoas de se empenharem em comportamentos orientados à objetivos. Então, se as habilidades cognitivas, da qual faz parte a atenção, são responsáveis pela aprendizagem de conceitos e, um sujeito que precisa de reabilitação neuropsicológica, segundo Haase et al. (2012), este necessita de uma abordagem de tratamento que tem por objetivo recuperar uma função cognitiva prejudicada ou perdida ou adaptar o paciente aos déficits adquiridos, visando ao mais alto nível de adaptação possível.

Foco deste artigo, a atenção é definida por Lezak (2004), como um sistema complexo de componentes, que ao interagirem, permite um filtro de informações relevantes e irrelevantes ao indivíduo, em um contexto de intenções e determinantes internas. Permite também armazenar e manipular representações mentais, monitorar e modular as respostas aos estímulos. Destaca-se então a necessidade da atenção no contexto ensino-aprendizagem e sua importância para a vida do sujeito em suas atividades de vida diária, escolar e social. E, mais tarde, Seabra e Dias (2012) complementam como a atenção sendo um conjunto de funções necessárias para o processos perceptivos e que é responsável pela seleção de informações recolhidas do ambiente e que permite o processamento de forma eficaz.

Assim, compreender a atenção, em suas subdivisões, favorece a aprendizagem de novas habilidades cognitivas, potencializando a promoção de novas sinapses. E, é pensando nesse contexto complexo da atenção e suas ramificações, que Menezes et al. (2012), explica que a atenção possui subsistemas evidenciados em função da demanda de uma atividade e que esta não deve ser reduzida a um único aspecto.

Sob a ótica neuropsicopedagógica, relacionar atenção e aprendizagem é fundamental. Uma não existe sem a outra. Elas se completam. As habilidades de atenção se evidenciam quando da necessidade de copiar da lousa, transcrever ao caderno, ao que está sendo dito para então armazenar na memória e posteriormente evocar a informação, assim como em tantos

outros momentos em que se faz necessária. Nahas & Xavier (2006), definem a atenção como sendo um construto não unitário; consiste em um sistema complexo que abarca domínios distintos e muitas vezes complementares, que são expressos em formas básicas de sistemas atencionais classificados pela sua natureza (voluntária e involuntária) e operacionalização (Seletiva, dividida, sustentada, alternada). Entende-se então que a atenção não é produto de uma única área do cérebro, mas de um funcionamento integrado de todas as áreas, a partir da atuação das redes neurais. E, quando há dificuldade na manutenção deste foco atencional, quando há um déficit nesta habilidade em dias as suas formas e sistemas, há claro prejuízo à aprendizagem e na aquisição do saber e comportamentos necessários academicamente e socialmente.

Quando dos prejuízos à desatenção, o DSM V (2014) observa os prejuízos da desatenção e da incapacidade de permanecer em uma tarefa, da aparência de não ouvir e perda de materiais em níveis inconsistentes com a idade ou o nível de desenvolvimento. Além disso, também descreve que os prejuízos para a dificuldade atencional leva a não prestar atenção a detalhes, cometer erros por descuido em tarefas escolares, no trabalho ou durante outras atividades; da dificuldade de manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas; Não escutar quando alguém lhe dirige a palavra diretamente; Não segue instruções até o fim e não conseguir terminar trabalhos , escolares, tarefas ou deveres no local de trabalho; Apresentar dificuldade para organizar tarefas e atividades; Relutar em se envolver em tarefas que exijam esforço mental prolongado; Perder coisas necessárias para tarefas ou atividades; Distrair-se por estímulos externos; Esquecerem relação a atividades cotidianas .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, Cantiere e Carreiro (2011), em um estudo que teve por objetivo a construção de um protocolo de treino cognitivo para desenvolvimento de habilidades de atenção em uma escola pública do ensino fundamental da

Cidade de São Paulo, selecionou participantes que apresentavam queixas de desatenção e/ou hiperatividade . Como resultado deste treino, após oito encontros com atividades lúdicas onde treinavam habilidades verbais e flexibilidade cognitiva, percebeu-se melhora nas habilidades de concentração, raciocínio e controle executivo dos participantes.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. (2014). DSM V (5ª ed., Vol. P. 32, 59). artmed.

ANDRADE MARCONI, M. & LAKATOS, E. M. (2003). Fundamentos de Metodologia Científica (5th ed., Vol. p. 43-182). Atlas. https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india

CANTIERE, N. C.; CARREIRO, L. R. Intervenção Neuropsicológica nos domínios verbal e executivo para treino de habilidades de atenção e concentração em crianças e adolescentes com sinais de desatenção e hiperatividade. VII Jornada de Iniciação Científica, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

CÓDIGO DE ÉTICA DA NEUROPSICOPEDAGOGIA-
https://sbnpp.org.br/arquivos/Codigo_de_Etica_Tecnico_Profissional_da_Neuropsicopedagogia_-_SBNPp_-_2021.pdf
Acesso em 12/08/2012

COSENZA, R. M. e GUERRA, L. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011

DIAS, N. M. Desenvolvimento e avaliação de um programa interventivo para

promoção de funções executivas em crianças. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

[https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/24519/Natalia%20Martins%20Dias.pdf?sequence=1&isAllo wed=y](https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/24519/Natalia%20Martins%20Dias.pdf?sequence=1&isAllo%20wed=y)

Acesso em 09/10/2022

FERNÁNDEZ, A. A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1990.

HAASE, V. G.; et al. Neuropsicologia como ciência interdisciplinar: consenso da comunidade brasileira de pesquisadores/clínicos em Neuropsicologia. *Neuropsicologia Latinoamericana*, v. 4, p. 1-8, 2012.

LEZAK, M.D. - *Neuropsychological assessment*. Oxford University Press, New York, 1995. *Neuropsychological Assessment*. Oxford: University Press Inc; NY, 2004.

MENEZES, A.; et al. Definições teóricas acerca das funções executivas e da atenção. In: SEABRA, A. G.; DIAS, N. M. org. *Avaliação neuropsicológica cognitiva*, Memnon Edições Científicas, p. 34-41, 2012.

NAHAS, T. R. & Xavier, G. F. (2006). Atenção: mecanismos e desenvolvimento. In C. B. Melo, M.C. Miranda & M. Muszkat (orgs.), *Neuropsicologia do Desenvolvimento: conceitos e abordagens*. São Paulo: Memnon.

SCORTEGAGNA, Eliana Pimentel. *Neuropsicopedagogia: um cérebro na escola!* Disponível online:
exatasnaweb.com.br/revista/index.php/anais/article/download/301/422017.

SEABRA, A. G. e DIAS, N. M. (2012). *Avaliação Neuropsicológica Cognitiva: Atenção e Funções Executivas*. São Paulo: Memnon

VYGOTSKY. L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989. VYGOTSKY, Lev. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

A TECNOLOGIA NO CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO

Michelli Rejane Borges da Silva

Resumo

Segundo Chaves (1998) a informática na Educação no Brasil nasceu a partir do interesse de educadores de algumas universidades brasileiras motivados pelo que já vinha acontecendo em outros países como Estados Unidos e França.

Veremos aqui as principais características desta inserção no âmbito educacional, pois avanços tecnológicos fizeram com que a comunicação também, sofresse mudanças, hoje as informações chegam mais rápidas e não há apenas um emissor.

Talvez, essa seja uma das causas da Educação ter se distanciado dessa evolução. Por muito tempo, o professor era o detentor do saber, era quem dava as informações aos alunos, a chamada “pedagogia do depósito”. No mundo de hoje, a informação não é só de um ou de poucos, e sim se pluraliza cada vez mais.

Palavras-chave: Tecnologia da Educação, Tecnologia da Informação.

De acordo com Valente (2009) em meados da década de 50 começaram ser comercializados os primeiros computadores com capacidade de programação e armazenamento de informação, nesse modelo deu-se as primeiras experiências do seu uso na Educação. Armazenava-se a informação em uma determinada sequência e transmitia-a ao aprendiz.

Observamos que esse método faz referência a pedagogia do depósito, ao qual o professor era detentor de todo o saber e transmitia ao aluno, considerado, como página em branco.

A inserção da informática na educação se deu em alguns países, cada um com uma característica e metodologias próprias, além de estratégias e focos diferentes.

Informática na Educação Americana

O setor educacional americano, segundo Valente e Almeida (1997), no início da década de 60, diversos *softwares*⁵ de instrução programada foram implementados no computador, concretizando a máquina de ensinar idealizada por Skinner no início dos anos 50, nascia a instrução auxiliada por computador.

De acordo com Valente e Almeida (1997), no final da década de 70 e início da década de 80, com o aparecimento de microcomputadores, principalmente da empresa *Apple*, permitiu o uso da máquina em todos os níveis da educação americana.

O principal objetivo do programa americano de informática na educação, afirma Valente e Almeida (1997) era promover a alfabetização em informática.

Nos Estados Unidos, o uso de computadores na educação é completamente descentralizado e independente das decisões governamentais. O uso dos computadores nas escolas é pressionado pelo desenvolvimento tecnológico e pela competição estabelecida pelo livre mercado das empresas que

⁵ Palavra inglesa, de *soft*, mole + *ware*, mercadoria - *s. m.*- *Inform.* Conjunto de programas, processos e regras, e, eventualmente, de documentação, relativos ao funcionamento de um conjunto de tratamento da informação (por oposição a *hardware*).

Pl.: softwares.

produzem *software*... As mudanças de ordem tecnológica são fantásticas e palpáveis, mas não têm correspondência com as mudanças pedagógicas. (Valente e Almeida, 1997, p.5)

Informática na Educação Francesa

A França, conforme Valente e Almeida (1997), foi o primeiro país ocidental que se planejou como nação para vencer o desafio da informática na educação, essa implantação foi planejada em termos de público alvo, materiais, *softwares*, meios de distribuição, instalação e manutenção do equipamento nas escolas.

E o que os franceses julgaram de fundamental, de acordo com Valente e Almeida (1997), foi a preparação, antes de tudo, da inteligência-docente, muitos anos e recursos foram investidos na formação de professores.

Informática na Educação Brasileira

De acordo com Valente e Almeida, F. (1997), no Brasil como em outros países, o uso do computador na educação teve início com algumas experiências em universidades, no início dos anos 70. A implantação do programa de informática na educação no Brasil inicia-se com o primeiro e o segundo Seminário Nacional de Informática em Educação ao qual originou um programa de atuação, o EDUCOM.

Valente e Almeida (1997) citam como principais diferenças entre os programas de informática do Brasil, Estados Unidos da América e França como: a) descentralização políticas, que no Brasil, não são somente de decisões governamentais como na França, nem consequência direta do

mercado como nos EUA.; b) fundamentação das políticas e propostas pedagógicas da informática na educação, as políticas a serem implantadas deveriam ser sempre fundamentadas em pesquisas pautadas em experiências concretas, prioritariamente, em escola pública no ensino de 2º grau (hoje ensino médio); c) proposta pedagógica e o papel do computador no processo educacional. No Brasil, o papel do computador é o de provocar mudanças pedagógicas profundas, ao invés de informatizar o ensino ou preparar o aluno para ser capaz de trabalhar com o computador.

Para Valente e Almeida (1997, p.10),

O grande desafio era a mudança da abordagem educacional: transformar uma educação centrada no ensino, na transmissão da informação, para uma educação em que o aluno pudesse realizar atividades através do computador e, assim aprender.

Acreditamos que esse seja o maior desafio, até hoje.

Primeiro Seminário de Informática na Educação

De acordo com Chaves (1998), em agosto de 1981 realizou-se na Universidade de Brasília – DF – o Primeiro Seminário Nacional de Informática na Educação, com patrocínio da SEI e apoio do MEC (Ministério da Educação) e do CNPQ (Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas. Para esse seminário foram convidadas algumas universidades brasileiras, tais como a USP (Universidade de São Paulo) UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), UFRJ (Universidade do Rio de Janeiro), UFRGS (Universidades Federais do Rio Grande do Sul), entre outras. Especialistas estrangeiros, compareceram: uma francesa e um argentino que relataram as experiências em realização em seus países. Além, de algumas instituições brasileiras

SEPLAN (Secretaria do Planejamento da Presidência da República), Fundação Carlos Chagas, entre outras.

Segundo Chaves (1998), desse Seminário resultaram muitas recomendações (que são pertinentes até hoje), como:

- a necessidade de melhor desempenho e qualidade, em face aos padrões tecnológicos e organizacionais do mundo do trabalho e das relações sociais e declara o uso dos computadores pode ajudar, nesse processo, na educação oferecida;
- que o uso do computador na educação seja marcado por valores culturais, sóciopolíticos condizentes com a realidade brasileira, já que o *software* educacional importado traz embutidos políticos e ideológicos;
- a implantação de centros-pilotos de informática na educação de natureza interdisciplinar, deveria merecer prioridade o ensino regular de 1º, 2º e 3º graus e que cobrissem diferentes regiões do país;
- por fim, ponderou-se que a utilização de computadores na educação não fosse usada para solucionar problemas da educação básica nem tão pouco suprir insuficiência de recursos instrucionais ou de docentes.

Estas são algumas das sugestões que foram complementadas no Segundo Seminário que ocorreu um ano depois.

Segundo Seminário de Informática na Educação

Chaves (1998) destaca, também, no mesmo mês, um ano após o Primeiro Seminário, (agosto de 1982), agora na UFBA (Universidade Federal da Bahia) acontecia o Segundo Seminário Nacional de Informática na Educação, ainda com o patrocínio da SEI, o apoio do MEC e do CNPq. Participaram também instituições, como: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais (INEP); Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FUNTEVÊ); Museu Nacional; Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). E ainda, algumas Universidades: UFBA, USP, UNICAMP, UFRGS, UFRJ, UFMG, PUC-RJ E PUC-SP, entre outras.

De acordo com Chaves (1998), nesse Seminário, os participantes foram divididos em 4 grupos, segundo áreas de interesses: socioeducacionais, pedagógico-educacionais, psicológico-educacionais e os relacionados a informática. Cada grupo trouxe uma discussão com relação ao computador:

- Grupo Socioeducacionais: endossou a recomendação do Primeiro Seminário que propunha a implantação dos centros-piloto de informática na educação.
- Grupo Pedagógico-educacionais reconheceu como definitiva a decisão de se criarem centros-piloto.
- Grupo Psicológico-educacionais tratou de refletir sobre duas questões: A introdução do computador na escola pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem? Em caso afirmativo de que forma?

A partir dessas questões e sugestões, os grupos recomendaram que as possibilidades de uso do computador na educação fossem exploradas sem imposição. E concordaram que o computador deveria ser utilizado, prioritariamente, para auxiliar o desenvolvimento da inteligência do aluno, e não como um fim em si mesmo.

Todavia, observamos a discussão do Segundo Seminário foi baseada no primeiro, e que muito pouco avançou-se três décadas após o primeiro seminário, e a educação ainda encontra dificuldades em assistir esse progresso.

De acordo com Chaves (1998) esses seminários estabeleceram um programa de atuação que originou EDUCOM. Na década de 80 o Ministério da Educação (MEC) patrocinou o Projeto EDUCOM. O projeto EDUCOM é um projeto de pesquisa voltado para a escola de 2º. Grau (ensino médio), interessado no desenvolvimento de novas metodologias de ensino, na promoção de uma aprendizagem mais ativa e significativa.

Segundo, Bianconcini (2009, p.13) com esse projeto foram implantados centros-piloto de Informática em Educação em cinco universidades públicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Estadual de Campinas, com o objetivo de desenvolver pesquisas e metodologias sobre o uso do computador como recurso pedagógico.

Apesar da vasta amplitude das ações previstas pelo Projeto Educom, ele se limitou a implementar os cinco centros-piloto Estes realizaram experimentos em algumas escolas públicas, onde se preparavam professores para utilizar o computador junto aos alunos e se dava suporte as suas ações. Na verdade, a transformação preconizada não se concretizou no sistema educacional, embora tenha lançado as bases para a formação

de uma massa crítica de pesquisadores que continuaram a disseminar seus ideais.

(ANDRADE & LIMA, 1993, p.13, *apud* BIANCONCINI, 2009).

Observamos que o histórico da Educação brasileira frente ao uso das tecnologias, fundamentalmente no uso do computador, é amplo. Já se passaram quase quatro décadas do início da informática no Brasil e ainda enfrentamos dificuldades para fazermos uso na Educação.

O LOGO

Segundo Chaves (1998) o LOGO é a linguagem de programação para a área educacional mais antiga. Desenvolvida nos anos 60, na *Massachusetts Institute of Tcnology* (MIT), em *Cambridge, Massachusetts*, sob a supervisão do professor Seymour Papert, filosofia de um lado de Jean Piaget e por outro lado, com as Pesquisas do MIT e outros estudos sobre ao problema da inteligência artificial.

De acordo com Chaves (1998) o LOGO não tem objetivo de estimular a aprendizagem tipicamente passiva, caracterizada pela absorção de informações e conhecimentos repassados e sim através da exploração na busca da investigação. O programa faz uso de recursos gráficos que permite a criança desenhar na tela com relativa facilidade e com grande vantagem em relação aos desenhos com lápis e papel, segundo o autor, ao desenhar na tela a criança é forçada a pensar sobre o que está fazendo e, nesse processo, aprende coisas importantes não só sobre o projeto que está desenvolvendo, mas também sobre como ela própria pensa e como o computador funciona.

O que muitos leitores talvez desconheçam é que o LOGO, embora dedicado especificamente à educação, não é uma linguagem voltada apenas para crianças: possui

poderosíssimos recursos para manipulação de palavras e listas, sendo muito usado em trabalhos sofisticados de inteligência artificial. Isso significa que a criança pode começar com a parte gráfica e ir gradativamente progredindo até tornar-se, se assim o desejar, competente em todos os aspectos que uma linguagem de programação bastante completa pode oferecer.

(CHAVES, 1998, p. 31)

Diante de toda essa perspectiva de aprendizagem, Chaves (1998) apresenta um exemplo desse procedimento, que envolve comandos e modos direto de programação. Para o autor ao invés de desenhar linearmente uma casa, é muito mais fácil e eficiente aprender a desenhar um quadrado, um triângulo, um retângulo, um paralelogramo ou um trapézio que representa o telhado, uma chaminé ou uma antena de televisão, uma porta, uma janela e depois juntar tudo isso em um procedimento chamado CASA. Nesse processo, segundo Chaves (1998) a criança aprende noções de programação estruturada e técnicas importantes de solução de problemas, como o princípio de que, geralmente, é mais fácil solucionar vários problemas menos do que um grande.

Ainda segundo Chaves (1998, p.34), a criança vai aprendendo, naturalmente, conceitos e princípios não só da geometria e da matemática; “em dado momento, ela entende, por exemplo, o teorema de Pitágoras, sem nunca ter visto a fórmula. Esta quando lhe for apresentado será algo significativo e concreto.”

Conclusão

Nossa pesquisa teve por objetivo discutir as dificuldades e as possibilidades no uso das tecnologias na Educação, a partir daí diagnosticar e propor meios para uma prática pedagógica que inclua as tecnologias no cotidiano escolar.

Para o desenvolvimento desse trabalho partimos da ideia de Moran (2001) que evidencia que as tecnologias nos permitem ampliar o conceito de aula, complementada por Teruya e Moraes (2009) que cita essa amplitude nas capacidades cognitivas individual e coletivamente. Valente (2009) faz uma reflexão à nova sociedade: “Sociedade do Conhecimento” que para Bianconcini se destaca pela evolução aos instrumentos culturais. Por fim, Valente (2009) arremata: para que a mudança pedagógica ocorra necessita repercutir em alterações como um todo, sala de aula, papel do professor, dos alunos e na relação com o conhecimento.

Sendo assim partimos da hipótese que toda essa complexidade desafia e dificulta o uso no processo pedagógico, diante também, das lacunas encontradas na formação do professor da própria resistência desse profissional.

Referências

BARRETO, V. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

CENPEC – Centro de Estudos e pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. *Ensinar com a internet: como enfrentar o desafio*. v. 2, São Paulo, 2006.

CHAVES, E. O. C. **O Uso de Computadores em Escolas: Fundamentos e Críticas**. São Paulo: Scipione, 1988.

LAROUSSE, A. *Dicionário da Língua Portuguesa*, São Paulo: Ática, 2001.

LEITE, L.S. et al. **Tecnologia Educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula**. 3 ed. Petrópolis, R.J: Vozes, 2009.

MORAN, J.M; MASETTO, M.T; BEHRENS, M.A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 3 ed. São Paulo: Papirus, 2001.

MORAN, J.M. **Como utilizar as tecnologias na escola.** Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/utilizar.htm> > Acessado em 23 abr. 2009.

_____. **As possibilidades das redes de aprendizagem.** Disponível em: <[HTTP://www.eca.usp.br/prof/moran/redes_aprendizagem.htm](http://www.eca.usp.br/prof/moran/redes_aprendizagem.htm)> Acessado em 23 abr. 2009.

_____. Os novos espaços de atuação do educador com as tecnologias. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/espacos.htm>> Acessado em : 23 abr. 2009.

FERREIRA, N.S.C. et. al. **Supervisão educacional para uma escola de qualidade:** da formação à ação. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO,G.C.G et al. **Normas para elaboração de monografias e trabalhos diversos.** São Paulo, 2008.

OSTRONOFF, H.Os perigos do filtro tecnológico. **Revista Educação.** São Paulo, ANO 12, n. 143, p.24-30, 2009.

POLATO, A. Tecnologia + Conteúdos = Oportunidades de Ensino. **Revista Nova Escola.** ANO XXIV, n. 223, p. 50-58, jun.2009.

SALA, B.X; CHALEZQUER, C.S. **A Geração Interativa na Ibero-América:** Crianças e adolescentes diante das telas. Coleção Fundación Telefônica, 2009.

TERUYA, T. K; MORAES, R. A. **Política de Informática na Educação e a formação de professores.** 2009,

VALENTE, J.A et al . **O Computador na Sociedade do Conhecimento.** MEC - Ministério da Educação / Secretaria da educação a Distância /Programa Nacional de Informática na Educação. COLEÇÃO INFORMÁTICA PARA A MUDANÇA NA EDUCAÇÃO.

VALENTE, J.A; ALMEIDA, F.J. **Visão analítica da Informática na Educação no Brasil:** a questão da Formação do Professor, 1997. (disponível em: www.eca.usp.br)

ESTRATÉGIAS PSICOPEDAGÓGICAS NO TRATAMENTO DO TEA

Nataly Mota Tamarindo

RESUMO

Diversas estratégias psicopedagógicas têm sido utilizadas no tratamento do TEA, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a inclusão dos indivíduos afetados. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, é importante utilizar abordagens que explorem as potencialidades do aluno, valorizando suas habilidades e interesses específicos.

Palavras-chave: autismo; inclusão; escola.

DESENVOLVIMENTO

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a psicopedagogia é responsável por investigar as dificuldades de aprendizagem e desenvolver estratégias para superá-las. No contexto do TEA, essa abordagem baseia-se em uma compreensão aprofundada das características do transtorno e das necessidades específicas dos indivíduos.

Estratégias como o ensino estruturado, que envolve a organização do ambiente e das atividades de forma clara e previsível, têm se mostrado eficazes no desenvolvimento das habilidades de comunicação e interação social (BRASIL, 2015).

O tratamento do TEA requer abordagens interdisciplinares, envolvendo profissionais de diferentes áreas. Conforme destacado pela Estratégia Nacional de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), é necessário estabelecer uma articulação entre a psicopedagogia, a psicologia, a fonoaudiologia e outras

disciplinas, a fim de fornecer uma intervenção abrangente e integrada. A colaboração entre esses profissionais permite uma compreensão mais ampla das necessidades dos indivíduos com TEA e contribui para a eficácia das estratégias adotadas.

A adaptação das estratégias psicopedagógicas às necessidades individuais dos pacientes com TEA é essencial para o sucesso do tratamento. Cada indivíduo com TEA possui características e dificuldades específicas, exigindo uma abordagem personalizada. Segundo a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015), a inclusão de todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades e condições, é um objetivo fundamental para a promoção do desenvolvimento social. Nesse sentido, a psicopedagogia desempenha um papel crucial ao adaptar as estratégias de acordo com as necessidades individuais, favorecendo a participação e o progresso de cada indivíduo com TEA.

A abordagem Applied Behavior Analysis (ABA) tem se mostrado eficaz no tratamento do TEA. Segundo Bossa (2016), esse baseia-se em princípios científicos do comportamento, buscando identificar e modificar comportamentos problemáticos por meio de técnicas de reforço positivo e modelagem. Essa abordagem enfatiza a importância da análise detalhada do comportamento e da individualização das intervenções, adaptando-as às necessidades específicas de cada indivíduo com TEA. O Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children (TEACCH) é outra estratégia amplamente utilizada no tratamento do TEA. Conforme Porto (2011), esse é fundamentado na organização do ambiente e no uso de estratégias visuais para promover a compreensão e a independência dos indivíduos com TEA. Esse enfoque busca minimizar as dificuldades de comunicação e interação social, proporcionando uma estrutura clara e previsível para o desenvolvimento das habilidades adaptativas.

Uma estratégia de comunicação amplamente utilizada no tratamento do TEA é o Picture Exchange Communication System (PECS). De acordo com Mery (1995), esse utiliza símbolos visuais para auxiliar na comunicação, permitindo que os indivíduos com TEA expressem suas necessidades, desejos e

pensamentos. Essa abordagem incentiva a interação social e promove a aquisição da linguagem de forma gradual e individualizada.

As estratégias psicopedagógicas no tratamento do TEA englobam abordagens multifacetadas e personalizadas, visando atender às necessidades educacionais e socioemocionais dos indivíduos. Segundo Araújo (2014), essas estratégias envolvem a identificação das dificuldades de aprendizagem, o planejamento de intervenções individualizadas e a promoção de um ambiente inclusivo e estimulante. O foco está em desenvolver habilidades acadêmicas, sociais e emocionais, proporcionando uma educação adaptada às necessidades específicas de cada indivíduo com TEA.

Estudos de caso têm sido conduzidos para analisar a aplicação das estratégias psicopedagógicas no tratamento do TEA. Conforme Scoz et al. (2012), esses estudos fornecem evidências empíricas sobre a eficácia das intervenções psicopedagógicas e auxiliam na identificação das melhores práticas. Os resultados desses estudos contribuem para o aprimoramento das abordagens psicopedagógicas e para a otimização dos resultados obtidos no tratamento.

Apesar dos avanços nas estratégias psicopedagógicas, é importante reconhecer as limitações existentes. Cyrino e Passerini (2009) destacam que a complexidade do TEA requer abordagens multidisciplinares e contínuas. As estratégias psicopedagógicas, embora eficazes, não são uma solução única para todos os indivíduos. É necessário considerar as características individuais, as necessidades específicas e a heterogeneidade do espectro autista ao desenvolver e implementar as estratégias psicopedagógicas.

As estratégias psicopedagógicas desempenham um papel fundamental no tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA), oferecendo abordagens adaptativas que visam promover o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e comunicativas dos indivíduos afetados. A análise da aplicação dessas estratégias revela sua eficácia na melhoria do desempenho acadêmico e na promoção da inclusão social dos indivíduos com TEA. No entanto, é importante considerar as limitações dessas estratégias, que podem afetar sua efetividade e necessitam de atenção.

Ao fazer um resumo das estratégias psicopedagógicas no tratamento do TEA, pode-se observar que sua aplicação visa fornecer recursos e apoios

individualizados para atender às necessidades específicas de cada indivíduo. Essas estratégias incluem o uso de materiais visuais, atividades estruturadas e práticas pedagógicas que estimulam o envolvimento ativo do aluno no processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da implementação dessas estratégias pode ser abordada por meio de investimentos em capacitação profissional e no fornecimento de recursos adequados, visando promover uma prática pedagógica inclusiva e de qualidade para os indivíduos com TEA.

No entanto, algumas limitações das estratégias psicopedagógicas no tratamento do TEA devem ser consideradas. Entre elas, destacam-se a falta de recursos adequados, a necessidade de constante adaptação das estratégias às necessidades individuais dos alunos e a escassez de profissionais capacitados para utilizar essas abordagens de forma eficaz.

REFERÊNCIAS

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE (ACSM). **Diretrizes do ACSM para os testes de esforço e sua prescrição**. 30 ED. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAÚJO, Álvaro Francisco L. A Nova Classificação para os Transtornos Mentais – o DSM-V. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva** [online], Vol. XVI, no. 1, 67 – 82 - ISSN 1982-3541, 2014. Disponível em:

<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/viewFile/659/406>. Acesso em: 31 jan. 2023.

ARAUJO, D. A. C. As aparências enganam: a pretexto de uma crítica radical sobre o ideário inclusivista. **Educere et Educare – Revista de Educação**, Cascavel: Unioeste, v. 5, n. 9, p. 253-266, jan./jun. 2010.

BATISTA, C. A. M.; Mantoan, M. T. E. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. 2. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2016.

BELLO, S. E. L.; BRENDA, A. Saberes, práticas e dificuldades pedagógicas: implicações curriculares para os novos estágios de docência nos cursos de licenciatura em 1700 matemática. **Anais.... IX Encontro Nacional de Educação Matemáticas**, 2007, Belo Horizonte, UFMG, 2007. p. 1-15.

BEZERRA, G. F. **Enquanto não brotam as flores vivas: crítica à pedagogia da inclusão**. 2012. 270f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2012.

BOSSA, N. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2016.

BRASIL. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Institui as bases da educação nacional no Brasil. *In*: **VADE Mecum**. São Paulo Saraiva, 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Estratégia Nacional de Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14716estrategianacionaldeeducacaoinclusiva&category_slug=marco2010pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 mai. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

BÁSICA. DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Orientações para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Brasília, 2015. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/component/docman/doc_download/18739libroorientacao?Itemid=1. Acesso em: 27 mai. 2023.

CORRÊA, C. R. G. L. Dificuldade de aprendizagem e saber idealizado no outro. **Psicologia USP**, v. 26, n. 1, p- 71-79, 2015

CYRINO, M. C. C. T.; PASSERINI, G. A. **Reflexões sobre o estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual de Londrina**. Londrina: EdUELO, 2009,

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

MERY, J. **Pedagogia curativa, escolar e psicanálise**. Porto alegre: Artmed, 1995. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: as perguntas mais frequentes sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)**, 2018. Disponível em:

<<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/cartilhadeperguntaserespostasdosods.html>>. Acesso em: 27 mai. 2023.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PORTO, O. **Psicopedagogia social** teoria, prática e assessoramento psicopedagógico. Rio de Janeiro, editora: Wak, 2011.

RAMOS, M. B. J.; FARIA, E. T. **Aprender e ensinar: diferentes olhares e práticas**. Porto Alegre: PUCRS, 2011.

SCOZ, S. et al. Psicopedagogia: contextualização, formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artmed, 2012.

YUMUL, R. et alli. Assessment of preoperative anxiety using visual facial anxiety scale: an alternative to the verbal rating scale?, **Medical Research Archive**, July 2015. Disponível em: <https://esmed.org/MRA/mra/article/download/281/104>. Acesso em: 16 jan. 2023.

PESQUISANDO A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E A FAMÍLIA EDUCADORA

Noeli Carvalho dos Santos

RESUMO

Observa-se que várias são as causas das dificuldades de leitura e escrita na vida escolar, sendo de suma importância o diagnóstico precoce realizado pelo professor, para que em conjunto com a coordenadora pedagógica, possam ser realizadas intervenções que favoreçam a formação integral do aluno.

Palavras-chave: alfabetização; escola; família.

DESENVOLVIMENTO

Diante dos apontamentos, cabe-nos evidenciar que os alunos da pesquisa de campo, apresentam dificuldades na leitura e escrita, onde realizamos intervenções no sentido alfabético, com o intuito de que os mesmos se apropriem do significado e conhecimento de cada palavra, bem como a importância de escrever corretamente, assim realizando uma leitura adequada.

Os encontros foram realizados na unidade escolar estadual EMEF João

Ribeiro de Barros da rede pública de ensino e no Colégio Vida Ativa da rede particular, nas salas de aula do 1º ano do Ensino Fundamental, onde estão inseridos os alunos da pesquisa. Podemos perceber que a dinâmica utilizada pelos docentes, ainda são apoiadas no método tradicional o que restringe a aprendizagem dos alunos pelo constante uso de métodos para decorar.

O primeiro contato com as crianças ocorreu de forma sucinta, onde os alunos comentaram fatos de seu dia a dia, como o convívio com a família, os interesses no ambiente escolar, bem como as dificuldades que posteriormente foram observadas.

As duas primeiras atividades foram realizadas pelos alunos da pesquisa com sucesso, onde os mesmos realizaram desenhos, o primeiro sendo a figura de sua mãe pontuando a falta que a mesma faz no seu dia a dia. Para Ferreiro (2001, p. 38), “a criança recebe informação dentro, mas também fora da escola, e essas informações extraescolares se parecem com a informação linguística geral que utilizou quando aprendeu a falar”, assim sendo evidenciada a importância da família na educação da criança. O segundo desenho foi simbolizado pela professora, demonstrando respeito e carinho por ela. Cabendo pontuar que o docente deve aproveitar o conhecimento que o aluno já possui, como podemos comprovar nas palavras de Ferreiro (1989, p. 14).

(...) Quando uma professora aprende a interpretar estas produções, aprende também a respeitar este produtor. Aprende a respeitar esta criança que lhe está mostrando, através destas produções, os esforços que está fazendo para compreender o sistema alfabético da escrita. E que, na verdade, não tem nada de simples, nem de evidente. Ferreiro (1989, p. 14).

Pudemos perceber através das atividades propostas que os alunos da pesquisa apresentam dificuldades semelhantes, com dificuldade em realizar a escrita das palavras, estando com dificuldade nas vogais. Na verdade, nessa fase da construção da escrita para a criança, é um grande desafio, e ao mesmo tempo um problema, porque é difícil para ela entender que a letra sozinha não possui nenhum significado e que ela só terá, juntando-se com outra letra, e que essa letra pode fazer parte de outras palavras escritas em outras ordens.

De acordo com Teberosky (1991):

(...) A aprendizagem da escrita não é uma tarefa simples para a criança, já requer um processo complexo de construção em que suas ideias nem sempre coincide com as dos adultos. Para ler bem é preciso escrever bem. É um exercício constante, requer estímulo, requer conhecer o limite de cada um e imprescindivelmente dar sentido ao que está sendo proposto. A sala de aula é um ambiente de troca da qual o professor ensina e é ensinado. (Teberosky 1991).

As crianças devem escrever sempre, mesmo quando a escrita parecer apenas como rabiscos. Ao pegar o lápis e imitar os adultos, elas criam um "comportamento escritor". E, ao ter contato com textos e conhecer a estrutura deles, podem começar a elaborar os seus próprios textos.

Cabe salientar que durante a aplicação das atividades, foi ressaltado o uso das vogais, com o intuito de englobar as mesmas na leitura e escrita dos alunos. Foi aplicado atividade de jogo de troca letras, onde o objetivo foi comparar palavras, identificando semelhanças e diferenças sonoras. Os alunos

da pesquisa alcançaram nossas expectativas escrevendo palavras dos brinquedos que mais gostava com certa exatidão.

Souza (1996) afirma que “as dificuldades de aprendizagem aparecem quando a prática pedagógica diverge das necessidades dos alunos”. Neste aspecto, sendo a aprendizagem significativa para o aluno, este se tornará menos rígido, mais flexível, menos bloqueado, isto é, perceberá mais seus sentimentos, interesses, limitações e necessidades.

Houve avanço dos alunos em suas aprendizagens, pois já usam as vogais sem grandes dificuldades e já escrevem silabicamente.

Os encontros nos deram a oportunidade de conhecer melhor os alunos da pesquisa, compreendendo suas dificuldades, onde podemos trabalhar questões voltadas a seu aprendizado bem como o valor do convívio familiar, seu envolvimento nas atividades escolares, o respeito com os amigos, professores e funcionários da unidade escolar.

A alfabetização e o uso da leitura estão muito além de leituras que objetivam assimilar somente o som sem valor de interpretação ou sentido.

(...) A alfabetização no letramento está em explorar a cultura de uma sociedade e tornar essa cultura presente em um registro escrito. “Assim, enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo ou grupo, o letramento focaliza aspectos sócio-históricos da aquisição de uma sociedade (Ifouni, 1995p. 20)”.

Na realidade, não basta ensinar os códigos de leitura e escrita como relacionar sons e letras. É preciso tornar os educadores capazes de compreender o significado dessa aprendizagem, para usá-la no dia a dia de

forma a atender às exigências da própria sociedade.

Lidar com o insucesso escolar é uma tarefa complexa e desafiadora, para a qual não se tem uma resposta acabada e pronta, o que aponta para a necessidade de buscar alternativas que possam minimizar tal situação.

Segundo Fonseca (1995), as dificuldades de aprendizagem aumentam na presença de escolas superlotadas e mal equipadas, carentes de materiais didáticos inovadores, além de frequentemente contarem com muitos professores “derrotados” e “desmotivados”.

ENTREVISTAS – FAMÍLIA E EDUCADORA

Não foi possível realizar entrevista com as famílias dos alunos, por todos trabalharem e não disporem de tempo.

Durante a entrevista com a professora da rede pública, podemos observar a grande dificuldade da mesma em ministrar suas aulas, devido o grande número de alunos em sala de aula. São 30 alunos, sendo um com síndrome de Down, (ou trissomia do cromossomo 21, que é uma alteração genética causada por um erro na divisão celular durante a divisão embrionária) e uma com dislexia (uma dificuldade na área da leitura, escrita e soletração, que pode também ser acompanhada de outras dificuldades, como, por exemplo, na distinção entre esquerda e direita, na percepção de dimensões) não dispondo assim de tempo para dar a atenção devida para todos. Relatou-nos que a aluna em questão tem boa socialização com os amigos, participando

das atividades da grade curricular, no entanto apresenta dificuldades em Português e Matemática, ressaltando novamente a pouca atenção da aluna. Pontuou-nos sobre a ausência dos pais nas reuniões, trazendo como figura do responsável sua avó paterna e quando necessário se comunica com a genitora através de bilhetes, onde a mesma responde prontamente.

No caso do aluno da rede particular a professora tem em média 20 alunos na sala e procura dar atenção a todos da melhor forma. Não tem nenhum aluno com deficiência física e sabe que tem um respaldo da Coordenação em relação ao seu trabalho e dúvidas que possam vir.

Em relação ao aluno apresentado nas intervenções, ela relatou que o mesmo também tem boa socialização com os amigos, gosta de ir à escola, que está em processo de alfabetização, mas que tem muita dificuldade em Português (leitura e escrita). Disse também que o aluno é muito disperso e que toda hora tem que chamar sua atenção para que se concentre na lição, o que provavelmente interfere na sua aprendizagem. Em relação a sua família, é presente e a mãe comparece às reuniões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os encontros nos favoreceram no sentido de conhecer melhor o aluno da pesquisa, como é o convívio com sua família, a dinâmica realizada pela professora, seu desenvolvimento e rendimento escolar, possibilitando que nossas intervenções alcançassem o sucesso desejado.

Só nos resta dizer que: família e escola constituem os meios pelos quais a criança vai crescer socialmente, intelectualmente e culturalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT, Rio de Janeiro. Normas ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro, 2000. (Coletânea de normas).

ADELMAN, C. et al. Re-thinking case study: notes from the second Cambridge conference. *Cambridge Journal of Education*, 6,3, 1976.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa. Brasília: MEC, 1997

FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRO, Emília. Uma aula inédita para 10 mil pessoas. *Revista Nova Escola*. 34. São Paulo. Outubro. 1989.

FERREIRO, E. e TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FERRERO, e TEBEROSKY, A psicogênese da linguagem escrita. Porto Alegre: Arte Medica 1985.

FONSECA, V. Introdução às dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Artes

Médicas, 1995.

FREIRE, PAULO. **A importância do ato de ler**, 1ª edição São Paulo 2003

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2000

FERNANDES, MARIA. **Os segredos da alfabetização**/ Maria Fernandes-:Ed.- São Paulo: Cortez, 2010

NISBETT.J. e WATT.J. Case Study. Redguide 26: Guides in Educational Research. University of Nottingham School of Education, 1978.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação**. Rio de Janeiro. José Olímpio, 2007.

ARTE E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Regina Gomes

RESUMO

Uma prática pedagógica coletiva, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família-escola. Com força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade inclusiva.

Palavras-chave: inclusão; educação; arte.

A inclusão das crianças começa com a capacitação dos educadores e funcionários e com a sensibilização da sociedade, com ênfase no diálogo.

Os educadores poderão facilitar o desenvolvimento de seus educandos trabalhando de forma planejada, organizando atividades e situações de estímulo a aprendizagem.

A interação entre a escola e família necessitará ser minuciosa, para possibilitar a ampliação da orientação às famílias na perspectiva de estimular atividades que envolvam momentos de socialização e interação diversos, sabendo da redução das ações interativas causadas pelo fechamento das escolas de educação infantil.

Além disso,

A interação com outras crianças da mesma faixa etária proporciona contextos sociais que permitem vivenciar experiências que dão origem à troca de ideias, de papéis e o compartilhamento de atividades que exigem negociação interpessoal e discussão para a resolução de conflitos. (CAMARGO; BOSA, 2009, p.66)

Consideramos que o processo de ensino-aprendizagem no ambiente escolar utilizando a atividades lúdicas e a arte torna-se elemento motivador e facilitador, fazendo com que os educandos com necessidades especiais possam assimilar os conteúdos, vivenciem valores e atitudes de maneira prazerosa e divertida.

Antigamente os educadores não conseguiam perceber a benéfica aproximação entre a arte e a educação especial, porém hoje em dia já existem muito trabalhos que comprovam o contrário. A arte acompanha os indivíduos desde seu aparecimento no planeta, servindo como forma de expressar seus sentimentos, desejos e acontecimentos. A arte é uma forma de linguagem e comunicação. Outra questão importante é a capacidade que a arte tem de ser individual e coletiva ao mesmo tempo, expressando os sentimentos e ações ora de um indivíduo e ora de um grupo.

A arte possibilita o processo de aprendizagem dos indivíduos através das trocas e experiências do ser humano com seu meio cultural e historicamente, criando ao longo dos séculos, uma vez que torna o passado conteúdo significativo do presente reelaborando estruturas para o futuro. (SIMÓ, 2010, p 89)

A ludicidade é um instrumento pedagógico essencial, sendo utilizado

como meio de interação ou como forma de despertar na criança o interesse pela leitura e escrita, possibilitando a formação do autoconceito positivo havendo assim um desenvolvimento integral do educando. Portanto, brincar é uma necessidade básica que ajuda no desenvolvimento físico, afetivo, intelectual e social.

Segundo explica Winnicott (2015, p.5), “o lúdico é estimado como sendo algo prazeroso, por conta da sua capacidade de absorver o indivíduo de modo total e intenso, proporcionando um clima de entusiasmo”.

As atividades lúdicas fazem parte da vida do ser humano e em especial da vida das crianças, desde o início da humanidade. A ludicidade no processo inclusivo é um assunto ainda recente, mas que tem conquistado espaço nos mais diversos setores da sociedade. Evidência que antes do educador organizar e planejar atividades, é importante observar o nível de desenvolvimento intelectual dos educandos, sua maneira de aprender, onde possa estimular seus interesses, de acordo com suas capacidades. A partir daí, o professor deverá planejar e selecionar o tipo de atividades lúdicas adequando, conforme as necessidades da criança para que supere os desafios e se mantenha motivada e valorizada na atividade, abrindo caminhos para que o processo de mediação pedagógica se concretize.

As atividades lúdicas devem ser interferidas pelo educador sempre que necessário de maneira que seja esclarecido às dúvidas e que estimule a busca de soluções, onde a cooperação prevaleça. Portanto, a ludicidade deve estar presente constantemente nas práticas pedagógicas dos educadores, pois a mesma é muito importante e essencial para o desenvolvimento do educando com necessidades educativas especiais, como também das demais

crianças.

Brincar, para a criança, é coisa muito séria. Toda criança deveria poder brincar, pois a brincadeira contribui para o processo de socialização das crianças, oferecendo-lhes oportunidades de participar de atividades coletivas livremente, além de ter efeitos positivos para o processo de aprendizagem e estimular o desenvolvimento de habilidades básicas e aquisição de novos conhecimentos. O lúdico é um dos elementos do processo de aprendizagem, e constitui em uma ferramenta de grande importância porque torna belo e prazeroso o ato de aprender, devendo ser uma constante no cotidiano da sala de aula.

As atividades lúdicas se dividem em 3 dimensões: jogos, brinquedos e brincadeiras.

O trabalho com jogos viabiliza condições para que a criança se conheça, descubra seus valores, costumes, ideais e papéis, conquistando vitórias, de forma a vencer desafios, como a exclusão social, o isolamento, a inferioridade, a insegurança e o medo em se expressar.

A brincadeira não deve servir apenas como atividade simplesmente distrativa, num ambiente educativo ela é muito mais uma atividade com objetivo de desenvolvimento físico, mental e emocional que contribuirá muito para a formação da personalidade das crianças.

Para as crianças com deficiência é fundamental que se proponha atividades diversificadas e diferenciadas, que abordem questões voltadas ao desenvolvimento da autoestima, autonomia e raciocínio para que possam ser sujeitos ativos e não mais “objetos passivos” de uma sociedade segregada. O brincar para as crianças com deficiência é um obstáculo a mais a ser

transposto, pois estas precisam enfrentar seus medos, anseios e frustrações.

Quando a criança brinca encontra respostas para algumas perguntas e experimenta momentos de interação com outras pessoas, isso é essencial para o desenvolvimento humano.

Os brinquedos apresentam-se como um suporte para a brincadeira e acaba se tornando um incentivo para que um adulto, que um dia também foi criança e fez uso dos seus brinquedos para brincar e se divertir, possa realizar uma reflexão sobre a infância e comparar com a criança existente hoje.

Os brinquedos devem ser objetos fortes, para que não venham a desapontar as crianças e desestimulá-las ao se quebrar quando ainda começar a brincar. Sendo um brinquedo frágil, além do constrangimento e do desapontamento, poderá ser perigoso e abalar a segurança e lhe constranger acabando com o interesse e a vontade de conhecer e experimentar. Quando se trata de uma criança muito tímida que já tem um medo de causar estragos e se deparar com situações constrangedoras.

Em se tratando de crianças com deficiência é necessário escolher brinquedos que atendam às suas necessidades e ou o acompanhamento de um adulto para garantir seu bem-estar.

Bons exemplos de brinquedos são: móveis iluminados, chocalhos, texturas, aparelhos musicais, livros animados, máscaras, bonecos, fantasias.

As fantasias são ótimas para auxiliar nos distúrbios comportamentais.

Para crianças com limitações auditivas, podem ser usadas às brincadeiras corporais como pique esconde, danças, jogos de percussão que ampliam a sensibilidade.

A forma como a criança brinca poderá revelar o que está guardando em seu mundo interior, seus sentimentos retraídos, que a criança acaba expondo sem perceber através da brincadeira e que serve de suporte para uma boa análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância dos jogos como prática pedagógica na educação inclusiva evidencia a sua função como estimulador e motivador do processo de aquisição de novos conhecimentos propiciando um ambiente favorável e atrativo para os alunos portadores de necessidades especiais.

O jogo é uma atividade lúdica presente em toda infância e desde os primórdios, a reflexão atual sobre a atividade lúdica gira em torno do papel que ela assume em cada cultura, a criação de novos jogos adaptados às necessidades das crianças, no resgate de brincadeiras já existentes e na criação de espaços dedicados aos jogos na escola.

O jogo será o elemento desencadeador de toda a transformação social na esfera escolar, porque ao propô-lo o educador mexerá, literalmente, com a estrutura organizacional de cada aluno, ritmo, tempo, pensamento, criação, mas que deve ser respeitado, visto que oferece um modelo sadio de aprendizagem é aquela que organiza um espaço para, e a partir dele significar o conhecimento dos alunos sobre sua realidade, respeitando os processos cognitivos.

REFERÊNCIAS

Díaz, Félix; Bordas, Miguel; Galvão, Nelma; Miranda, Theresinha - **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**, organizadores; autores, Elias Souza dos Santos... [et al.]. - Salvador: EDUFBA, 2009.

Cunha, Fernando Icaro Jorge; Mourad, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira - **Educação Especial Inclusiva: Diálogos da Educação Básica ao Ensino Superior** /. Curitiba: Editora Reflexão Acadêmica, 2021.

Arte/educação Como Mediação Cultural e Social, Org Ana Mae Barbosa Rejane Galvão Coutinho, Editora: Unesp, Ano: 2009

O PAPEL FUNDAMENTAL DA ALFABETIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Tamara Pereira Santana Cotrim

RESUMO:

A alfabetização é um dos pilares mais essenciais da educação e do desenvolvimento humano. Ela não apenas capacita os indivíduos a compreenderem e comunicarem-se eficazmente, mas também desempenha um papel crucial na promoção da igualdade, na redução da pobreza e no empoderamento das comunidades. Neste artigo, exploraremos a importância da alfabetização, seus impactos e desafios enfrentados na busca pela educação para todos.

Palavras-chave: alfabetização; escola; criança.

Importância da Alfabetização:

A alfabetização vai muito além da simples capacidade de ler e escrever. Ela é a base para o aprendizado ao longo da vida, permitindo que as pessoas adquiram conhecimento, explorem diferentes perspectivas e tomem decisões informadas. Através da alfabetização, os indivíduos podem acessar informações, participar ativamente da sociedade e contribuir para o desenvolvimento econômico.

Impactos da Alfabetização:

1. **Desenvolvimento Cognitivo:** A alfabetização promove o desenvolvimento cognitivo, estimulando o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de resolver problemas.
2. **Empoderamento Individual e Social:** Indivíduos alfabetizados têm maior probabilidade de participar da vida política, defender seus direitos e contribuir para o progresso de suas comunidades.
3. **Desenvolvimento Econômico:** A alfabetização está intimamente ligada ao desenvolvimento econômico, pois indivíduos educados têm mais oportunidades de emprego e são mais produtivos no local de trabalho.
4. **Saúde e Bem-Estar:** A compreensão da informação escrita é fundamental para a promoção da saúde e do bem-estar, permitindo que as pessoas compreendam instruções médicas, busquem tratamento e adotem hábitos saudáveis.

Desafios na Promoção da Alfabetização:

Apesar dos benefícios evidentes da alfabetização, ainda existem desafios significativos a serem superados:

1. **Acesso Limitado à Educação:** Em muitas partes do mundo, o acesso à educação de qualidade é limitado, especialmente para meninas, minorias étnicas e comunidades marginalizadas.
2. **Pobreza e Desigualdade:** A pobreza e a desigualdade social continuam a ser obstáculos importantes para a alfabetização, com muitas crianças sendo obrigadas a abandonar a escola para ajudar suas famílias.
3. **Falta de Recursos:** A falta de recursos educacionais, incluindo livros, materiais didáticos e professores qualificados, dificulta a promoção da alfabetização em muitas regiões.

Esse artigo aborda a importância da alfabetização, seus impactos e alguns desafios que ainda enfrentamos. Se quiser mais detalhes sobre algum aspecto específico ou informações adicionais, é só me avisar!

Para discutir o currículo da Secretaria Municipal de Educação (SME) da cidade de São Paulo e como ele defende a alfabetização, é importante destacar alguns pontos-chave do currículo e das políticas educacionais da SME:

1. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** A SME de São Paulo alinha seu currículo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica. A BNCC destaca a alfabetização como um dos objetivos fundamentais da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.
2. **Priorização da Alfabetização:** A SME de São Paulo prioriza a alfabetização desde os anos iniciais da educação básica. Isso significa que há um foco especial no desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e interpretação de textos desde os primeiros anos escolares.
3. **Metodologias Ativas e Diversificadas:** A SME busca promover metodologias de ensino ativas e diversificadas para apoiar a alfabetização. Isso pode incluir o uso de materiais didáticos interativos, atividades práticas, projetos de leitura e escrita, entre outras estratégias que estimulem o aprendizado significativo.
4. **Formação de Professores:** A SME investe na formação contínua de professores para que possam aprimorar suas práticas pedagógicas relacionadas à alfabetização. Isso pode envolver cursos, workshops, grupos de estudo e outras iniciativas de desenvolvimento profissional.
5. **Avaliação e Acompanhamento:** A Secretaria Municipal de Educação também implementa sistemas de avaliação e acompanhamento para monitorar o progresso dos estudantes em relação à alfabetização. Isso permite identificar necessidades específicas, fornecer suporte adicional quando necessário e garantir que todos os alunos tenham oportunidades equitativas de aprendizado.
6. **Parcerias e Envolvimento da Comunidade:** A SME reconhece a importância das parcerias com a comunidade, famílias e outras

instituições para fortalecer os esforços de alfabetização. Essas parcerias podem envolver bibliotecas, ONGs, empresas locais e outros atores relevantes que contribuam para a promoção da leitura e da escrita.

Em suma, o currículo da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo defende a alfabetização como uma prioridade fundamental, incorporando estratégias pedagógicas, formação de professores, avaliação e parcerias com a comunidade para garantir que todos os alunos desenvolvam as habilidades de leitura e escrita necessárias para uma participação plena na sociedade.

Os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** são uma ferramenta essencial na promoção da alfabetização e da educação de qualidade em todo o mundo. Aqui estão algumas maneiras pelas quais os ODS são importantes para a alfabetização:

1. **ODS 4: Educação de Qualidade:** O quarto objetivo de desenvolvimento sustentável é dedicado à educação de qualidade para todos. A alfabetização é um componente fundamental da educação e está intrinsecamente ligada ao ODS 4. Ao alcançar este objetivo, os países se comprometem a garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, incluindo a alfabetização desde os estágios iniciais.
2. **Integração da Alfabetização em Todos os Níveis de Educação:** Os ODS incentivam a integração da alfabetização em todos os níveis de educação, desde a educação infantil até o ensino superior e a educação continuada. Isso garante que a alfabetização seja uma prioridade contínua em todas as etapas da vida de uma pessoa.
3. **Alfabetização como Ferramenta para Alcançar Outros ODS:** A alfabetização desempenha um papel crucial na capacitação das pessoas para alcançar outros objetivos de desenvolvimento sustentável. Por exemplo, a alfabetização é essencial para promover a saúde e o bem-estar (ODS 3), igualdade de gênero (ODS 5), trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), redução das desigualdades (ODS 10) e construção de comunidades sustentáveis (ODS 11).

4. **Desenvolvimento de Habilidades para o Século XXI:** Os ODS reconhecem a importância de desenvolver habilidades relevantes para o século XXI, incluindo a literacia digital e a capacidade de acessar e avaliar informações de maneira crítica. Essas habilidades são fundamentais para uma participação plena na sociedade atual e futura.
5. **Abordagem Holística para a Alfabetização:** Os ODS promovem uma abordagem holística para a alfabetização, reconhecendo que a educação vai além da simples capacidade de ler e escrever. Isso inclui o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, comunicação eficaz, resolução de problemas e colaboração, todas essenciais para o sucesso pessoal e coletivo.

Em resumo, os ODS desempenham um papel crucial na promoção da alfabetização, fornecendo um quadro global para orientar os esforços de educação e desenvolvimento em direção a um futuro mais sustentável e inclusivo.

Conclusão:

A alfabetização é um direito humano fundamental e um catalisador para o desenvolvimento sustentável. Garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade é essencial para construir sociedades mais justas, prósperas e inclusivas. Ao investir na alfabetização, podemos capacitar indivíduos, fortalecer comunidades e promover um futuro melhor para todos.

Referências Bibliográficas:

- Dawson, G., & Rogers, S. (2010). **Intervenção precoce em crianças com autismo: modelos de intervenção e resultados de tratamento.**

- Lord, C., & McGee, J. (2001). **Educação de crianças com autismo: um manual para profissionais.**
- National Research Council. (2001). **Educação de crianças com necessidades especiais: conhecimento para ação.**
- Ozonoff, S., Dawson, G., & McPartland, J. (2002). **Uma visão geral do autismo: como os déficits de processamento sensorial e de atenção com base no desenvolvimento contribuem para as características comportamentais observadas.**

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Thais Andrade Cavalcanti

RESUMO

Para a construção do referencial teórico sobre a Educação de Jovens e adultos utilizaremos como base os autores: SOARES (1996) e CUNHA (1999), juntamente com a proposta curricular do MEC - São Paulo / Brasília, 2001.

O termo Educação de Jovens e Adultos é recente no Brasil, no Brasil colônia já se falava na educação de adultos, objetivando a doutrinação religiosa, prevalecendo o caráter religioso sob o educacional. A fragilidade desse sistema se dava devido a necessidade da mão de obra escrava, sendo assim, a educação não era responsável pelo aumento da produtividade e sim da quantidade de escravos (CUNHA 1999).

Segundo (CUNHA 1999) várias reestruturações educacionais da época do Brasil Império evidenciavam que deveriam haver classes noturnas de ensino elementar para adultos analfabetos. Contudo referências mais concretas vieram a partir do relatório apresentado em 1876 pelo ministro José Bento da Cunha Figueiredo, onde informava que 200 mil alunos cursavam o ensino noturno. Mas foi com o processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos do século XX, que de fato inicia-se a progressão da educação para adultos, contribuindo para sua valorização. Por sua vez, o desenvolvimento industrial brasileiro contribuiu para a valorização da educação de adultos sob pontos de vista diferentes. Havia os que a entendiam como domínio da língua falada e escrita, visando o domínio das técnicas de produção; outros, como instrumento de ascensão social; outros ainda, como meio de progresso do país; e, finalmente, aqueles que a viam como ampliação da base de votos. (CUNHA, 1999, p.10)

Palavras-chave: Arte na EJA. Linguagens Artísticas. Identidade na EJA

A Partir de 1940, com a decorrência da falta de políticas públicas e por consequência os altos índices de analfabetismo brasileiros, houve a criação de um fundo destinado à alfabetização e à educação da população adulta analfabeta. Desta forma, em 1945, com o fim da ditadura de Vargas, estimula-se um movimento de fortalecimento dos fundamentos democráticos no país. A criação da UNESCO

(Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), também contribuiu para as orientações aos países integrantes de educarem seus adultos analfabetos. Como relatado na passagem a seguir:

Nesse período, a educação de adultos define sua identidade tomando a forma de uma campanha nacional de massa, a Campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947. Pretendia-se, numa primeira etapa, uma ação extensiva que previa a alfabetização em três meses, e mais a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses. Depois, seguiria uma etapa de “ação em profundidade”, voltada à capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário (BRASIL. MEC. Educação de jovens e adultos, p. 19).

Simultaneamente à Campanha de Educação de Adultos, expande-se a discussão acerca do analfabetismo e da educação de adultos no Brasil. O analfabetismo passa a ser visto como a razão do exíguo desenvolvimento brasileiro, impedindo o país de participar do conjunto das nações de cultura. (CUNHA 1999). “Tal preconceito era estendido ao adulto analfabeto, identificado como elemento incapaz e marginal psicológica e socialmente. Tanto quanto a criança ”(CUNHA, 1999, p. 11).

A campanha e teorias da psicologia ajudaram a diminuir essa visão preconceituosa em relação ao aprendizado do adulto, sendo superada e passa-se a anuir o adulto como um ser produtivo capaz de resolver problemas, como citado a seguir:

Teorias mais recentes da psicologia, desmentindo postulados anteriores de que a capacidade de aprendizagem dos adultos seria menor que a das crianças, contribuíram para a mudança dessa visão preconceituosa, em especial estudos de psicologia experimental, realizados nos Estados Unidos durante as décadas de 1920 e 1930(CUNHA, 1999, p. 11).

Porém começaram a surgir muitas críticas relacionadas ao método de alfabetização utilizado nessa campanha, como o material didático inadequado, superficialidade do aprendizado, desqualificação dos professores, desta forma deu-se o declínio da campanha. Uma das comissões se destacaram, da qual fazia parte o Paulo Freire, que desenvolvia uma proposta diferenciada, como uma maior comunicação entre os educadores e os educandos, trazendo significado maior e contextualizado esse aprendizado, levando o educando a se responsabilizar pelo processo, portanto uma postura mais atuante. ” Vale dizer que o homem, como sujeito e não como objeto de sua educação, tem um compromisso com sua realidade e nela deve intervir cada vez mais. ” (CUNHA, 1999, p.12).

Na visão de Paulo Freire os conceitos de alfabetização e educação caminham paralelamente, onde alfabetizar é mais que o domínio de técnicas, mas além dela é a compreensão dessa leitura e escrita, assim trouxe aos seus educandos um aprendizado contextualizado, pautado em suas práticas e utilidades cotidianas, utilizando seus conhecimentos e suas vivências. Freire, (1979, p.72) relata que:

A alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Esta é a razão pela qual procura nos um método que fosse capaz de fazer instrumento também do educando e não só do educador.

Em 1964 com o golpe militar todo o trabalho realizado veio a ser considerado como uma ameaça, e seus autores foram rigidamente oprimidos. O governo concedeu a efetuação de programas de alfabetização de adultos assistencialistas e conservadores, em 1967, lançou o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização.

A ação do Mobral se voltou a população analfabeta entre 15 e 30 anos, visando a alfabetização de forma funcional, pela aquisição de técnicas elementares de escrita, leitura e pela melhora dos processos de trabalho, esvaziando-se de todo sentido crítico e problematizador (CUNHA 1999).

Em 1974, como consequência desse reconhecimento, o MEC propôs a implantação dos Centros de Estudos Supletivos (CES), que se organizavam em três termos: tempo, custo e efetividade, estes cursos oferecidos foram persuadidos pelo tecnicismo. Como consequências dessa política, passaram a ocorrer os altos índices de evasão, o individualismo, os critérios e a certificação rápida e superficial (SOARES, 1996).

Simultaneamente, alguns grupos que desenvolviam a educação popular permaneceram utilizando a linha de Paulo Freire. Nos anos 80, com a abertura política, essas experiências foram criando consistência. Em 1985 o Mobral foi extinto, sendo substituído pela Fundação Educar, que passou a não se responsabilizar diretamente aos projetos, mas apoiar financeira e tecnicamente as diligências existentes.

Nesse mesmo período iniciaram algumas pesquisas sobre fundamentos linguísticos e psicológicos com reflexos na alfabetização, realçando os trabalhos da psicopedagoga Emília Ferreiro, pautado na consideração das hipóteses sobre a escrita, mostrando que os adultos e crianças possuem um leque de informações sobre a leitura e escrita mesmo analfabetos (FERREIRO, 1983).

Com a Constituição de 1988, houve uma maior responsabilidade do Estado com a educação de jovens e adultos, garantindo o ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos que não tiveram acesso na idade própria, relatado no artigo 208:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL,1988).

Nesse mesmo período Paulo Freire retorna do exílio e encontra um cenário favorável, pois a EJA – Educação de jovens e adultos passa a ter mais relevância com conferências e estudos sobre a necessidade de redução dos índices de analfabetismo no Brasil.

A EJA e as Políticas Educativas na década de 90

O ano de 1990 foi o ano internacional da Alfabetização, nele ocorreu a Conferência Mundial de Educação para todos na Tailândia, a parte inicial da declaração diz o seguinte:

Há mais de quarenta anos, as nações do mundo afirmaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos que "toda pessoa tem direito à educação". No entanto, apesar dos esforços realizados por países do mundo inteiro para assegurar o direito à educação para todos, persistem as seguintes realidades: mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário: mais de 960 milhões de adultos - dois terços dos quais mulheres - são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento: • mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais: e • mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais. (UNESCO 1990, p.1).

Uma das metas mais insigne da declaração seria:

Redução da taxa de analfabetismo adulto à metade, digamos, do nível registrado em 1990, já no ano 2000 (a faixa etária adequada deve ser determinada em cada país). Ênfase especial deve ser conferida à alfabetização da mulher, de modo a reduzir significativamente a desigualdade existente entre os índices de alfabetização dos homens e mulheres (UNESCO, 1990 p.1).

Paralelamente a Conferência Mundial de Educação para Todos, aconteciam diversos encontros nacionais e internacionais, incentivados pela UNESCO e pela

Organização das Nações Unidas (ONU) em que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou uma Comissão Nacional de EJA – Educação de Jovens e Adultos para dar uma ênfase maior, recomendando que cada estado realizasse um encontro para identificar metas e ações. Como consequências desses encontros surgiram os Fóruns Estaduais de EJA que foram disseminando em todos o país, presente atualmente em todos os estados brasileiros. Esses encontros aconteciam como espaços de ações e parcerias entre diversas áreas envolvidas: os grupos populares, as ONG's, os movimentos sociais, poder público, educadores e educandos (SOARES, 2004).

Em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9334/96 em seu conteúdo, a LDB dedica dois Artigos, no Capítulo II, Seção V, que reafirmam a gratuidade e obrigatoriedade da oferta de educação para todos os que não tiveram acesso à educação na idade própria. A Lei diz:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Cumpra, pois, salientar que esse norte não pode ser perdido de vista, sob pena de se colocar a educação de jovens e adultos em condições de menor relevância, deixando, assim, de realizar a justiça social com essa clientela. (CUNHA, 1999 p. 17)

Finalmente, ressalte-se que a dificuldade de efetivação da educação de jovens e adultos dentro de um padrão de qualidade está mais na questão metodológica, aí incluindo-se o problema de formação inicial e continuada dos professores e a falta de material didático-pedagógico adequado, do que nos objetivos do ensino, uma vez que estes são propostos segundo o nível e, portanto, abstraídos da clientela a que se destinam. (CUNHA, 1999 p.17)

A EJA e as Políticas Educativas na atualidade

Dando sequência ao cumprimento das leis superiores o (CNE) Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica (CEB), por meio do parecer N° 11, de maio de 2000, e da Resolução N° 1 de 5 de julho de 2000, estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA e a reconhece como:

[...] uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola ou fora dela

[...] em que a ausência de escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto [...] (BRASIL, 2000).

Esse documento trouxe uma representação importante que colaborou para a elaboração da Proposta Pedagógica da EJA, e marcou o princípio dos estudos para a elaboração das Diretrizes Curriculares Estaduais da EJA também pela primeira vez, nesse sentido leia-se no Parecer nº 11/00, item IX:

[...] a faixa etária, respondendo a uma alteridade específica, se torna uma mediação significativa para a ressignificação das diretrizes [...] não significa uma reprodução descontextualizada face ao caráter específico da EJA. Os princípios da contextualização e do reconhecimento de identidades pessoais e das diversidades coletivas constituem-se em diretrizes nacionais dos conteúdos curriculares. [...] A contextualização se refere aos modos como estes estudantes podem dispor de seu tempo e de seu espaço. Por isso a heterogeneidade do público da EJA merece consideração cuidadosa (BRASIL, 2000 p.68).

É necessário reconhecer a EJA – Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade específica, obtendo uma metodologia didática específica, com atividades apropriadas contextualizadas e significativas respeitando o adulto de acordo com sua idade e não o tratando como criança.

[...] a regra metodológica é: descontextualizá-los da idade escolar própria da infância e adolescência para, apreendendo e mantendo seus significados básicos, recontextualizá-los na EJA. Mas para isto é preciso ter a observação metodológico- política [...] a diversidade da escola média é necessária para contemplar as desigualdades nos pontos de partida de seu alunado, que requerem diferenças de tratamento como forma mais eficaz de garantir a todos um patamar comum nos pontos de chegada. Uma destas diversidades se expressa nos horários em que a EJA é oferecida, especialmente o noturno (BRASIL, 2000 p.68).

Dando sequência às Políticas Públicas na Educação de Jovens e Adultos, é relevante trazer o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em 09 de janeiro de 2001 pelo Congresso Nacional a Lei 10.172 estabelecendo o Plano Nacional de Educação, na seção de metas e objetivos o plano obtém 26 pontos, dos quais destacamos alguns:

Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo. Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade. Estabelecer programa nacional de fornecimento, pelo Ministério da Educação, de material didático pedagógico, adequado à clientela, para os cursos em nível de ensino fundamental para jovens e adultos, de forma a incentivar a generalização das iniciativas mencionadas na meta anterior. Assegurar que os sistemas estaduais de ensino, em regime de colaboração

com os demais entes federativos, mantenham programas de formação de educadores de jovens e adultos, capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela, e habilitados para no mínimo, o exercício do magistério nas séries iniciais do ensino fundamental, de forma a atender a demanda de órgãos públicos e privados envolvidos no esforço de erradicação do analfabetismo. Reestruturar, criar e fortalecer, nas secretarias estaduais e municipais de educação, setores próprios incumbidos de promover a educação de jovens e adultos. (PNE, 2001 p.44)

Em 2010 houve um evento valoroso para o futuro da educação brasileira em Brasília, de 28 de março a 1º de abril a Conferência Nacional de Educação (CONAE), um local de discussão sobre os rumos que o país deve seguir em todos os níveis de ensino. Dessa conferência surgiu as novas diretrizes que darão origem ao Plano Nacional de Educação (PNE) de 2011.

Em uma entrevista à Revista Nova Escola, Francisco Chagas Fernandes, secretário- executivo do Ministério da Educação (MEC), fala sobre os resultados do PNE:

Algumas das 295 metas propostas não são quantificáveis, o que dificulta a fiscalização. No novo plano, queremos ter menos objetivos, e todos numéricos e realizáveis"(CHAGAS, 2010). Conforme dados fornecidos pela Revista Nova Escola do mesmo ano, uma das metas relacionadas à EJA não alcançada é a da oferta de vagas aos possíveis discentes, como relatado nas informações abaixo:

Entre 2001 e 2007, 10,9 milhões de pessoas fizeram parte de turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Parece muito, mas representa apenas um terço dos mais de 29 milhões de pessoas que não chegaram à 4ª série e seriam o público-alvo dessa faixa de ensino. A inclusão da EJA no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) representou uma fonte de recursos para ampliar a oferta, mas não atacou a evasão, hoje em alarmantes 43%. De fato, a evasão é um grande desafio para o futuro da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Talvez, não se pensar nas demandas de aprendizagem desses sujeitos seja o fator preponderante que leva a modalidade a experimentar esses índices elevados de evasão. (Revista Nova Escola, p. 1,1 mar.2010)

O Governo Federal criou vários programas numa perspectiva de conciliar a educação profissional com o médio e fundamental como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos (PROEJA). O primeiro programa foi criado pelo Decreto Lei nº11.129, de 30 de junho, 2005, o segundo instituído pelo Decreto Lei nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Citados a seguir:

Educação profissional técnica integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. Educação profissional técnica concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos. Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos. Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. (PROEJA, MEC,2006).

Hoje a modalidade de Jovens e Adultos possui várias etapas de escolaridade de cursos e avaliações entre eles estão: ENCCJA (Exame Nacional para Certificação de Competências para Jovens e Adultos), os cursos da EJA (Educação de Jovens e Adultos), os CEEJA (Centros Estaduais de Educação para Jovens e Adultos), além do PEP (Programa de Educação nas Prisões), que conta com apoio da SAP (Secretaria Administrativa Penitenciária).

A educação de Jovens e Adultos ao longo dos anos possui um local de destaque nas discussões políticas por diversos motivos, hora com intenções políticas das classes dominantes, outras abordadas de maneira compensatória, ou para atender a demanda do mercado, mesmo por preocupação em cumprimento do direito por uma educação de qualidade. Mas o fato é que a modalidade, necessita que esses planos e metas deem lugar as ações (RODRIGUES, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com (RODRIGUES,2001), os alunos da EJA são sujeitos excluídos de o processo educativo regular por causa de injustiças sociais, resultando em afrontas e descréditos, desta forma se faz urgente que acima do conhecer as ações políticas e legais, deve estar a compreensão da natureza e a realidade relacionados a esses sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Sonia Carbonell. Arte e Educação estética para jovens e Adultos: as transformações no olhar do aluno. São Paulo, Faculdade de educação, Universidade de São Paulo, 2006.

BARBOSA, Ana Mae. INQUIETAÇÕES E MUDANÇAS NO ENSINO DA ARTE. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: <<http://profleandrolopes.blogspot.com.br/2010/03/barbosa-ana-mae-inquietacoes-e-mudancas.html>> Acesso: 05.09.2017.

BRASIL. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação.

_____. Parecer CNE nº 11/2000 CEB. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001.

CAMARGO, P. S. A. S; MARTINELLI, S. C. Educação de adultos: percepções sobre o processo ensino-aprendizagem. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), São Paulo, v. 10, n. 2, p. 197-209. jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000376506>> Acesso: 14.07.2017.

CUNHA, Conceição Maria da. Introdução – discutindo conceitos básicos. In: SEED – MEC, Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

FERREIRO, Emília. Los adultos no alfabetizados y sus conceptualizaciones dei sistema de escritura. México, Instituto Pedagógico Nacional, 1983.

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos – crítica de sua visão ingênua compreensão de sua visão crítica. In: FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 5. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981, p. 11-20.

_____. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da pesquisa científica. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas,

2007.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil: contribuições para uma avaliação da educação para todos. São Paulo: Ação Educativa; São Paulo em Perspectiva, vol.14, n.1, p.29-40, mar. 2000. Disponível em:

<http://www.bdae.org.br/bitstream/123456789/2374/1/haddad_Pierro_EJA.pdf>

Acesso em: 15.11.2017.

MEC. Trabalho com a educação de Jovens e adultos: Observação e registro. Brasília - 2006. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmento/vol3_ar te.pdf> - Acesso: 08.07.2017.

MELLO, Guiomar Namó de, Formação Inicial de Professores Para A Educação Básica, Diretora Executiva da Fundação Victor Civita e Membro do Conselho Nacional de Educação São Paulo. Vol.14 nº.1 São Paulo Jan. / Mar. 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100012>. Acesso: 13.10.2017.

REVISTA NOVA ESCOLA. Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010. Disponível em:

<<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/legislacao/pne-plano-nacional-de-educacao-537431.shtml>> Acesso 01.11.2017.

RODRIGUES, Zwinglio. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Considerações Históricas e Legislativas. Disponível em: <<http://www.pedagogia.com.br/artigos/historicoelegislativo/index.php?pagina=0/>>

Acesso: 23.10.2017.

SOARES, Leôncio José Gomes. A educação de jovens e adultos: Momentos históricos e desafios atuais. Revista Presença Pedagógica, v.2, nº11, Dimensão, set/out 1996.

_____. O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir.

In: RAAAB, alfabetização e Cidadania – políticas Públicas e EJA. Revista de EJA, n.17, maio de 2004.

CAMINHOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Valéria Bromowicz Rodrigues

Resumo

Este artigo tem a finalidade de apresentar uma reflexão sobre a inclusão em diferentes ambientes, principalmente no ambiente escolar. As práticas dos educadores exigem um preparo melhor do profissional para tratar com os alunos que apresentam algum tipo de necessidades especiais, além de que também devem ser revistas as metodologias de ensino para tais.

Palavras-Chave: Inclusão, alfabetização, integração.

Introdução

A busca pela informação fez com que pesquisássemos sobre o que mais nos intriga, a inclusão.

Este artigo irá demonstrar que a inclusão ainda tem muito cominho para trilhar a fim de favorecer muitas pessoas, sejam elas portadores ou não de necessidades especiais.

O artigo procura de forma prazerosa e envolvente demonstrar que a inclusão/integração caminham juntas para que tenhamos uma sociedade mais justa e igualitária, ou seja, sem que haja a exclusão principalmente no que se refere à escola, pois devido a muitas exclusões, más interpretações, os alunos são tidos como fracassados, e a escola acaba tornando-se a grande arma para que se tenha a evasão escolar.

Os educadores também têm que rever suas metodologias de ensino e buscar novas fontes de aprimoramento, sejam cursos, palestras, mas em meios que forneçam subsídios adequados para que possam lidar com alunos com qualquer tipo de necessidades especiais, fazendo com que eles (educadores) não tenham medos e nem receios de trabalhar com o diferente, pois independente de suas necessidades todos os alunos são iguais e devem ser tratados da mesma maneira, respeitando suas habilidades e competências.

Ao olhar para uma educação inclusiva, notamos que a participação dos pais é fundamental para um melhor desenvolvimento intelectual e educacional, os pais devem estar sempre presentes na escola e conversar com outros pais, pois um aprende com o outro.

Existe, entre a escola e a família, uma comunicação muito forte, fazendo com que os dois pensem no mesmo princípio a evolução da criança com necessidades especiais no seu ensino-aprendizagem.

Ao longo deste artigo você poderá desfrutar de informações que podem lhe auxiliar em sua carreira acadêmica, profissional e pessoal.

Inclusão

Quando mencionamos a Educação Inclusiva se entende o processo de inclusão por portadores de necessidades educacionais especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus.

Ouvimos por demais falar em inclusão escolar e nada se realiza para que isso aconteça de forma concreta e satisfatória. O que vemos na maioria das vezes é a exclusão. Por isso cabe a sociedade rever suas atitudes com relação ao próximo seja ele dito normal ou não.

Segundo Eric, 2002, apud Gomes & Rey (2003, p.412),

A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais só será bem-sucedida se antes forem tomados e observados alguns significados: o professor regular deve acreditar que o aluno será bem-sucedido, toda a escola deve estar convicta de aceitar e compartilhar a responsabilidade pela aprendizagem de estudantes com necessidades especiais e os profissionais de educação devem estar predispostos a trabalhar em colaboração com as salas de aula regulares.

São importantes alguns projetos que envolvam a escola inclusiva como elencados abaixo.

Um direcionamento para a comunidade mostra que na escola inclusiva o processo educativo é entendido como processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização a

mais próxima possível do normal. O alvo a ser alcançado é a integração da criança portadora de deficiência na comunidade.

Colaboração e cooperação: há um privilegiamento das relações sociais entre todos os participantes da escola, tendo em vista a criação de uma rede de autoajuda.

Mudando de papéis e responsabilidades: Os professores tornam-se mais próximos dos alunos, na captação das suas maiores dificuldades.

Parceria com os pais: Os pais são os parceiros essenciais no processo de inclusão da criança na escola.

Acesso: O acesso físico à escola deverá ser facilitado aos indivíduos portadores de deficiência.

Continuidade no desenvolvimento profissional da equipe técnica: os participantes da escola inclusiva deverão procurar dar continuidade aos seus estudos, aprofundando-os.

A exclusão e o fracasso escolar acontecem de diferentes maneiras, às vezes porque os alunos são indisciplinados, negros, pobres, ou até mesmo por possuírem algumas necessidades especiais, como: hiperatividade, síndrome de down, dentre outros.

Topczewski (1999, p.28) apud Santos e Amaral

Os onze (11) itens abaixo relacionados tornam a hiperatividade evidente em uma criança: ao brincar, não conseguem se fixar, por um tempo, em determinadas atividades, trocam de brinquedos com frequência, necessitam de vigilância constante, têm espírito de destruição, mesmo com seus objetos, não conseguem sentar à mesa para uma refeição, assistem a televisão por pouco tempo, falam muito e mudam de assunto rapidamente, qualquer estímulo desvia sua

atenção, não finaliza uma tarefa de maneira adequada e são desorganizados com suas roupas e objetos.

É importante ressaltar que nem toda criança agitada pode ser considerada como hiperativa, pois a agitação pode ser sintoma de outras doenças graves: como Autismo e até um possível resultado ou problema de comportamento.

Considerações finais

É muito importante que se observe a interação da criança, porque os pais deixam passar despercebido achando que algumas atitudes são representações da fase que se encontram, essas crianças devem interagir na sociedade em condições apropriadas sem que haja a exclusão dos mesmos.

Muitas crianças na fase escolar não são compreendidas por seus pais e professores, o que pode ocasionar frustrações para elas, ocasionando no futuro uma evasão escolar.

Conforme Miranda apud Lopes e Marquezan (1999, p.44), *“a família e a escola devem encontrar formas criativas e arregimentadoras de convencer a comunidade a participar, através de parcerias, da manutenção para a integração/ inclusão”*.

A escola tem que fornecer um ambiente acolhedor e alfabetizador propiciando aos educandos uma visão de um futuro melhor e igualitário.

Referências Bibliográficas

BOSSA, Nadia A. **Dificuldades de aprendizagem – O que são? Como tratá-las –**
Porto Alegre: Artes Médicas 2000.

GLAT, Rosana; FONTES, Rejane de Souza; PLETSCHE, Denise Márcia. **Uma breve reflexão sobre o papel da Educação Especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino.**

Disponível em:

http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/unigranrio.pdf

Acesso: 08 de Julho de 2008

GOMES, Claudia; REY, Fernando Luis Gonzales. **Inclusão Escolar: Representações Compartilhadas de Profissionais da Educação acerca da Inclusão Escolar.** Psicologia Ciência e Profissão. 2007, 27(3), 406-417.

Disponível em:

<http://scholar.google.com.br/scholar?q=Artigos+sobre+Inclus%C3%A3o&hl=ptBR&lr=&stat=10&sa=N>

Acesso: em 02 de Abril de 2008.

LOPES, Renato Paula Vieira; MARQUEZAN, Reinoldo. **O Envolvimento da família no processo de integração/inclusão do aluno com necessidades especiais.** São Paulo.

Disponível em:

<http://66.102.1.104/scholar?hl=ptBR&br=&q=cache:32oMNqitMNQJ:www.ufsm.br/ce/revista/ciesp/2000/01/a3.htm+Artigos+sobre+Inclus%C3%A3o>.

Acesso: em 02 de Abril de 2008

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de Deficiência: a questão da inclusão social.** São Paulo Perspec. Vol. 14, nº 2- São Paulo Abril/Junho 2000

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200008&script=sci_arttext

Acesso: em 12 de Julho de 2008

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** – São Paulo: Moderna, 2003.

SANTOS, Fernanda de Carvalho; AMARAL, Regina Durães. **Criança hiperativa: quem é ela?** Psic: Revista da Vetor Editora – Vol. 5 – nº 1 – São Paulo – Junho – 2004.

Disponível em:

<http://scielo.bvspsi.org.br/scielo.php?pid=S167673142004000100010&script=sci.arttext&tlg>Acesso: em 04 de Junho de 2008.

SILVA, Rejane Augusta; SOUZA, Luiz Augusto de Paula. **Aspectos Lingüísticos e Sociais Relacionados ao Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade.**

Disponível em:

<http://www.revistacefac.com.br/revista73/artigo%201.pdf>

Acesso: em 08 de Julho de 2008

TOPCZEWSKI, Abram. **Hiperatividade: Como lidar?** – São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

A PSICOPEDAGOGIA E A EDUCAÇÃO

Jaqueline Silva Almeida Jordão

RESUMO

A Psicopedagogia é uma Ciência que trabalha a nível preventivo ou terapêutico das barreiras inerentes à aprendizagem, considerando fatores diversos que influenciam diretamente, tais como sociedade, família e escola (CORDEIRO, 2013).

Palavras Chave: Psicopedagogia. Alfabetização. Aprendizagem. Recursos Lúdicos.

INTRODUÇÃO

Por muito tempo as dificuldades de aprendizagem foram relacionadas exclusivamente aos professores e alunos. No entanto, com os estudos que contemplam o desenvolvimento humano, o indivíduo passou a ser visto de forma ampla e, conseqüentemente, constatou-se que os eventos que envolvem suas potencialidades e limitações vão muito além do que as fases de escolarização.

No entanto, considerando o vasto campo que interfere no desenvolvimento humano, o Psicopedagogo utiliza de um trabalho estruturado visando levantar hipóteses a partir das queixas dadas comumente pelos pais e professores para, posteriormente, elaborar estratégias que auxiliem na aprendizagem e desenvolvimento do aluno.

A PSICOPEDAGOGIA

Segundo Cordeiro (2013) a Psicopedagogia é uma área que transita entre Saúde e Educação, visando sanar e prevenir problemas de aprendizagem, considerando a formação ampla do indivíduo.

Assim, busca esclarecer as barreiras que prejudicam na aquisição do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento de processos de aprendizagem adequados (BARBOSA, 2001).

Para isso, segundo o referido autor, considera “o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto socio-histórico, utilizando procedimentos próprios, fundamentados em diferentes referenciais teóricos” (CORDEIRO, 2013, p. 66).

Nesta perspectiva, realiza o diagnóstico psicopedagógico, enfatizando as possibilidades e problemas de aprendizagem, prestando esclarecimentos e orientações aos que o consultam, sejam pais ou professores, atuando em todos os níveis educativos (PORTO, 2007).

Dentre os recursos utilizados na Psicopedagogia destaca-se “ a realização de entrevistas dedicadas à expressão e a progressiva resolução da problemática individual e ou grupal daqueles que a consultam” (BARBOSA, 2001, p. 55).

Porto (2007) relata que o trabalho clínico não é só terapêutico, como também preventivo, visto que tratar alguns transtornos de aprendizagem normalmente evita o aparecimento de novos. Além disso, vale ressaltar que o profissional, independentemente de sua prática, precisa sempre ter um embasamento teórico para desenvolver seu trabalho.

Assim, no trabalho clínico, o psicopedagogo procura compreender não só o porquê do paciente não aprender algumas coisas, assim como a maneira que ele pode aprender, e como será este processo de aprendizado (BOSSA, 2000).

A busca do conhecimento deste profissional no campo prático tem início no processo diagnóstico, na qual busca-se compreender a realidade do sujeito, e posteriormente iniciar a intervenção, que é o tratamento ou encaminhamento para um trabalho associado a outras ciências. Neste contexto, é comum que o profissional trabalhe em conjunto com outros profissionais, como psicólogos e fonoaudiólogos (PORTO, 2007).

A Psicopedagogia enquanto campo de atuação em Educação e Saúde vai além da aprendizagem e enfatiza sua preocupação com os

processos de aquisição de conhecimento, de cognição e aprendizagem. Processos estes, que estão sob a influência de aspectos familiares, educacionais e sociais.

Dessa forma, entender os processos de aprendizagem e problemas do seu desenvolvimento, a necessidade de diagnósticos e de intervenção de aprendizagem é constante, pois “muito ainda há o que se pesquisar, já que a complexidade do seu objeto de estudo e as demandas da vida atual representam um verdadeiro desafio aos estudiosos da Psicopedagogia”. (BOSSA, 2000, p. 13). Sendo assim, trata-se de uma área que exige que o profissional esteja sempre em formação, buscando novas projeções e em constante processo de criação.

Para Cordeiro (2013) existem duas vertentes que contemplam os problemas de aprendizagem. A primeira é a criança que desenvolve uma série de distúrbios emocionais na medida em que sente dificuldade de aprender, dificultando também o desempenho das atividades sociais.

Dessa forma, é possível encontrar crianças que possuem transtornos de aprendizagem sendo excluídas não só do processo educativo, como das relações sociais que a escola possibilita, prejudicando ainda mais o seu desenvolvimento.

Já a segunda, diz respeito às causas emocionais que dificultam o curso normal de aprendizagem. Neste caso, é importante evidenciar a família como base da formação psíquica da criança.

É comum observar crianças que nascem em lares conturbados, desenvolvendo problemas de aprendizagem. Isto acontece porque estas crianças não desenvolvem autoestima e segurança, por exemplo, que são essenciais para o desenvolvimento pleno.

Além disso, há aquelas que são agressivas e extremamente agitadas, não se adequando ao ambiente escolar, o que gera uma dificuldade no professor desenvolver um trabalho adequado.

Neste sentido, o quadro a seguir apresenta os principais obstáculos voltados a aprendizagem na visão de Barbosa (2001).

Quadro 01: Dificuldades de aprendizagem

Obstáculos funcionais	Obstáculos epistemofílicos (emocionais)
Assimilação; Lentidão; Domínio espacial; Motor; Elaboração Mental;	Estado confusional; Exigência; Conduta evitativa; Mecanismos defensivos; Insegurança, Falta de autoestima;

Barbosa (2001, p. 58).

Em ambos os casos, segundo Cordeiro (2013), a criança precisa de ajuda para garantir que a aprendizagem aconteça de forma efetiva. No entanto, para conhecer a origem dos problemas e assim desenvolver propostas que realmente contemple este indivíduo, o Psicopedagogo precisa trabalhar na perspectiva do diagnóstico.

Diagnosticar sob o olhar psicopedagógico implica no desenvolvimento de uma série de etapas a nível investigativo, para compreender a origem das dificuldades que a criança apresenta ao longo de seu desenvolvimento.

Diagnosticar nada mais é do que a constatação de que a criança possui algum tipo de dificuldade na aprendizagem, fato que normalmente só é detectado quando ela é inserida no ensino formal. Porém, uma vez realizada essa constatação, cabe à equipe investigar a sua causa e, para tanto, deve-se lançar mãos de todos os instrumentos diagnósticos necessários para esse fim. O diagnóstico psicopedagógico abre possibilidades de intervenção e dá início a um processo de superação das dificuldades. O foco do diagnóstico é o obstáculo no processo de aprendizagem. É um processo no qual analisa-se a situação do aluno com dificuldade dentro do contexto da escola, da sala de aula, da família; ou seja, é uma exploração problemática do aluno frente à produção acadêmica (BOSSA, 2000, p. 40).

Neste sentido, ressalta-se que o diagnóstico acontece de maneira ampla e contempla o meio social em que a criança está inserida. Com isso, busca-se investigar o ambiente em que a criança vive, a sua relação com os pais, a dinâmica da família, além da sua vida escolar, seja no vínculo com professores e colegas, bem como outras manifestações comportamentais.

O trabalho tradicional é desenvolvido a partir de heranças da psicologia clínica, compondo etapas como anamnese, que representa uma entrevista familiar, buscando contemplar a história do indivíduo a ser analisado, algumas atividades de cunho avaliativo e um laudo com observações que explicitam o diagnóstico sobre sua condição.

Neste sentido, Bossa (2000) cita o Código de Ética da Psicopedagogia, que explicita em seu primeiro capítulo, que o fazer psicopedagógico pode se desenvolver a partir de procedimentos inerentes a esta ciência.

No entanto, é importante frisar que existem variações na literatura e a sequência diagnóstica pode ser alterada de acordo com o trabalho do Psicopedagogo e os contatos iniciais com o aluno.

Fernandez (1991) complementa que no decorrer das etapas diagnósticas, a forma como o aluno/paciente se envolve nas propostas, fornece pistas muito importantes para compreender o que dificulta o seu desenvolvimento.

Após uma série de investigações, há a síntese diagnóstica representa a fase em que uma hipótese é formulada a partir dos dados explícitos de todas as etapas anteriores. Sendo assim, o profissional analisará com cautela cada uma das informações colhidas (o que exige concentração e organização para ter todas as observações disponíveis e em fácil acesso), e assim, gera uma resposta para a queixa inicial (WEISS, 2015).

É a partir desta etapa que algumas indicações serão feitas visando potencializar o desenvolvimento da criança, bem como traçar novos

caminhos para a superação de suas dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicopedagogia contempla uma ampla Ciência em prol do desenvolvimento humano por meio da aprendizagem. Sabe-se que são diversos eventos que influenciam diretamente na formação do indivíduo, tais como causas orgânicas e tantas outras que contemplem o ambiente em que a criança vive, estrutura familiar, escolarização, entre outros. A partir disso, percebe-se que as causas de dificuldades de aprendizagem passam a ser mais amplas do que professor e/ou aluno, considerando que o indivíduo é avaliado de maneira integral.

Sendo assim, a partir da queixa, o Psicopedagogo depara-se com infinitas possibilidades e por meio do diagnóstico é que todas são apuradas em prol de uma hipótese final. Neste sentido, conforme evidenciado ao longo do estudo, são diversos recursos que o Psicopedagogo utiliza para o processo de diagnóstico e posteriormente terapêutico, com estratégias que contemplem as peculiaridades do aluno, de forma a corresponder às suas necessidades.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil**: Gostosuras e Bobices. São Paulo, 2017
- ALVES, F. **Psicomotricidade**: corpo, ação e emoção. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
- BARBOSA, J. **Psicopedagogia**. 1.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- BOSSA, N. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- BRITO, T.A. **Música na educação infantil: proposta para a formação integral**

da criança. 2.ed. São Paulo: Petrópolis, 2003.

CAPELLINI, S. Intervenção precoce em alunos com dislexia. Revista CEFAC, São Paulo, 2011.

CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática.** Petrópolis, RJ. Vozes, 2005.

CIASCA, S.M. **Distúrbio de aprendizagem: uma questão de nomenclatura.** Rio de Janeiro, 2005.

COSTA, M.M. **Metodologia do ensino da literatura infantil.** Curitiba: IBPEX, 2017.

CORDEIRO, L. **Teoria e Prática da Pedagogia Clínica.** Rio de Janeiro: WAK Editora, 2013.

FERNÁNDEZ, A. **A inteligência aprisionada.** 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FONSECA, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z.** Porto Alegre: ARTMED Editora, 2005.

GOLBERT, C. **Dificuldades de aprendizagem na etapa de latência.** Publicação CEAPIA, Porto Alegre, 2011.

JOLY, I.. Educação e educação musical: conhecimentos para compreender a criança e suas relações com a música. São Paulo: Moderna, 2003.

KISHIMOTO, T.M. **O brincar e suas teorias.** São Paulo: Cengage Learning Editores, 1998.

PORTO. O. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem.** Porto Alegre: Artemed, 2007.

SEBRA, A.G ; DIAS, N.M. Métodos de alfabetização: delimitação de procedimentos e considerações para uma prática eficaz. **Revista de psicopedagogia**, São Paulo, v. 28, n.87, 2011.

WEISS, M. A Intervenção Psicopedagógica nas Dificuldades de Aprendizagem Escolar. Rio de Janeiro: Editora WAK, 2015.

ATIVIDADES REALIZADAS ENTRE O PROJETO ACOMPANHANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A BIBLIOTECA DE SÃO PAULO

Tainá de Oliveira Ferraz Pelegrini

RESUMO

A biblioteca de São Paulo e o Projeto APD possuem uma parceria, toda primeira quinta-feira de cada mês do ano, a biblioteca promove um encontro com os participantes do projeto.

Nesses encontros são oferecidas atividades como: jogos de tabuleiros, inserção do mundo no digital (é ensinado aos participantes a como utilizar os computadores, ligar, ouvir música, fazer pesquisas simples, etc.), também mostrado e incentivado a participação nos programas permanentes da biblioteca.

Palavras-chave: jogos; aprendizagem; ludicidade.

DESENVOLVIMENTO

Durante os anos de 2017 e 2018 observei algumas atividades que ocorreram na Biblioteca com os participantes da APD, segue o relato das atividades observadas, bem como seus impactos nos participantes.

• Sentidos

Atividade relacionada aos cinco sentidos em que o ser humano possui. O escolhido foi o tato. Foi usado o livro braille (Adélia Sonhadora) com figuras palpáveis, onde ocorreu uma mediação da leitura de forma que os participantes pudessem interagir com a história, pegando no livro para sentir as figuras e dizendo o que estavam sentindo ao tocá-las.

Ao sentir as figuras, os participantes foram falando a sensação que sentiam: áspera, macia, com espessura. Depois falaram quais as figuras, ou seja, objetos que Adélia tinha escolhido para construir sua história, assim sendo testada a sensibilidade de cada um.

Complementando a primeira atividade foi oferecido um jogo de adivinhação. Para a brincadeira foi utilizada uma caixa preta fechada, com apenas uma abertura para caber duas mãos, dentro dela foi colocado diversos objetos, para que os participantes colocassem as suas mãos na abertura e adivinhassem os objetos dentro dela. O resultado foi surpreendente pois ocorreu interação do grupo com os profissionais que

aplicaram os jogos e todos entenderam o objetivo da atividade.

• Jogos Sensoriais

Nessa atividade participarão dois jovens com síndrome de Down. O grupo da APD veio para participar do jogo permanente oferecido pela biblioteca, chamado jogos sensoriais.

Os jogos geralmente ocorrem com os participantes vendados, porém dessa vez foram realizados sem a utilização das vendas nos olhos, pois para os participantes houve um certo desconforto. Nessa atividade utilizaram o jogo da velha, dominó adaptado e o jogo da memória. Os participantes tiveram um bom desenvolvimento, mostrando-se focados nas atividades.

• Jogo Pizzaria Maluca

Dois participantes e dois acompanhantes. O jogo funciona da seguinte maneira: em cada pizza estão indicados quais os ingredientes necessários para completá-la. Ao jogar o dado você andará com seu peão, mostrando quais ingredientes você pode pegar para sua pizza, durante a preparação podem ocorrer alguns contratempos, como ganhar ou perder ingredientes. Quem completar sua pizza primeiro vence o jogo.

Com a atividade foi estimulado a ter paciência, a lidar com a frustração e perseverança para concluir o jogo.

Figura 1. Jogando Pizzaria maluca



Fonte: Arquivo pessoal (2018)

-

- **Batata quente**

Quatro participantes e três acompanhantes, o objetivo do jogo é passar a bolapara o próximo participante ao seu lado o mais rápido possível, evitando que a “batata quente” queime na sua mão. O jogo fluiu muito bem, concluindo o objetivo de trabalhara coordenação motora grossa.

- **Sopra bolinha**

Quatro participantes e três acompanhantes. A atividade “sopra bolinha” (usa-se três tubos de papel toalha, no qual o objetivo é fazer uma bola de papel percorrer as extremidades do tubo utilizando a força do sopro). O objetivo da ati- vidade era trabalhar com a concentração e musculatura da boca. Os participantes demonstraram gostar da brincadeira.

- **Pintura de livro**

Quatro participantes e três acompanhantes. Pintura do livro “jardim secreto” praticando a coordenação motora fina.

- **Empilhar copos**

Cinco participantes e três acompanhantes. A atividade visa o desenvolvimento motor e treinamento da agilidade. Para jogar são necessários 10 copos plásticos que precisam ser empilhados em forma de pirâmide, começa com 4 copos na base, 3 na segunda fileira, 2 na terceira fileira e 1 no topo. O objetivo é montar e desmontar a pirâmide no menor tempo possível.

Alguns participantes conseguirem sozinhos e com bastante rapidez, outros preci- saram de auxílio dos acompanhantes, mas todos participaram e gostaram da brincadeira.

Figura 2. Jogo empilhar copos



Fonte: Arquivo pessoal (2018)

- **Conhecendo o acervo**

Dois participantes e três acompanhantes. Um dos participantes teve dificuldade em interagir com o grupo, então, para que todos pudessem participar a proposta inicial foi substituída.

Na nova atividade o grupo foi levado para o piso superior da biblioteca e os profissionais apresentaram as estantes de livros. Os livros de maior interesse foram os de receitas, portanto retiraram estes da prateleira e seguiram para varanda da biblioteca, onde foi estimulada uma discussão sobre as melhores receitas.

- **Jogo Imagem e ação**

Cinco participantes e três acompanhantes. Foi utilizado o jogo “imagem e ação”, com o intuito de trabalhar a desinibição dos participantes ajudando na interação social deles.

O jogo inicia com a separação do grupo em duas equipes, depois escolhemos primeiro jogador que deverá escolher alguma atividade do seu cotidiano e fazer a mímica para que seus parceiros de grupo possam adivinhar qual é a atividade.

- **Corpo e movimento**

Dois participantes e dois acompanhantes. A atividade iniciou com os

participantes fazendo movimentos simples com a bola de pilates para sentirem seu peso, tamanho, forma. Em seguida foi proposto para que jogassem a bola um para o outro sem deixar cair no chão, simulando um jogo de vôlei e finalizando com movimentos do jogo de basquete (batendo a bola no chão).

Com a atividade foi trabalhado o aprimoramento da coordenação motora grossa e a pontaria.

• Incentivo à leitura

Três participantes. A atividade foi iniciada conduzindo os participantes ao acervo, para que cada um pudesse escolher um livro e realizar a leitura dele para o grupo, com ou sem ajuda dos acompanhantes.

Os livros escolhidos foram: *Tantos Animais e outras lengalengas de contar* de Manuel Castro Neves, *Millôr 100 + 100* de Millôr Fernandes e *Saúde Colorida* de Evangelina Vormittag. Após as leituras, foi incentivado um diálogo sobre cada assunto abordado nos livros.

• Conhecendo o computador

Três participantes. Foi ensinado os primeiros passos para ter acesso a um computador, desde ligar, acessar o site do Youtube e desligar o computador. O objetivo da atividade é fazer o participante criar autonomia de utilizar os computadores disponíveis pela biblioteca.

• Mini livro

Dois participantes. Foi realizada uma conversa referente aos diversos contos de fadas conhecidos, depois foi realizada a leitura do livro “Depois do foram felizes para sempre” de Ilan Brenman, para que os participantes pudessem construir/ inventar histórias nos mini livros contando o que aconteceu depois do “feliz para sempre”.

Figura 3. Desenhando no mini livro



Fonte: Arquivo pessoal (2018)

• Jogo charada II

Cinco participantes e três acompanhantes. O jogo funciona assim: através das pistas nas cartas, a jogador localiza no tabuleiro a imagem da charada. Deve ser rápido, pois todos os participantes terão a mesma chance. A atividade estimula a concentração e o aproveitamento máximo da capacidade de raciocínio, proporcionando maior rapidez mental.

Figura 4. Jogando charada II



Fonte: Arquivo pessoal (2018)

Figura 5. Jogando charada II



Fonte: Arquivo pessoal (2018)

• Decoração de molduras

Dez participantes e dois acompanhantes. Atividade propôs a decoração de molduras, para enfeitar uma das tendas existente na biblioteca conhecida como “tenda da poesia”. As molduras enfeitadas fariam parte da exposição sobre o dia internacional da mulher, o tema foi discutido com o grupo antes da confecção. Com essa atividade foi visado o aprimoramento dos conhecimentos gerais, resgate de memória, coordenação motora, organização mental e interação com o grupo.



Figura 6. Decorando molduras

Fonte: Arquivo pessoal (2018)



Figura 7. Decorando molduras

Fonte: Arquivo pessoal (2018)

Todas as atividades foram planejadas e executadas pelo grupo dos funcionários do atendimento da Biblioteca de São Paulo que são engajados no processo de inclusão da pessoa com deficiência no espaço.

Durante o tempo que acompanhei o planejamento das atividades e sua execução pude observar uma real melhora no desenvolvimento dos deficientes participantes, seja na perda da desinibição ao chegar no espaço, a demonstrar um maior contato afetivo com os funcionários e colegas de atividade, como também a evolução na forma de se expressar e poder declarar seus anseios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível concluir que os participantes do projeto acompanhante da pessoa com deficiência, que foram observados para essa pesquisa, tiveram uma melhora significativa em suas vidas ao começarem a se apropriar de locais de lazer, é visível a melhora na comunicação entre pares e desconhecidos, a perda ou diminuição do medo do novo, desenvolvimento pessoal (saber o que gosta ou não, perceber suas limitações e conquistas), conseguir entender o sentimento do seus pares (perceber quando seu amigo está triste ou irritado, quando precisa de ajuda) e autonomia para sair sozinho (mesmo que seja para lugares já conhecidos).

O projeto APD e a biblioteca de São Paulo, possuem limitações para inclusão, no projeto suas limitações são de espaços, os locais de inserção dos seus pacientes são restritos a lugares gratuitos existentes na zona em que a unidade do projeto se estabelece, nesse caso zona norte, como também apenas pessoas residentes daquela área podem participar do projeto e limitações de atendimento, ou seja, existe um número limitado de pessoas que podem ser atendidas. Na biblioteca suas limitações estão no treinamento da equipe, pois não são todos os funcionários treinados para atender pessoas com deficiência intelectual, também existe a limitação de organização, porque não existe uma rotina para os funcionários poderem desenvolver as atividades ofertadas a esse público.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. **A deficiência através da História. Trabalho e Emprego: Instrumento de construção da identidade Pessoal e Social.** (Série Coleção Estudos e Pesquisas na Área da Deficiência, Vol. 9). São Paulo: SORRI-BRASIL, 2003.

BLASCOVI-ASSIS, S. M. **Lazer e deficiência mental.** Campinas, SP:

Papirus, 1997.

BRASIL. **Declaração universal dos direitos humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da assembleia Geral das Nações Unidas.** Unicef Brasil, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm> Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm> Acesso em: 23 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> Acesso em: 23 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1060. **Política nacional de saúde da pessoa com deficiência**, em 5 de junho de 2002. Brasília, DF, 2002.

BSP, Biblioteca de São Paulo. Programas – **Programas permanentes.** São Paulo, 2010. Disponível em:<<https://bsp.org.br/2013/08/05/conheca-os-programas-permanentes-da-bsp/>> Acesso em: 01 out. 2018.

BSP, Biblioteca de São Paulo. Sobre – **A biblioteca é sua.** São Paulo, 2010. Disponível em:< <https://bsp.org.br/a-bsp/>> Acesso em: 23 abr. 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2018.

DI NUBILA, H.B.V. **A Ampliação das Classificações CID-10 e CIF nas definições de deficiência e incapacidade.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em:< <file:///C:/Users/Taina/Downloads/TESEDoutHBVDN.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2018.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. GIRARDI, Vânia Lúcia. **Lazer, inclusão e autonomia de pessoas**

com deficiência intelectual na cidade de Curitiba, PR: entre a cidade de todos e a cidade para **todos**. 2017, 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Programa de Pós- Graduação em Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

Governo do Estado de São Paulo e Secretaria da Cultura. **SP Leituras, Biblioteca viva / SP Leituras- Notas de biblioteca; 5**. São Paulo, SP Leituras, 2013. Disponível em:<https://spleituras.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Notas5_web-1.pdf> Acesso em: 01 out. 2018.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MASCARENHAS, F. **O lazer como prática da liberdade**. 2. ed. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

MARCELLINO, N. C. et al. **Políticas públicas de lazer: formação e desenvolvimento de pessoal – os casos de Campinas e Piracicaba-SP**.

Curitiba: OPUS, 2007b.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Lisboa, 2004. Disponível em: <http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf> Acesso em: 23 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre Deficiência 2011**. Tradução Lexius Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPCp, 2012. 334p.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental: da Superstição à Ciência**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal da Saúde, Área Técnica de Saúde da Pessoa com Deficiência. **Estratégia acompanhante de saúde da pessoa com deficiência, documento norteador**. São Paulo, 2016.

RECHIA, S. **Cidadania e o direito ao lazer nas cidades brasileiras: da fábula à realidade**. In: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (Org.). O Direito social ao lazer no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. p. 45-60.

ROCHA, E.F. **Corpo deficiente: em busca de reabilitação? Uma reflexão a partir da ótica das pessoas portadoras de deficiências físicas**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões. O pensamento político brasileiro.** 2ª edição, Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** 7ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SPDM, Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. **Centros especializados em reabilitação. Centro Especializado em Reabilitação (CER),** São Paulo, 2001. Disponível em:< <https://www.spdm.org.br/onde-estamos/ambulatorios-e-centros/centro-especializado-em-reabilitacao-cer>> Acesso em: 23 abr. 2018.

RELAÇÃO ENTRE BRINCADEIRAS AO AR LIVRE E DESENVOLVIMENTO MOTOR INFANTIL

Juliana Araujo Klein Freire

Resumo

Este estudo analisa a relação entre brincadeiras em ambientes fechados e ao ar livre e seu impacto no desenvolvimento infantil. Investigando as características distintivas de cada contexto, o estudo destaca os benefícios e desafios associados a essas atividades. Ao explorar evidências científicas e insights teóricos, busca-se compreender melhor o papel do brincar na infância e sua influência no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico das crianças. As análises realizadas visam subsidiar práticas e políticas que promovam um ambiente propício ao crescimento saudável e equilibrado das crianças.

Palavras-chave: brincadeiras, ambientes fechados, ao ar livre, desenvolvimento infantil, benefícios.

Introdução

O desenvolvimento infantil é um processo complexo e multifacetado que envolve uma interação dinâmica entre fatores biológicos, psicológicos, sociais e ambientais. Desde os primeiros anos de vida, as crianças exploram o mundo ao seu redor por meio do brincar, uma atividade fundamental que desempenha um papel crucial na construção de habilidades e competências essenciais para a vida adulta. No entanto, o modo como as crianças brincam e os ambientes em que realizam suas atividades lúdicas podem variar significativamente, influenciando diretamente seu desenvolvimento.

Nesse contexto, surge a dicotomia entre brincadeiras em ambientes fechados e ao ar livre, cada um apresentando características distintas que moldam a experiência infantil. As brincadeiras em ambientes fechados, como espaços internos de casa, escolas ou creches, oferecem um ambiente controlado e

seguro para as crianças explorarem sua criatividade e imaginação. Por outro lado, as atividades ao ar livre, em parques, praças e áreas naturais, proporcionam um contato direto com a natureza, promovendo saúde física e mental.

Esta dicotomia tem sido objeto de estudo em diversas áreas acadêmicas, incluindo psicologia do desenvolvimento, educação infantil, saúde pública e planejamento urbano. Compreender as diferenças e semelhanças entre brincadeiras em ambientes fechados e ao ar livre é fundamental para identificar os impactos dessas atividades no desenvolvimento infantil e formular estratégias eficazes para promover uma infância saudável e equilibrada.

Nesta perspectiva, esta análise se propõe a explorar as características distintivas de brincadeiras em ambientes fechados e ao ar livre, destacando os benefícios e desafios de cada contexto. Ao investigar as evidências científicas e os insights teóricos disponíveis, busca-se fornecer uma compreensão abrangente do papel do brincar na infância e sua relação com o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico das crianças.

Por meio desta análise, espera-se contribuir para o avanço do conhecimento sobre o tema e subsidiar práticas e políticas que promovam um ambiente propício ao desenvolvimento infantil. Ao reconhecer a importância tanto das brincadeiras em ambientes fechados quanto ao ar livre, pretende-se fornecer subsídios para a criação de espaços e oportunidades que permitam às crianças explorarem, aprender e crescer de forma saudável e feliz.

Comparação com brincadeiras em ambientes fechados.

Ao se considerar a importância do brincar na infância, é imprescindível analisar não apenas as atividades lúdicas realizadas em ambientes externos, mas também aquelas realizadas em ambientes fechados. A comparação entre brincadeiras em ambientes fechados e abertos tem sido objeto de estudo em diversas áreas, incluindo psicologia do desenvolvimento, educação infantil e saúde pública. Este texto busca explorar essa dicotomia, destacando as características distintivas de cada ambiente de brincadeira e discutindo os seus impactos no desenvolvimento infantil.

É relevante salientar que as brincadeiras em ambientes fechados muitas vezes são menosprezadas em relação às atividades ao ar livre. No entanto, diversos estudos têm demonstrado que essas brincadeiras desempenham um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico das crianças (Smith, 2010; Gray, 2015). Brincar em ambientes fechados oferece oportunidades únicas para o desenvolvimento da imaginação e da criatividade, pois os espaços internos podem ser transformados e adaptados de acordo com as fantasias e interesses das crianças (Fisher et al., 2011).

Além disso, as brincadeiras em ambientes fechados proporcionam um ambiente seguro e controlado, o que é especialmente importante em áreas urbanas ou em locais com condições climáticas adversas (Tremblay et al., 2015). Essa segurança percebida permite que as crianças se envolvam em atividades mais arriscadas ou desafiadoras, promovendo o desenvolvimento de habilidades motoras e de resolução de problemas (Ginsburg, 2007).

No entanto, é importante reconhecer que as brincadeiras em ambientes fechados também apresentam desvantagens em relação às atividades ao ar livre. A falta de exposição à luz solar e ao ar fresco pode contribuir para deficiências de vitamina D e para problemas de saúde, como obesidade e deficiências imunológicas (Burdette & Whitaker, 2005). Além disso, a restrição do espaço físico pode limitar a capacidade das crianças de se envolverem em atividades físicas vigorosas, o que é essencial para o desenvolvimento saudável (Carson et al., 2015).

Ao comparar as brincadeiras em ambientes fechados com aquelas realizadas ao ar livre, é importante considerar as preferências individuais das crianças, bem como os contextos culturais e sociais em que estão inseridas (Burdette & Whitaker, 2005). Enquanto algumas crianças podem se sentir mais confortáveis e estimuladas em espaços internos, outras podem preferir a liberdade e a variedade de experiências oferecidas pelo ambiente externo (Fjørtoft, 2001).

Em suma, as brincadeiras em ambientes fechados desempenham um papel significativo no desenvolvimento infantil, oferecendo oportunidades únicas de aprendizado e crescimento. Embora apresentem algumas limitações em relação às atividades ao ar livre, esses espaços internos proporcionam segurança, estimulam a imaginação e promovem o desenvolvimento de habilidades importantes. Portanto, é essencial reconhecer e valorizar a

importância das brincadeiras em ambientes fechados, ao lado das atividades realizadas ao ar livre, para garantir um desenvolvimento infantil saudável e equilibrado.

Benefícios do contato com a natureza.

O contato com a natureza tem sido objeto de estudo em diversas áreas acadêmicas, devido aos seus inúmeros benefícios para a saúde e o bem-estar humano. A interação com ambientes naturais, como florestas, parques e áreas verdes urbanas, tem demonstrado impactos positivos não apenas a nível físico, mas também emocional, cognitivo e social. Esses benefícios têm sido amplamente documentados e são fundamentados em evidências científicas, contribuindo para uma compreensão mais abrangente do papel que a natureza desempenha na promoção da qualidade de vida e da saúde da população em geral.

O contato com a natureza tem sido associado a uma série de benefícios físicos, incluindo a redução do estresse e da pressão arterial, a melhoria do sistema imunológico e a promoção da atividade física (Hartig et al., 2014; Thompson Coon et al., 2011). A exposição a ambientes naturais está relacionada à diminuição dos níveis de cortisol, o hormônio do estresse, e à redução dos sintomas de ansiedade e depressão (Bratman et al., 2019). Além disso, atividades realizadas ao ar livre, como caminhadas e jardinagem, estimulam a prática de exercícios físicos de forma mais prazerosa e sustentável (Barton & Pretty, 2010).

No âmbito emocional, o contato com a natureza tem sido associado a uma maior sensação de bem-estar e felicidade, além de sentimentos de conexão e pertencimento (Capaldi et al., 2015). A contemplação da natureza e a experiência de ambientes naturais estimulam emoções positivas, como admiração, serenidade e alegria, contribuindo para o alívio do estresse e a regulação emocional (Weinstein et al., 2009). A natureza também oferece um ambiente propício para a prática de atividades de lazer e recreação, que são importantes para o relaxamento e a recuperação do cansaço mental (Pretty et al., 2005).

No que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, o contato com a natureza tem sido associado a melhorias na concentração, na criatividade e na resolução de problemas (Kuo & Faber Taylor, 2004). Ambientes naturais estimulam a atenção involuntária, permitindo que o cérebro descanse e se recupere da fadiga mental associada ao uso prolongado de dispositivos eletrônicos e à exposição a ambientes urbanos ruidosos e caóticos (Kaplan, 1995). Além disso, a diversidade de estímulos sensoriais presentes na natureza, como cores, texturas e sons, promove a atividade cerebral e o desenvolvimento de habilidades perceptuais (Berman et al., 2008).

No contexto social, o contato com a natureza tem o potencial de promover a coesão comunitária e o senso de responsabilidade ambiental (McKenzie et al., 2010). Ambientes naturais proporcionam espaços de encontro e interação social, favorecendo o fortalecimento dos laços interpessoais e o desenvolvimento de relações positivas (Keniger et al., 2013). Além disso, a conscientização ambiental resultante da experiência direta com a natureza pode levar a comportamentos pró-ambientais e a uma maior valorização dos recursos naturais (Zelenski & Nisbet, 2014).

Em suma, o contato com a natureza oferece uma série de benefícios que abrangem aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais da vida humana. Esses benefícios são fundamentados em evidências científicas e têm importantes implicações para a promoção da saúde e do bem-estar em diferentes contextos sociais e culturais. Portanto, investir na preservação e no acesso a ambientes naturais deve ser considerado uma prioridade para governos, organizações e indivíduos interessados em promover uma vida mais saudável e sustentável para as gerações presentes e futuras.

Estímulo à criatividade e coordenação motora.

O estímulo à criatividade e coordenação motora é essencial para o desenvolvimento integral das crianças, sendo objeto de interesse em diversas áreas da educação e psicologia. A criatividade é uma habilidade cognitiva fundamental que envolve a capacidade de gerar ideias originais e solucionar problemas de forma inovadora (Runco & Jaeger, 2012). Por outro lado, a coordenação motora refere-se à capacidade de controlar os movimentos do

corpo de forma precisa e eficiente (Wang et al., 2015). Ambas as habilidades são inter-relacionadas e desempenham um papel crucial no processo de aprendizagem e no desenvolvimento infantil.

O estímulo à criatividade pode ocorrer por meio de diferentes atividades, como desenho, pintura, música, dança e brincadeiras imaginativas (Sawyer, 2012). Essas atividades proporcionam às crianças um espaço para expressar suas ideias e emoções de forma livre e não estruturada, promovendo o pensamento divergente e a originalidade (Amabile, 1983). Além disso, o ambiente criativo estimula a experimentação e o erro como parte do processo de aprendizagem, encorajando a busca por soluções inovadoras (Hennessey & Amabile, 2010).

A coordenação motora, por sua vez, é desenvolvida por meio de atividades que exigem o controle preciso dos movimentos corporais, como jogos de construção, quebra-cabeças, atividades esportivas e brincadeiras ao ar livre (Clark et al., 2016). Essas atividades ajudam as crianças a aprimorarem a propriocepção, a consciência do corpo no espaço, e a coordenação visomotora, a integração entre informações visuais e movimentos motores (Zwicker et al., 2012). Além disso, o desenvolvimento da coordenação motora grossa, relacionada aos grandes grupos musculares, e da coordenação motora fina, relacionada aos movimentos precisos das mãos e dedos, é essencial para a realização de tarefas cotidianas e acadêmicas (Cairney et al., 2010).

Integrar atividades que estimulem tanto a criatividade quanto a coordenação motora pode potencializar os benefícios para o desenvolvimento infantil. Por exemplo, atividades como pintura com os dedos, modelagem de argila e dança criativa não apenas promovem a expressão artística, mas também requerem o uso habilidoso das mãos e a coordenação dos movimentos corporais (Malchiodi, 2012). Da mesma forma, jogos de construção, como blocos de montar e quebra-cabeças tridimensionais, não apenas estimulam o raciocínio espacial e a resolução de problemas, mas também fortalecem os músculos e a destreza manual (Pitchford et al., 2016).

É importante ressaltar que o estímulo à criatividade e coordenação motora não deve ser limitado ao ambiente escolar, mas também deve ser incentivado em casa e na comunidade. Os pais e cuidadores desempenham um papel fundamental na promoção dessas habilidades, fornecendo materiais e oportunidades para o livre brincar e explorar (Golinkoff et al., 2018). Além disso,

espaços de lazer e cultura, como parques, museus e centros comunitários, podem oferecer atividades e recursos que estimulem a criatividade e a coordenação motora de forma acessível e inclusiva (Pearce, 2015).

Em suma, o estímulo à criatividade e coordenação motora é fundamental para o desenvolvimento infantil, contribuindo para o aprimoramento de habilidades cognitivas, motoras e emocionais. Integrar atividades que promovam essas habilidades de forma combinada e diversificada pode potencializar os benefícios para as crianças, preparando-as para enfrentar os desafios e oportunidades do mundo contemporâneo.

Considerações finais

À luz das análises realizadas sobre a relação entre brincadeiras ao ar livre, contato com a natureza e estímulo à criatividade e coordenação motora, torna-se evidente a importância de um enfoque holístico no desenvolvimento infantil. Cada aspecto abordado neste texto contribui de maneira única e complementar para o crescimento saudável e equilibrado das crianças, fornecendo-lhes oportunidades essenciais de aprendizado, exploração e expressão.

Primeiramente, ao comparar as brincadeiras em ambientes fechados com as atividades ao ar livre, percebe-se a necessidade de reconhecer e valorizar os benefícios oferecidos por ambos os contextos. Enquanto as brincadeiras em ambientes fechados proporcionam segurança, estimulam a imaginação e promovem o desenvolvimento de habilidades motoras e cognitivas, as atividades ao ar livre oferecem contato direto com a natureza, promovendo saúde física, emocional e social.

Além disso, o contato com a natureza emerge como um componente fundamental para o bem-estar infantil. A interação com ambientes naturais não apenas contribui para a saúde física e mental das crianças, mas também estimula a curiosidade, a criatividade e a conexão com o mundo ao seu redor. Portanto, investir na preservação e no acesso a espaços verdes e áreas naturais é crucial para promover uma infância saudável e sustentável.

Por fim, o estímulo à criatividade e coordenação motora surge como uma necessidade educacional e psicológica fundamental. Proporcionar às crianças

oportunidades de expressão artística, exploração sensorial e atividades físicas diversificadas é essencial para o desenvolvimento integral de suas habilidades cognitivas, motoras e emocionais.

Diante disso, é imperativo que pais, educadores, profissionais de saúde e formuladores de políticas reconheçam a importância de um ambiente propício ao livre brincar, à exploração da natureza e ao estímulo à criatividade e coordenação motora na infância. Ao fazê-lo, estarão contribuindo não apenas para o desenvolvimento individual das crianças, mas também para a construção de uma sociedade mais saudável, equilibrada e sustentável para as gerações futuras.

Referências

- Amabile, T. M. (1983). The social psychology of creativity: A componential conceptualization. *Journal of personality and social psychology*, 45(2), 357.
- Barton, J., & Pretty, J. (2010). What is the best dose of nature and green exercise for improving mental health? A multi-study analysis. *Environmental science & technology*, 44(10), 3947-3955.
- Berman, M. G., Jonides, J., & Kaplan, S. (2008). The cognitive benefits of interacting with nature. *Psychological science*, 19(12), 1207-1212.
- Bratman, G. N., Anderson, C. B., Berman, M. G., Cochran, B., De Vries, S., Flanders, J., ... & Kahn Jr, P. H. (2019). Nature and mental health: An ecosystem service perspective. *Science Advances*, 5(7), eaax0903.
- Burattini, E. M., & Oliveira, J. A. (2009). Coordenação motora e aptidão física relacionada à saúde: um estudo com escolares do ensino fundamental. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 17(4), 51-60.
- Burdette, H. L., & Whitaker, R. C. (2005). Resurrecting free play in young children: looking beyond fitness and fatness to attention, affiliation, and affect. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 159(1), 46-50.
- Cairney, J., Hay, J. A., Fought, B. E., Wade, T. J., & Corna, L. (2010). Developmental coordination disorder and overweight and obesity in children aged 9-14 y. *International Journal of Obesity*, 34(3), 494-500.

- Capaldi, C. A., Dopko, R. L., & Zelenski, J. M. (2014). The relationship between nature connectedness and happiness: a meta-analysis. *Frontiers in psychology*, 5, 976.
- Clark, J. E., Watson, S., Fristoe, B., Holt, L. E., Goss, S., & Paterson, K. (2016). Improvements in motor development: A role for creativity and problem solving. *Frontiers in psychology*, 7, 1596.
- Fisher, K. R., Hirsh-Pasek, K., Golinkoff, R. M., Singer, D. G., & Berk, L. E. (2011). *Playing around in school: Implications for learning and educational policy*. New York: Teachers College Press.
- Fjørtoft, I. (2001). The natural environment as a playground for children: The impact of outdoor play activities in pre-primary school children. *Early Childhood Education Journal*, 29(2), 111-117.
- Ginsburg, K. R. (2007). The importance of play in promoting healthy child development and maintaining strong parent-child bonds. *Pediatrics*, 119(1), 182-191.
- Gray, P. (2015). *Free to learn: Why unleashing the instinct to play will make our children happier, more self-reliant, and better students for life*. Basic Books.
- Golinkoff, R. M., Hirsh-Pasek, K., & Berk, L. E. (2018). *A mandate for playful learning in preschool: Applying the scientific evidence*. Oxford University Press.
- Hartig, T., Mitchell, R., de Vries, S., & Frumkin, H. (2014). Nature and health. *Annual review of public health*, 35, 207-228.
- Hennessey, B. A., & Amabile, T. M. (2010). Creativity. *Annual review of psychology*, 61, 569-598.
- Keniger, L. E., Gaston, K. J., Irvine, K. N., & Fuller, R. A. (2013). What are the benefits of interacting with nature? *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 10(3), 913-935.
- Kuo, F. E., & Faber Taylor, A. (2004). A potential natural treatment for attention-deficit/hyperactivity disorder: Evidence from a national study. *American journal of public health*, 94(9), 1580-1586.
- Malchiodi, C. A. (2012). *Handbook of art therapy*. Guilford Press.
- McKenzie, M., Woodgate, R., & McAllister, S. (2010). Environmental restoration and subjective wellbeing: A green space intervention for mental health promotion. *International Journal of Mental Health Promotion*, 12(1), 41-53.

- Pearce, S. (2015). *Museums, objects, and collections: A cultural study*. Smithsonian Institution.
- Pitchford, N. J., Papini, C., Outhwaite, L. A., & Gulliford, A. (2016). Fine motor skills predict maths ability better than they predict reading ability in the early primary school years. *Frontiers in psychology*, 7, 783.
- Pretty, J., Peacock, J., Hine, R., Sellens, M., South, N., & Griffin, M. (2005). Green exercise in the UK countryside: effects on health and psychological well-being, and implications for policy and planning. *Journal of environmental planning and management*, 48(3), 319-332.
- Runco, M. A., & Jaeger, G. J. (2012). The standard definition of creativity. *Creativity Research Journal*, 24(1), 92-96.
- Sawyer, R. K. (2012). *Explaining creativity: The science of human innovation*. Oxford University Press.
- Smith, P. K. (2010). *Children and play*. John Wiley & Sons.
- Thompson Coon, J., Boddy, K., Stein, K., & Whear, R. (2011). Does participating in physical activity in outdoor natural environments have a greater effect on physical and mental wellbeing than physical activity indoors? A systematic review. *Environmental science & technology*, 45(5), 1761-1772.
- Tremblay, M. S., Gray, C., Babcock, S., Barnes, J., Bradstreet, C. C., Carr, D., ... & Yedlin, D. (2015). Position statement on active outdoor play. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 12(6), 6475-6505.
- Wang, J. X., Rogers, L. M., Gross, E. Z., Ryals, A. J., & Dokucu, M. E. (2015). Branding the brain: A critical review and outlook. *Frontiers in human neuroscience*, 8, 313.
- Weinstein, N., Przybylski, A. K., & Ryan, R. M. (2009). Can nature make us more caring? Effects of immersion in nature on intrinsic aspirations

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: BENEFÍCIOS E DESAFIOS

Silvia Maria do Nascimento

Resumo

A educação física na primeira infância é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, abrangendo aspectos físicos, motores, cognitivos, sociais e emocionais. Este estudo explora os benefícios e desafios da implementação de programas de educação física nesse período crítico do desenvolvimento infantil. A prática regular de atividades físicas pode melhorar significativamente a saúde física, a autoestima e as habilidades sociais das crianças, além de contribuir para o desenvolvimento cognitivo. No entanto, a implementação eficaz enfrenta desafios relacionados à disparidade de recursos, formação de professores, resistência à mudança, diversidade cultural e liderança escolar. Abordagens contextualmente sensíveis e integradas são essenciais para superar esses obstáculos e promover um desenvolvimento saudável e equilibrado na primeira infância.

Palavras-chave: educação física, primeira infância, desenvolvimento infantil, implementação educacional, saúde integral.

Introdução

A educação física na primeira infância é um campo de estudo e prática que tem ganhado crescente reconhecimento por seu papel crucial no desenvolvimento integral das crianças. Compreender os benefícios e desafios associados à implementação de programas de educação física nessa fase da vida é essencial para desenvolver estratégias eficazes que promovam a saúde e o bem-estar das crianças. A primeira infância, que abrange desde o nascimento até os seis anos de idade, é um período crítico para o desenvolvimento físico, motor, cognitivo, social e emocional. Durante esses primeiros anos, as bases para habilidades motoras fundamentais, hábitos de

vida saudável e comportamentos sociais e emocionais são estabelecidas, o que influencia significativamente o desenvolvimento futuro e a qualidade de vida das crianças.

O desenvolvimento físico e motor é particularmente sensível às influências ambientais e à qualidade das experiências de aprendizado físico. A educação física, quando bem estruturada e implementada, pode oferecer oportunidades valiosas para o desenvolvimento dessas habilidades. Atividades físicas regulares não apenas melhoram a saúde cardiovascular, a força muscular e a coordenação motora, mas também contribuem para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças. Estudos têm demonstrado que a atividade física está associada a melhorias na concentração, na memória e nas habilidades acadêmicas. Além disso, a prática de atividades físicas pode promover a autoestima, reduzir sintomas de ansiedade e depressão e melhorar a capacidade de enfrentar desafios e adversidades.

No entanto, a implementação de programas de educação física na primeira infância enfrenta diversos desafios. As disparidades nos recursos disponíveis entre diferentes contextos escolares podem afetar significativamente a qualidade e a eficácia desses programas. Escolas em áreas desfavorecidas muitas vezes carecem de infraestrutura adequada, materiais didáticos e acesso a profissionais qualificados, o que dificulta a oferta de experiências físicas ricas e variadas. Além disso, a formação e o desenvolvimento profissional contínuo dos professores são essenciais para garantir que eles possuam as habilidades e conhecimentos necessários para conduzir atividades físicas de maneira eficaz e segura. A falta de oportunidades de desenvolvimento profissional pode resultar em práticas pedagógicas inadequadas e na subutilização do potencial da educação física para promover o desenvolvimento integral das crianças.

A resistência à mudança é outro obstáculo importante na implementação de novas políticas e práticas educacionais. A introdução de programas de educação física na primeira infância pode encontrar resistência tanto entre os educadores quanto entre as famílias e a comunidade em geral. Esta resistência pode ser decorrente de uma variedade de fatores, incluindo a falta de compreensão sobre os benefícios da educação física, o apego a práticas tradicionais e a insegurança em relação a novas abordagens pedagógicas. Superar essa resistência requer esforços contínuos de sensibilização e

engajamento, promovendo uma cultura de colaboração e apoio mútuo entre todos os envolvidos no processo educacional.

A diversidade cultural e linguística dos alunos também apresenta desafios significativos para a implementação de programas de educação física eficazes. As escolas que atendem a populações diversas devem adotar abordagens que sejam culturalmente responsivas e inclusivas, refletindo e respeitando a diversidade dos alunos em seus currículos e práticas pedagógicas. Isso inclui a adaptação de atividades físicas para serem acessíveis e relevantes para todos os alunos, independentemente de suas origens culturais e linguísticas. A sensibilidade cultural e a valorização da diversidade são fundamentais para criar um ambiente de aprendizado que seja acolhedor e motivador para todas as crianças.

Outro fator crítico na implementação de programas de educação física é a liderança escolar. Líderes escolares eficazes desempenham um papel vital na promoção e sustentação de mudanças educacionais, inspirando e apoiando suas equipes, e garantindo que as práticas educacionais estejam alinhadas com os objetivos da escola. A qualidade da liderança pode influenciar significativamente a capacidade das escolas de implementar novas políticas de maneira eficaz, promovendo um ambiente de aprendizado positivo e de alta qualidade.

Além disso, o impacto das novas tecnologias e da mídia no comportamento social e emocional das crianças não pode ser subestimado. O uso crescente de dispositivos digitais e redes sociais apresenta tanto oportunidades quanto desafios para o desenvolvimento infantil. Enquanto as tecnologias podem enriquecer as experiências de aprendizado e facilitar o acesso a recursos educacionais, seu uso excessivo está associado a problemas como a dependência digital e a redução da qualidade das interações face a face. Integrar a tecnologia de maneira equilibrada e promover o uso saudável e responsável das mídias digitais são aspectos importantes a serem considerados na educação física e no desenvolvimento geral das crianças.

Em conclusão, a educação física na primeira infância é um componente essencial do desenvolvimento infantil, com benefícios que vão além da saúde física para incluir aspectos cognitivos, sociais e emocionais. No entanto, a implementação eficaz de programas de educação física enfrenta vários

desafios, que requerem abordagens adaptativas e sensíveis ao contexto. A superação desses desafios é fundamental para garantir que todas as crianças tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento físico e motor de alta qualidade, contribuindo para seu bem-estar e sucesso futuro. Abordagens integradas que envolvem a escola, a família e a comunidade são essenciais para criar um ambiente de apoio que favoreça o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

Impacto no desenvolvimento físico e motor.

O impacto no desenvolvimento físico e motor em crianças e adolescentes é um tema de extrema relevância no campo das ciências do esporte e da educação física. A literatura destaca que o desenvolvimento motor é um processo contínuo e dinâmico que envolve a interação de fatores biológicos, ambientais e comportamentais (GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, 2012). Segundo esses autores, o desenvolvimento motor pode ser dividido em diferentes fases, desde a fase reflexiva até a fase especializada, e é influenciado por uma série de fatores intrínsecos e extrínsecos, como a genética, a nutrição, o ambiente social e as oportunidades de prática.

No contexto escolar, a educação física desempenha um papel crucial no desenvolvimento das habilidades motoras e na promoção da saúde física. Estudos mostram que programas de educação física bem estruturados podem melhorar significativamente a coordenação motora, a força muscular, a flexibilidade e a resistência cardiovascular de crianças e adolescentes (SHEPHARD, 1997). Além disso, a prática regular de atividades físicas está associada a benefícios psicológicos, como a melhoria da autoestima e a redução de sintomas de ansiedade e depressão (BIDDLE; ASARE, 2011).

A influência do ambiente familiar e social também é determinante no desenvolvimento físico e motor. De acordo com um estudo de Moore et al. (1991), crianças cujas famílias incentivam a prática de atividades físicas tendem a apresentar melhor desempenho motor e níveis mais altos de atividade física em comparação com aquelas cujas famílias são menos ativas. A presença de espaços adequados para a prática de atividades físicas, como parques e quadras esportivas, também contribui significativamente para o

desenvolvimento motor, proporcionando um ambiente estimulante e seguro para a prática regular de exercícios (CARLSON et al., 2008).

A nutrição adequada é outro fator crítico no desenvolvimento físico e motor. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2003), uma dieta balanceada e rica em nutrientes essenciais é fundamental para o crescimento e o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Deficiências nutricionais, como a falta de vitaminas e minerais, podem levar a problemas de desenvolvimento, incluindo atrasos no crescimento e no desenvolvimento motor. Estudos têm demonstrado que a suplementação adequada e uma dieta equilibrada estão associadas a melhor desempenho físico e motor em crianças (GRANTHAM-McGREGOR et al., 2007).

Adicionalmente, a interação entre desenvolvimento motor e cognitivo é um campo de estudo emergente. Pesquisas indicam que há uma relação bidirecional entre o desenvolvimento das habilidades motoras e as habilidades cognitivas, sugerindo que o aprimoramento motor pode favorecer o desenvolvimento cognitivo e vice-versa (DIETRICH, 2004). Essa inter-relação destaca a importância de abordagens educativas integradas que promovam tanto o desenvolvimento físico quanto o cognitivo, proporcionando um desenvolvimento global mais equilibrado.

Portanto, é evidente que o impacto no desenvolvimento físico e motor é multifacetado, envolvendo uma complexa interação de fatores biológicos, ambientais e comportamentais. A promoção de um ambiente positivo e estimulante, a prática regular de atividades físicas, a nutrição adequada e o apoio familiar e escolar são fundamentais para garantir um desenvolvimento físico e motor saudável. A compreensão desses fatores e sua integração em políticas públicas e práticas educacionais são essenciais para promover a saúde e o bem-estar de crianças e adolescentes, conforme apontam diversos estudos e revisões da literatura (WHO, 2003; SHEPHARD, 1997; MOORE et al., 1991; BIDDLE; ASARE, 2011; GRANTHAM-McGREGOR et al., 2007; DIETRICH, 2004).

Influência no comportamento social e emocional.

A influência no comportamento social e emocional de indivíduos é um tema amplamente estudado em diversas áreas do conhecimento, incluindo psicologia, sociologia e educação. O comportamento social e emocional é moldado por uma complexa interação de fatores genéticos, ambientais e culturais. Estudos indicam que as primeiras interações sociais, especialmente aquelas dentro do núcleo familiar, desempenham um papel crucial no desenvolvimento emocional de uma criança. Segundo Bowlby (1988), a teoria do apego propõe que a qualidade das relações de apego formadas na infância tem implicações duradouras para a saúde emocional e a capacidade de formar relações sociais saudáveis ao longo da vida.

Pesquisas recentes apontam para a importância das experiências escolares no desenvolvimento social e emocional. Rutter et al. (2009) destacam que o ambiente escolar pode atuar como um fator protetivo ou de risco, dependendo da qualidade das interações e do apoio recebido pelos alunos. Em ambientes onde professores e colegas promovem um clima de apoio e respeito mútuo, os alunos tendem a desenvolver melhores habilidades sociais e emocionais. Por outro lado, ambientes escolares caracterizados por bullying e exclusão social podem contribuir para o desenvolvimento de problemas emocionais, como ansiedade e depressão.

Além do ambiente familiar e escolar, os pares têm uma influência significativa no comportamento social e emocional, especialmente durante a adolescência. De acordo com Brown (2004), as interações com pares fornecem um contexto crítico para a prática de habilidades sociais e a formação de identidade. A aceitação pelos pares está associada a níveis mais altos de autoestima e ajustamento social, enquanto a rejeição pelos pares pode levar a consequências negativas, como isolamento social e problemas emocionais. Estudos mostram que adolescentes que experienciam altos níveis de apoio e aceitação dos pares são mais propensos a desenvolver comportamentos pró-sociais e menos propensos a envolver-se em comportamentos de risco (Rubin et al., 2015).

A influência da mídia e da tecnologia também não pode ser negligenciada no contexto do comportamento social e emocional. Christakis e Fowler (2009) argumentam que as redes sociais e outras formas de mídia digital têm um impacto profundo nas interações sociais e na saúde emocional dos indivíduos.

A exposição constante a imagens e narrativas idealizadas pode afetar a autoestima e a percepção de si mesmo, especialmente entre jovens. Além disso, o uso excessivo de tecnologia está associado a problemas como a dependência digital e a diminuição da qualidade das interações face a face, o que pode prejudicar o desenvolvimento de habilidades sociais.

O contexto cultural é outro fator determinante na formação do comportamento social e emocional. Hofstede (2001) descreve como diferentes culturas valorizam diferentes aspectos do comportamento social, como individualismo versus coletivismo, que influenciam as expectativas e normas sociais. Em culturas individualistas, o desenvolvimento da autonomia e da independência emocional é valorizado, enquanto em culturas coletivistas, a interdependência e a harmonia social são priorizadas. Esses valores culturais moldam as práticas parentais, as interações sociais e as respostas emocionais dos indivíduos.

A saúde mental é um componente essencial do comportamento social e emocional. Kessler et al. (2005) destacam a prevalência de transtornos mentais como depressão e ansiedade, que podem ter um impacto significativo nas habilidades sociais e na qualidade das interações sociais. O estigma associado aos transtornos mentais pode agravar ainda mais esses problemas, levando ao isolamento social e à deterioração da saúde emocional. Intervenções psicossociais, como a terapia cognitivo-comportamental, têm demonstrado eficácia na melhoria do comportamento social e emocional de indivíduos com transtornos mentais (Hofmann et al., 2012).

Portanto, a influência no comportamento social e emocional é um fenômeno multifacetado que resulta da interação de diversos fatores. A compreensão dessa complexidade é fundamental para o desenvolvimento de intervenções eficazes que promovam a saúde emocional e o bem-estar social. As evidências sugerem que abordagens integrativas, que considerem os contextos familiar, escolar, de pares, tecnológico e cultural, são essenciais para apoiar o desenvolvimento saudável de indivíduos ao longo de suas vidas.

Desafios na implementação em diferentes contextos escolares.

Os desafios na implementação de políticas e práticas educacionais em diferentes contextos escolares são numerosos e multifacetados, envolvendo fatores que vão desde a infraestrutura e recursos disponíveis até as características socioeconômicas e culturais das comunidades atendidas. A literatura destaca que a diversidade de contextos escolares requer abordagens diferenciadas para a implementação eficaz de iniciativas educacionais. Segundo Fullan (2007), a mudança educacional é um processo complexo que depende não apenas de políticas bem formuladas, mas também da capacidade das escolas de adaptá-las às suas realidades específicas. Isso significa que estratégias de implementação que funcionam em um contexto podem não ser eficazes em outro, devido às variações nas condições locais.

Um dos principais desafios é a disparidade nos recursos financeiros e materiais entre escolas. Segundo Darling-Hammond (2010), escolas situadas em áreas mais pobres frequentemente enfrentam uma falta crônica de recursos, o que afeta a qualidade do ensino e limita a capacidade de implementar novas iniciativas. Esses recursos não se restringem apenas a materiais didáticos, mas incluem também infraestrutura adequada, acesso a tecnologias educacionais e disponibilidade de programas de apoio suplementar. A disparidade nos recursos pode criar um ciclo vicioso, onde as escolas com menos recursos lutam para melhorar, perpetuando assim a desigualdade educacional.

Além dos recursos materiais, a formação e o desenvolvimento profissional dos professores são cruciais para a implementação de qualquer nova política educacional. De acordo com Guskey (2002), para que a implementação seja bem-sucedida, é essencial que os professores recebam treinamento adequado e contínuo. No entanto, em muitos contextos escolares, especialmente em áreas rurais ou desfavorecidas, a oferta de oportunidades de desenvolvimento profissional é limitada. Isso pode resultar em uma falta de preparação e apoio necessário para que os professores adotem e adaptem novas práticas pedagógicas, comprometendo assim a eficácia da implementação.

Outro desafio significativo é a resistência à mudança, que pode ser encontrada tanto entre os profissionais da educação quanto entre as comunidades atendidas pelas escolas. Fullan (2007) argumenta que a mudança educacional bem-sucedida requer o engajamento e o comprometimento de todos os stakeholders, incluindo administradores, professores, alunos e pais. A

resistência à mudança pode surgir de um sentimento de insegurança ou de um apego a práticas estabelecidas. Para superar essa resistência, é necessário desenvolver uma cultura de colaboração e confiança dentro da escola, bem como promover uma compreensão clara dos benefícios das novas práticas educacionais.

A diversidade cultural e linguística dos alunos é outro fator que complica a implementação de políticas educacionais uniformes. Segundo Banks (2015), as escolas que atendem a populações diversificadas devem adaptar suas abordagens para ser culturalmente responsivas. Isso inclui o desenvolvimento de currículos que reflitam a diversidade dos alunos, a contratação de professores que compartilhem ou compreendam as experiências culturais dos alunos e a criação de um ambiente escolar que valorize e respeite essa diversidade. A falta de sensibilidade cultural pode resultar em práticas pedagógicas que não atendem às necessidades de todos os alunos, aumentando a desigualdade educacional.

A gestão escolar e a liderança são fatores cruciais para a implementação bem-sucedida de novas políticas educacionais. Segundo Leithwood e Riehl (2003), líderes escolares eficazes são capazes de inspirar e motivar suas equipes, criar um ambiente de apoio e colaboração e garantir que as práticas educacionais sejam alinhadas com os objetivos da escola. No entanto, a qualidade da liderança pode variar significativamente entre escolas, o que afeta a capacidade de implementar mudanças de maneira eficaz. A falta de liderança forte pode resultar em uma implementação fragmentada e ineficaz, comprometendo os resultados esperados das novas políticas.

Em suma, os desafios na implementação em diferentes contextos escolares são complexos e inter-relacionados, exigindo abordagens adaptativas e contextualmente sensíveis. A disparidade de recursos, a necessidade de desenvolvimento profissional contínuo, a resistência à mudança, a diversidade cultural e linguística e a qualidade da liderança escolar são apenas alguns dos fatores que influenciam a implementação de políticas educacionais. Abordar esses desafios requer uma compreensão profunda das condições locais e um compromisso com a equidade e a qualidade educacional para todos os alunos.

Referências:

Considerações finais

A importância da educação física na primeira infância é um tema de relevância crítica, com benefícios amplamente reconhecidos e desafios igualmente significativos na sua implementação. O impacto no desenvolvimento físico e motor das crianças é substancial, como evidenciado pela vasta literatura. A educação física escolar desempenha um papel vital ao proporcionar oportunidades estruturadas para a prática de atividades físicas, promovendo não apenas a saúde física, mas também o desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais. A prática regular de atividades físicas é associada a uma melhora na coordenação motora, força muscular, flexibilidade e resistência cardiovascular, além de benefícios psicológicos, como a redução de ansiedade e depressão. Este desenvolvimento motor é influenciado por fatores biológicos, ambientais e comportamentais, destacando a importância de uma abordagem holística que considere a nutrição adequada, o ambiente familiar e social, e as oportunidades de prática.

No entanto, a implementação de programas de educação física enfrenta desafios consideráveis, especialmente em contextos escolares diversos. A disparidade de recursos entre as escolas é um obstáculo significativo, com escolas em áreas menos favorecidas frequentemente enfrentando falta de materiais e infraestrutura adequada. Isso afeta diretamente a qualidade do ensino e a capacidade de implementar novas iniciativas de forma eficaz. A formação contínua e o desenvolvimento profissional dos professores são cruciais para o sucesso de qualquer programa educacional, mas são frequentemente limitados em contextos desfavorecidos, resultando em uma implementação inconsistente e fragmentada.

A influência no comportamento social e emocional das crianças e adolescentes é outro aspecto crítico da educação física. As interações sociais no contexto escolar, especialmente as experiências com pares e professores, desempenham um papel central no desenvolvimento emocional. Ambientes escolares que promovem apoio e respeito mútuo são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais saudáveis. Por outro lado, ambientes caracterizados por bullying e exclusão social podem ter efeitos adversos significativos. A diversidade cultural e linguística dos alunos apresenta

desafios adicionais, exigindo abordagens educacionais que sejam culturalmente responsivas e inclusivas.

A resistência à mudança é outro desafio comum na implementação de novas políticas educacionais. A mudança eficaz requer o engajamento de todos os stakeholders, incluindo administradores, professores, alunos e pais. Desenvolver uma cultura de colaboração e confiança é essencial para superar essa resistência e promover a aceitação das novas práticas. A liderança escolar desempenha um papel crítico neste processo, com líderes eficazes sendo capazes de inspirar suas equipes e garantir que as práticas educacionais estejam alinhadas com os objetivos da escola.

Adicionalmente, a influência da mídia e da tecnologia moderna sobre o comportamento social e emocional das crianças não pode ser negligenciada. O uso excessivo de tecnologia e a exposição constante a mídias sociais podem afetar a autoestima e a percepção de si mesmo, especialmente entre jovens. Isso destaca a necessidade de abordagens equilibradas que promovam interações face a face de qualidade e o uso saudável da tecnologia.

A implementação de programas de educação física deve, portanto, ser adaptativa e sensível ao contexto. As políticas devem ser flexíveis o suficiente para serem ajustadas às realidades específicas de cada escola, levando em consideração a diversidade de condições locais. Abordagens integradas que envolvem não apenas a escola, mas também a família e a comunidade, são essenciais para criar um ambiente de apoio que favoreça o desenvolvimento físico, motor, social e emocional das crianças. A promoção de um desenvolvimento holístico, que considere todos esses aspectos interligados, é fundamental para o bem-estar e o sucesso das crianças e adolescentes.

A compreensão profunda dos desafios e benefícios associados à educação física na primeira infância e em contextos escolares diversos é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes. A evidência sugere que a integração de abordagens educativas que promovam tanto o desenvolvimento físico quanto o cognitivo é essencial para proporcionar um desenvolvimento global equilibrado. A equidade no acesso a recursos e oportunidades, a formação contínua de professores, a promoção de ambientes escolares positivos e a sensibilidade cultural são pilares fundamentais para o sucesso dessas iniciativas. Em última análise, a educação física na primeira infância é

um investimento crucial no futuro, promovendo não apenas a saúde física, mas também o desenvolvimento integral das crianças, preparando-as para uma vida saudável e produtiva.

Referências

- BANKS, J. A. Cultural diversity and education: Foundations, curriculum, and teaching. 5th ed. Boston: Allyn & Bacon, 2006.
- BIDDLE, S. J. H.; ASARE, M. Physical activity and mental health in children and adolescents: a review of reviews. *British Journal of Sports Medicine*, v. 45, n. 11, p. 886-895, 2011.
- BOWLBY, J. A secure base: Parent-child attachment and healthy human development. New York: Basic Books, 1988.
- BROWN, B. B. Adolescents' relationships with peers. In: LERNER, R. M.; STEINBERG, L. (Eds.). *Handbook of adolescent psychology*. 2nd ed. New York: Wiley, 2004. p. 363-394.
- CARLSON, J. A. et al. Social support and physical activity in children and adolescents: a review of the literature. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, v. 5, n. 1, p. 55, 2008.
- CHRISTAKIS, N. A.; FOWLER, J. H. *Connected: The surprising power of our social networks and how they shape our lives*. New York: Little, Brown, 2009.
- DARLING-HAMMOND, L. *The flat world and education: How America's commitment to equity will determine our future*. New York: Teachers College Press, 2010.
- DIETRICH, A. Neurocognitive mechanisms underlying the experience of flow. *Consciousness and Cognition*, v. 13, n. 4, p. 746-761, 2004.
- EPSTEIN, J. L. *School, family, and community partnerships: Preparing educators and improving schools*. Boulder: Westview Press, 2001.
- EVANS, R. *The human side of school change: Reform, resistance, and the real-life problems of innovation*. San Francisco: Jossey-Bass, 1996.
- FULLAN, M. *The new meaning of educational change*. 4th ed. New York: Teachers College Press, 2007.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. Understanding motor development: infants, children, adolescents, adults. 7. ed. New York: McGraw-Hill, 2012.

GRANTHAM-McGREGOR, S. et al. Developmental potential in the first 5 years for children in developing countries. *The Lancet*, v. 369, n. 9555, p. 60-70, 2007.

HOFMAN, S. G. et al. The efficacy of cognitive behavioral therapy: A review of meta-analyses. *Cognitive Therapy and Research*, v. 36, n. 5, p. 427-440, 2012.

HOFSTEDE, G. Culture's consequences: Comparing values, behaviors, institutions, and organizations across nations. 2nd ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2001.

KESSLER, R. C. et al. Lifetime prevalence and age-of-onset distributions of DSM-IV disorders in the National Comorbidity Survey Replication. *Archives of General Psychiatry*, v. 62, n. 6, p. 593-602, 2005.

KOZOL, J. *Savage inequalities: Children in America's schools*. New York: Harper Perennial, 1991.

MOORE, L. L. et al. Influence of parents' physical activity levels on activity levels of young children. *The Journal of Pediatrics*, v. 118, n. 2, p. 215-219, 1991.

RUBIN, K. H. et al. Peer relationships in childhood. In: LERNER, R. M.; SPENCER, M. B. (Eds.). *Handbook of child psychology and developmental science*. 7th ed. Hoboken: Wiley, 2015. p. 175-222.

RUTTER, M. et al. Adolescent health and development: An overview. In: HAGELL, A. (Ed.). *Changing adolescence: Social trends and mental health*. Bristol: Policy Press, 2009. p. 9-32.

SHEPHARD, R. J. Curricular physical activity and academic performance. *Pediatric Exercise Science*, v. 9, n. 2, p. 113-126, 1997.

WHO. Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases: report of a joint WHO/FAO expert consultation. *WHO Technical Report Series*, n. 916, 2003.

WARSCHAUER, M. *Technology and social inclusion: Rethinking the digital divide*. Cambridge: MIT Press, 2003.



WWW.SLEDITORA.COM

WHATSAPP (11)978414455

SLEDITORA.ARTIGOS@GMAIL.COM